

**MINISTÉRIO  
DA CIDADANIA**

**INSTITUTO DO  
PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E  
ARTÍSTICO  
NACIONAL**

**82**  
**anos** IPHAN

**Relatório de Gestão do  
exercício de 2018**

Brasília DF, 2019

**MINISTÉRIO DA CIDADANIA**  
**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**

Relatório de Gestão do exercício de 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa - TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010; Resolução TCU Nº 234, de 1º de setembro de 2010; Resolução-TCU Nº 244, de 20 de julho de 2011; Instrução Normativa-TCU Nº 72, de 15 de maio de 2013; Portaria-TCU nº 65, de 28 de fevereiro de 2018; Decisão Normativa TCU nº 170 de 19 de setembro de 2018; Decisão Normativa TCU nº 172 de 12 de dezembro de 2018; e Portaria TCU nº 369 de 17 de dezembro de 2018.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

**AUDIN** - Auditoria Interna  
**BAE** - Boletim Administrativo Eletrônico  
**CCPPI** - Centro Cultural Paço Imperial  
**CLC** - Centro Lúcio Costa  
**CGCAP** - Comitê Gestor de Capacitação  
**CGU** - Controladoria Geral da União  
**CIEE** - Centro de Integração Empresa-Escola  
**CNA** – Centro Nacional de Arqueologia  
**CNFCP** - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular  
**COGESTI** - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação  
**CRESPIAL** - Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de América Latina  
**CTEP** - Coordenação Técnica do Escritório de Processos  
**DAF** - Departamento de Articulação e Fomento  
**DECOF** - Departamento de Cooperação e Fomento  
**DEPAM** - Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização  
**DICONT** - Divisão de Prestação de Contas  
**DPA** - Departamento de Planejamento e Administração  
**DPHAN** - Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
**DPE** - Departamento de Projetos Especiais  
**DPI** - Departamento do Patrimônio Imaterial  
**E-SIC** - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão  
**FHIST** - Festival de História  
**FISCALIS** - Sistema Informatizado de Fiscalização  
**FLIP** - Festa Literária Internacional de Paraty  
**GECC** - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
**GEPLANES** - Sistema de Gestão de Planejamento Estratégico  
**IBPC** - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural  
**IBRAM** - Instituto Brasileiro de Museus  
**INSS** - Instituto Nacional do Seguro Social  
**IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
**LNC** - Sistema de Levantamento de Necessidade de Capacitação  
**MEC** - Ministério da Educação  
**NBC** - Normas Brasileira de Contabilidade  
**OBTV** - Ordem Bancária de Transferência Voluntária  
**PAC** - Programa de Aceleração do Crescimento  
**PAD** - Processo Administrativo Disciplinar  
**PAINT** - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna  
**PDTI** - Plano Diretor de Tecnologia da Informação  
**PEP** - Programa de Especialização em Patrimônio  
**PF** - Procuradoria Federal

**PNC** - Plano Nacional de Cultura  
**PNPI** - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial  
**PPA** - Plano Plurianual  
**PRONAC** - Programa Nacional de Apoio à Cultura  
**RAE** - Reunião de Análise Estratégica  
**RAINT** - Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna  
**SAP** - Sala do Artista Popular  
**SCDP** - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens  
**SIADS** - Sistema Integrado de Administração de Serviços  
**SIAPE** - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
**SICONV** - Sistema de Convênios  
**SIGC** - Sistema de Conhecimento e Gestão  
**SISP** - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação  
**SNC** - Sistema Nacional de Cultura  
**SNPC** - Sistema Nacional do Patrimônio Cultural  
**SPIUNET** - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
**SRBM** - Sítio Roberto Burle Marx  
**TCE** - Tomada de Contas Especial  
**TCU** - Tribunal de Contas da União  
**TI** - Tecnologia da Informação  
**UFF** - Universidade Federal Fluminense  
**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.4 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	15
Quadro 1.5 Macroprocessos Finalísticos.....	17
Quadro 2.3 Programas Destinados para o Ano de 2018.....	35
Quadro 2.3.1.1 Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	36
Quadro 2.3.1.2 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS.....	38
Quadro 2.3.3.1 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	45
Quadro 2.3.3.2 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.....	46
Quadro 2.3.3.3 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	47
Quadro 2.3.3.4 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	48
Quadro 2.3.3.5 Média do Tempo de Análise.....	51
Quadro 2.3.3.2.1 Situação de 35 Instrumentos.....	54
Quadro 2.3.3.2.2 Instrumentos pendentes de conclusão dos procedimentos de análise e aprovação das contas.....	55
Quadro 2.3.4.1 Despesas por grupo e elemento de despesa.....	56
Quadro 2.3.4.2 Despesas por grupo e elemento de despesa.....	57
Quadro 2.4 Números para Referência do Controle da Meta.....	60
Quadro 3.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados.....	65
Quadro 3.4.1 Resultados dos Eventos Apurados no Ano de 2018.....	70
Quadro 3.4.2 Irregularidade no Âmbito dos Macroprocessos Finalísticos 2018.....	73
Quadro 4.1.1.1 Força de Trabalho da UPC.....	78
Quadro 4.1.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva.....	79
Quadro 4.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	80
Quadro 4.1.2 Despesas do pessoal.....	82
Quadro 4.1.4.1 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	84
Quadro 4.1.4.2 Previsão de Vagas de Estágio para Nível Superior e Nível Médio no IPHAN.....	104
Quadro 4.1.4.3 Valores de Bolsas de Estágio no IPHAN.....	104
Quadro 4.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União sob Responsabilidade do IPHAN.....	106
Quadro 4.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União sob Responsabilidade do IPHAN.....	113
Quadro 4.2.1.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União Sob Responsabilidade do IPHAN.....	120
Quadro 4.2.2 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas.....	127
Quadro 4.2.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	128
Quadro 4.3.1.1 Principais Sistemas de Informação em Produção na UPC.....	131
Quadro 4.3.1.2 Riscos.....	133
Quadro 4.3.1.3 Plano de Tratamento dos Riscos.....	133
Quadro 4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	136
Quadro 5.1 Características dos Pedidos de Acesso à Informação 2018.....	140
Quadro 7.5 Informações sobre os Contratos.....	155

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 2.3 Regionalização das Despesas.....</b>	<b>35</b>
<b>Gráfico 5.1.1 SIC-IPHAN 2013-2018.....</b>	<b>141</b>
<b>Gráfico 5.1.2 Recursos e Reclamações 2018.....</b>	<b>142</b>
<b>Gráfico 5.1.3 Atendimentos Fale Conosco 2013-2018.....</b>	<b>144</b>
<b>Gráfico 5.1.4 Atendimentos Fale Conosco 2018.....</b>	<b>145</b>
<b>Gráfico 5.1.5 Atendimentos E-OUV 2018.....</b>	<b>146</b>

## LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

<b>Balço Orçamentário - Todos os Orçamentos.....</b>	<b>157</b>
<b>Balço Patrimonial - Todos os Orçamentos.....</b>	<b>160</b>
<b>Demonstrações das Variações Patrimoniais - Todos os Orçamentos.....</b>	<b>162</b>
<b>Balço Financeiro - Todos os Orçamentos.....</b>	<b>165</b>

## SUMÁRIO

<b>1. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....</b>	<b>9</b>
1.1 Finalidade e competências .....	9
1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade .....	10
1.3 Ambiente de atuação .....	12
1.4 Organograma.....	14
1.5 Macroprocessos finalísticos .....	17
<b>2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS .....</b>	<b>19</b>
2.1 Planejamento organizacional.....	19
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos .....	34
2.3 Desempenho orçamentário .....	35
2.4 Desempenho Operacional .....	59
2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	61
<b>3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....</b>	<b>63</b>
3.1 Descrição das estruturas de governança .....	63
3.2 Informações sobre dirigentes e colegiados.....	65
3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	66
3.4 Gestão de riscos e controles internos .....	74
<b>4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....</b>	<b>75</b>
4.1 Gestão de Pessoas .....	75
4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura .....	106
4.3 Gestão da tecnologia da informação.....	129
4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade.....	136
<b>5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>139</b>
5.1 Canais de Acesso do Cidadão .....	139
5.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	146
5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários .....	148
5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade .....	149
<b>6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>150</b>
6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos .....	150
6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade .....	151
6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas .....	152
<b>7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE .....</b>	<b>153</b>
7.1 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	153
7.2 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art.5º da Lei 8.666/1993 .....	154
7.3 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	155
<b>ANEXOS E APÊNDICES.....</b>	<b>156</b>



## **APRESENTAÇÃO**

Este Relatório de Gestão integra o processo de Tomada de Contas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, exercício de 2018. Apresenta a síntese dos resultados das ações empreendidas pela Autarquia no esforço de melhor cumprir suas competências constitucionais e legais, bem como demonstra a utilização dos créditos orçamentários e recursos financeiros alocados para a unidade.

O relatório de gestão está estruturado conforme estabelecido no Anexo II da Decisão Normativa (DN) prevista no art. 3º da IN TCU 63/2010, ou seja, em capítulos e em itens de informação, que são parte integrante do conteúdo geral.

O IPHAN tem como competência preservar, proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro, na acepção do art. 216 da Constituição Federal brasileira. Em decorrência disso, seu planejamento e execução de atividades permeiam, prioritariamente, nos campos materiais, imateriais e no fomento do patrimônio cultural.

Em 2018 buscou-se fortalecer as ações de conservação do patrimônio histórico, priorizando as situações emergenciais e judiciais. Devido à metodologia de trabalho adotada, ainda não foram desenvolvidos outros indicadores de desempenho para mensurar os resultados encontrados a partir do planejamento, exceto o acompanhamento orçamentário-financeiro.

## 1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

---

### 1.1 Finalidade e competências

---

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é uma autarquia com sede e foro no Distrito Federal, representada em todo o território nacional por 27 Superintendências nos Estados seis Unidades Especiais (Centro Nacional de Arqueologia – CNA; Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular – CNFCP, Paço Imperial, Sítio Roberto Burle Marx – SRBM, Centro Lúcio Costa - CLC e Centro de Documentação do Patrimônio - CDP) e Escritórios Técnicos em 36 Municípios. Está vinculado ao Ministério da Cidadania e integra o Programa 2027 “Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. Tem como Missão promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro, visando fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País.

É competência do Instituto, preservar, proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro, na acepção do art. 216 da Constituição Federal brasileira.

Tal competência se desdobra em ações de identificação e documentação; de reconhecimento do patrimônio por meio dos respectivos instrumentos legais, quais sejam: o Tombamento dos bens materiais (DL 25/1937), o Registro dos bens imateriais (Decreto 3551/2000) e a valoração do patrimônio ferroviário (Lei 11.483/2007); de cadastramento de sítios arqueológicos (Lei 3924/1961); de conservação, restauração e revitalização do patrimônio cultural protegido pela União; de salvaguarda de bens imateriais registrados; de elaboração de normas e procedimentos para as ações de preservação; de promoção a difusão do patrimônio cultural brasileiro, visando à sua preservação e apropriação social; de autorização de intervenções, de pesquisas arqueológicas e de saída de obras de arte do país (Lei 4845/1965); de autorização, no que lhe compete, de empreendimentos submetidos ao licenciamento ambiental; de fiscalização dos bens protegidos e respectivo exercício do poder de polícia administrativa, aplicando as sanções previstas em lei; de aprimoramento de modelos e instrumentos de gestão da política de preservação de forma articulada entre os entes públicos, a sociedade civil e os organismos internacionais; de promoção e apoio à formação técnica especializada em preservação do patrimônio cultural.

O reconhecimento dos bens culturais por meio do Tombamento e do Registro se dá a partir de decisão do Conselho Consultivo do IPHAN. O Conselho é formado por 22 membros não vinculados ao IPHAN, indicados por entidades especializadas, por órgãos federais de áreas afins e pela própria instituição entre especialistas de notório saber. O Conselho não percebe jetons ou qualquer forma de remuneração e realiza, em média, quatro reuniões anuais para deliberar sobre processos de Tombamento e de Registro instruídos pelo corpo técnico do IPHAN. Suas decisões são submetidas ao Ministro da Cultura para homologação.

A atuação do IPHAN observa as orientações estabelecidas para o Sistema Nacional de Cultura no que diz respeito à adoção de princípios e diretrizes que visem ao compartilhamento de atribuições e responsabilidades entre os entes da Federação e à instituição de instâncias de participação social. No médio prazo, advoga-se a instituição de um Sistema Nacional do Patrimônio Cultural - SNPC que garanta a articulação e parceria com os entes federados.

---

## **1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade**

---

### Normas de criação e alteração da Unidade

- Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 – Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências (inciso II e § 1º do art. 2º);
- Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990 – Dispõe sobre a natureza jurídica do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC e da Biblioteca Nacional; e
- Medida Provisória nº 752, de 6 de dezembro de 1994 – Dispõe sobre a alteração na Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dá outras providências (art. 6º).

### Outras normas relacionadas à gestão e estrutura da Unidade

- Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
- Decreto-Lei nº 2.809, de 23 de novembro de 1940 – Dispõe sobre a aceitação e aplicação de donativos particulares pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941 – Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 – Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;
- Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965 – Proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico;
- Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências (inciso III do art. 1º e art. 4º);
- Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998: dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, a preservação da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos na citada lei (art. 10, 11 e 12);
- Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências;
- Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007 – Regulamenta a Medida Provisória nº 353, de 22 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S.

A., altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências (inciso IV do art. 5º e art. 7º);

- Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007 – Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências (art. 9º);

- Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010 – Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências; e

- Portaria MinC nº 92, de 5 de julho de 2012 – Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Acervos e publicações relacionadas às atividades da Unidade estão disponíveis no endereço eletrônico a seguir: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/617>.

- Decreto nº 8652, de 28 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (art. 1º, inciso III).

- Decreto nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE.

---

### 1.3 Ambiente de atuação

---

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, fixou definitivamente o entendimento de que o patrimônio cultural é competência concorrente entre a União, Estados, Municípios e comunidade. Essa síntese resulta de uma construção de longo prazo, que se acentuou a partir dos anos 1970, quando o processo de urbanização do país deixou evidente que, sem a participação dos entes federados, a política de preservação não teria êxito. Esse entendimento motivou o Governo Federal a convocar os Estados a criarem órgãos estaduais de patrimônio, associando a essa medida um programa de investimentos em patrimônio - o PCH, Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas, que melhor contemplou os Estados que atenderam à recomendação federal.

A partir de 1988, foi a vez dos municípios, especialmente das capitais, criarem seus órgãos de preservação, sobretudo como decorrência da Constituição Federal, que fortaleceu o nível local e a relação entre patrimônio e legislação urbanística (Planos Diretores e Leis de Uso e Ocupação do Solo).

No início dos anos 2000, o Ministério da Cultura e o IPHAN voltaram a buscar uma estratégia de descentralização com a implementação do Programa Monumenta, que teve como princípio a execução municipal. A criação de instâncias locais de execução de projetos e obras, assim como a criação de um Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, condição obrigatória para acesso ao Programa, estão entre os melhores e mais duradouros resultados do Monumenta. No entanto, o Monumenta foi implantado em apenas 26 cidades, dentre as 100 hoje detentoras de conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN.

Mais recentemente, o PAC Cidades Históricas mobilizou novamente os municípios e redes de parceiros nos estados para a execução, iniciada em agosto de 2013, de mais de 400 obras de restauração em 44 cidades, de 20 estados da federação, com a previsão de disponibilização de cerca de R\$ 1,6 bilhões de reais em quatro anos. Em 2018, o Programa continuou sendo prejudicado pela limitada capacidade de execução por parte dos municípios e pelo mercado de projetos e obras de restauração, incipiente e pouco estruturado para o aumento da demanda induzido pelo Programa.

As ações do Programa oferecem suporte às cadeias produtivas locais, por meio da valorização e promoção do patrimônio cultural, aliados ao fortalecimento da autoestima das populações locais, fomentando a preservação do Patrimônio Cultural como um estímulo ao desenvolvimento econômico.

Paralelamente aos citados esforços de compartilhamento e articulação com entes federados e organizações da sociedade, as últimas décadas se caracterizam pelo alargamento do sentido do patrimônio, na mesma direção do ocorrido com a política cultural como um todo. Concretamente esse alargamento conceitual passou a requerer que a proteção do Estado se estenda, por exemplo, desde um sítio urbano complexo e dinâmico como o Plano Piloto de Brasília, até a pequena casa de madeira do seringueiro Chico Mendes, em Xapuri, no interior do Acre, ambos tombados pelo IPHAN. Além disso, outro campo se abriu com o Decreto 3551 de 2000, que foi a atenção do Estado para com o chamado patrimônio imaterial, o que implica, por exemplo, na salvaguarda dos modos de fazer tradicionais relacionados ao manejo de alimentos ou recursos naturais; de celebrações como o Círio de Nazaré ou a Festa do Bonfim; ou de expressões como o Frevo e a Roda de Capoeira. Esse novo campo de atuação tem por princípio um forte embasamento social e a transversalidade com políticas de direitos humanos e culturais.

Esse amplo espectro impõe hoje que a política de patrimônio se relacione com os campos mais diversos, como a gestão urbana, a gestão ambiental, os direitos humanos e culturais, além de crescente interface com o ambiente internacional, onde tais princípios são fomentados sobretudo pela UNESCO, cujas convenções foram quase todas ratificadas pelo Brasil.

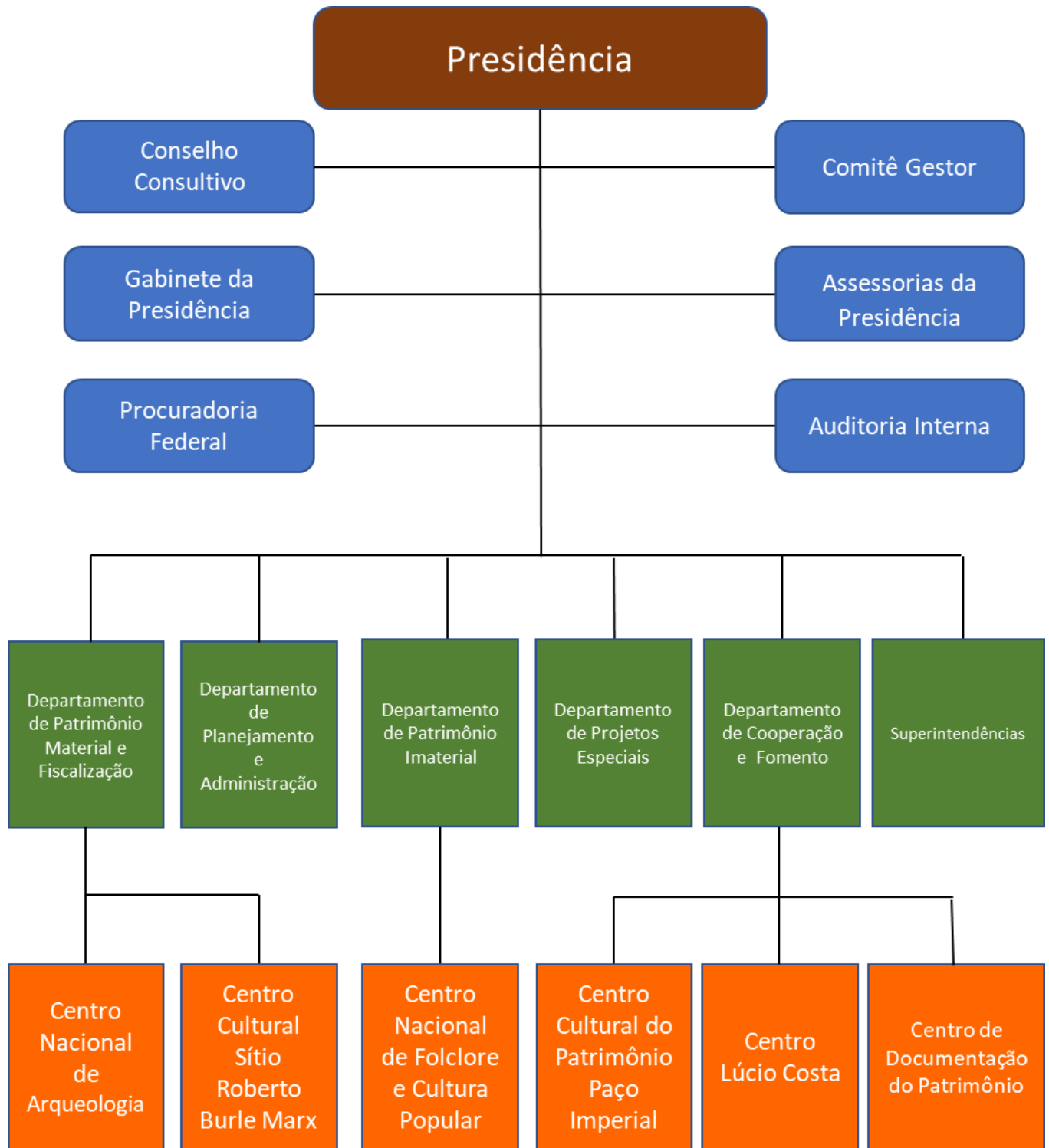
Como decorrência, resultam números impressionantes. Se, por um lado, esses números são um indicador da afirmação da política de patrimônio, por outro lado ainda denotam pouco compartilhamento de responsabilidades com outros entes. Vejamos alguns exemplos: cerca de 80 mil imóveis estão localizados em conjuntos urbanos tombados, o que implica acompanhamento, autorização de intervenções e fiscalização; o licenciamento ambiental prevê a participação do IPHAN visando minimizar impactos sobre o patrimônio cultural, o que representa mais de mil processos de licenciamento por ano, envolvendo desde as grandes obras de infraestrutura até intervenções urbanas de menor porte; a cada ano, são analisados cerca de 50 mil bens em processo de transferência, permanente ou temporária, para o exterior, visando o combate ao tráfico ilícito de objetos de bens de valor cultural; com a extinção da Rede Ferroviária Federal, o IPHAN, após 2007, tornou-se responsável por identificar, dentre os bens, aqueles que devam ser preservados e buscar as parcerias necessárias para tal, incluindo edifícios, bens móveis e acervos documentais. Embora quantitativamente menos numerosa, é de grande complexidade a salvaguarda do patrimônio imaterial e a relação com o chamado “patrimônio vivo”, justamente pela natureza diversa e pela dinâmica dessas manifestações.

Toda essa amplitude, somada ao grande volume de investimentos públicos e privados aplicados nos últimos anos, especialmente em infraestrutura, fazem com que estejamos vivenciando um dos períodos mais desafiadores da história da preservação no Brasil. Não é exagero dizer que quase todos os locais emblemáticos do nosso patrimônio urbano estão passando por algum tipo de transformação, seja material, seja social, envolvendo tipos ou intensidades de uso do solo ou de apropriação pela população. O patrimônio arqueológico é também objeto de permanente atenção, o que vem se traduzindo em quantidades inéditas de pesquisas arqueológicas financiadas pelos próprios empreendedores das obras em processo de licenciamento. Essas pesquisas, por sua vez, levaram a um crescimento exponencial de cursos de formação em arqueologia, ainda assim insuficientes para a demanda atual do mercado de trabalho.

Em que pese a redução, em 2018, do Orçamento do IPHAN, ainda prevaleceram condições favoráveis devido aos aportes do Programa PAC Cidades Históricas. Esse aporte, no entanto, colocou em evidência o grande desafio que é lidar com o mercado de produção das obras de restauração, ainda formatado para uma demanda muito inferior, com poucos profissionais e poucas empresas especializadas e, principalmente, com a reduzida capacidade instalada nos municípios, executores prioritários do programa sob a coordenação do IPHAN.

É necessário procurar o equilíbrio entre os papéis da União, dos Estados, dos Municípios, da comunidade e do setor privado, investindo fortemente na ampliação de uma rede de proteção e valorização do patrimônio, não só para desonerar o órgão federal de tantas responsabilidades, mas para alcançar o verdadeiro sentido do patrimônio, que é contribuir para o desenvolvimento sustentável e inserir-se positivamente na vida cotidiana dos cidadãos.

## 1.4 Organograma



**Fonte:** Informações provenientes do sítio eletrônico do Iphan, por meio do acesso ao endereço eletrônico <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/214>, extraídas em 16/02/2018.

**Quadro 1.4 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas**

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Conselho Consultivo	Compete ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas a tombamentos, a registros de bens culturais de natureza imaterial, a saídas temporárias do País de bens culturais protegidos por lei, além de opinar acerca de outras questões relevantes propostas pelo presidente do IPHAN. O Conselho tem seu Regimento Interno e em sua estrutura o presidente do IPHAN em sua presidência, nove representantes de instituições públicas e privadas e 13 representantes da sociedade civil, indicados pela presidência do Instituto e designados pelo Ministério da Cultura. O mandato dos conselheiros é de quatro anos, permitida a recondução.	Katia Bogéa	Presidenta	01/01/18 à 31/12/18
Comitê Gestor	Cabe ao Comitê Gestor colaborar na formulação, consecução, monitoramento e avaliação das políticas públicas de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, além de propor ações de articulação com outros órgãos, programas e ações culturais do Ministério da Cultura e com outros setores de interesse do patrimônio. O Comitê deve ainda participar da formulação do planejamento estratégico e orçamentário e do desenvolvimento institucional e da elaboração de propostas diretrizes para implementação do Plano Anual de Ação. É também função do Comitê Gestor propor normas para a política de recursos humanos e implantação de instrumentos voltados para seu desenvolvimento, elaborar propostas para o estabelecimento de normas técnicas e administrativas de abrangência nacional e apreciar todos os demais assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria. Caso haja necessidade, o Comitê pode designar Grupos de Trabalho com competência e conhecimento visando apoiar a Diretoria na definição de normas técnicas e administrativas.	Katia Bogéa	Presidenta	01/01/18 à 31/12/18
Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização	O Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) é a instância que zela pelo Patrimônio Cultural Brasileiro de natureza material e visa garantir sua preservação e usufruto, presente e futuro, pela sociedade. Cabe ao DEPAM propor diretrizes, critérios e normas, bem como gerenciar programas, projetos e ações nas áreas de identificação, reconhecimento, proteção, conservação e gestão de bens culturais materiais. Também é o DEPAM que supervisiona e orienta as atividades do Centro Nacional de Arqueologia (CNA), e do Centro Cultural Sítio Roberto Burle Max (SRBM). Vale lembrar que o patrimônio cultural material compreende, isolados ou em conjunto, os bens imóveis, os sítios urbanos, bens móveis e integrados, históricos, artísticos, arqueológicos, etnográficos, ferroviários, paisagísticos e naturais, tombados para a preservação nacional.	Andrey Rosenthal Schlee	Diretor	01/01/18 à 31/12/18
Departamento de Cooperação e Fomento	O Departamento de Cooperação e Fomento (DECOF) é responsável por planejar, coordenar, orientar, controlar e avaliar a execução de atividades de formação, acesso ao conhecimento, especialização e aperfeiçoamento técnico em patrimônio cultural. Cabe ao DECOF propor diretrizes, articular e orientar a execução das ações para a promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro, da gestão das bibliotecas, arquivo e acervos documentais, além de definir e gerenciar o uso da aplicação da identidade visual do IPHAN, coordenar a editoração de publicações institucionais, e supervisionar e orientar as atividades do Centro Cultural Paço Imperial.	Marcelo Brito	Diretor	01/01/18 à 31/12/18



Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Departamento de Patrimônio Imaterial	<p>O Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) zela pela preservação e difusão dos saberes, das celebrações, das formas de expressão e lugares portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Desta forma, é o DPI que propõe diretrizes e critérios para o cumprimento da sua missão e, em conjunto com as Superintendências Estaduais, gerencia programas, projetos e ações nas áreas de identificação, de registro, acompanhamento e valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro de natureza imaterial.</p> <p>Cabe ainda ao DPI gerenciar e executar o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, além de supervisionar e orientar as atividades do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. O DPI é também responsável por implantar, acompanhar, avaliar e difundir o Inventário Nacional de Referências Culturais, tendo em vista o reconhecimento de novos bens por meio do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.</p>	Hermano Fabricio Oliveira Guanais e Queiroz	Diretor (a)	01/01/18 à 31/12/18
Departamento de Projetos Especiais	<p>Em virtude do Decreto nº 8.005, de 15 de maio de 2013, foi instituída pela Portaria IPHAN nº 438, de 17 de setembro de 2013, em caráter temporário. A Diretoria é responsável por planejar a execução e gerir o programa PAC Cidades Históricas no âmbito do IPHAN. Desta forma, supervisiona e monitora a execução dos empreendimentos selecionados para integrar o Programa.</p> <p>Também compete à Diretoria do PAC CH articular com os Ministérios parceiros, Estados e Municípios, ações para viabilizar os empreendimentos, bem como realizar e fomentar a interlocução tanto interna com os Departamentos, quanto entre as unidades descentralizadas do IPHAN.</p>	Robson Antônio de Almeida	Diretor	01/01/18 à 31/12/18
Departamento de Planejamento e Administração	<p>O Departamento de Planejamento e Administração (DPA) é responsável por coordenar, elaborar e consolidar os planos e programas anuais e plurianuais de trabalho do IPHAN; supervisionar e articular a elaboração da proposta orçamentária e da programação orçamentária e financeira; administrar os processos licitatórios; dos instrumentos para contratação e aquisição de bens e serviços; além de formalizar a celebração de convênios, acordos e outros termos ou instrumentos que envolvam a transferência de recursos do Orçamento Geral da União.</p> <p>Compete ainda ao DPA gerir a política de recursos humanos (administração de pessoal, capacitação e desenvolvimento) e coordenar as ações relativas ao planejamento estratégico da tecnologia da informação e sua implementação no âmbito do IPHAN, nas áreas de desenvolvimento dos sistemas de informação, de manutenção e operação, de infraestrutura, de rede de comunicação de dados e de suporte técnico.</p>	Marcos José Silva Rêgo	Diretor	01/01/18 à 31/12/18

**Fonte:** Informações advindas da Coordenação de Planejamento e Projetos - CPLAN/CGPLAN/DPA, disponibilizadas em 25/03/2019.

## 1.5 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos estão afetos à essência da missão do Iphan, voltados para a prestação e disponibilização de serviços e produtos da organização, diretamente ao cidadão e sociedade, e são suportados pelos processos de gestão interna do Instituto, definidos a partir de sua cadeia de valor e alinhados ao Mapa Estratégico do Órgão (através do Objetivo 9 Implantar Gestão Estratégica por Resultados em sua iniciativa Implementação da gestão por Processos). Atualmente a organização vivencia um momento de transição da cadeia de valor “As Is” para a cadeia de valor “To Be”. Este trabalho é fomentado e assessorado pela Coordenação Técnica do Escritório de Processos.

**Quadro 1.5 Macroprocessos Finalísticos**

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Preservar o Patrimônio Arqueológico	Realizar o planejamento, gestão, preservação e fomento do Patrimônio Arqueológico.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerir pesquisa e licenciamento arqueológicos;</li> <li>• Reconhecer sítios arqueológicos;</li> <li>• Fiscalizar bens arqueológicos.</li> </ul>	Empreendimentos e produtores privados; Pesquisadores; Estatais; Estados e Municípios; Cidadão.	Centro Nacional de Arqueologia
Gerir Licenciamento Ambiental*	Representar e promover a articulação do IPHAN com os demais órgãos e entidades envolvidos no processo de licenciamento ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emitir o Termo de Referência Específico - TRE</li> <li>• Emitir as licenças: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prévia;</li> <li>• Instalação;</li> <li>• Operação.</li> </ul> </li> </ul>	Empreendimentos e produtores privados; Pesquisadores; Estatais; Estados e Municípios; Cidadão.	Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental
Gerir Articulação e Fomento	Coordenar a difusão do patrimônio cultural.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomento a projetos incentivados (PRONAC);</li> <li>• Gestão da documentação e informação;</li> <li>• Difusão da educação patrimonial.</li> </ul>	Moradores e visitantes em áreas protegidas ou de interesse cultural; Investidores e patrocinadores culturais; ONGs; Estados e Municípios; Pesquisadores; Funcionários Públicos; Órgãos Públicos; Detentores de Bens Imateriais reconhecidos.	Departamento de Cooperação e Fomento

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Proteger o Patrimônio Cultural Material	Realizar o planejamento, a identificação, a articulação, a gestão, a preservação, a promoção e o fomento do Patrimônio Cultural Material.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação do patrimônio cultural material;</li> <li>• Proteção do patrimônio cultural material;</li> <li>• Definição de normas de preservação e pactos de gestão para o patrimônio cultural acautelado</li> <li>• Conservação do patrimônio cultural material.</li> <li>• Autorização de intervenções e de circulação do patrimônio material</li> <li>• Fiscalização do patrimônio cultural material.</li> </ul>	Moradores e visitantes em áreas protegidas ou de interesse cultural; Estados e Municípios; Pesquisadores; Instituições públicas e privadas.	Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
Salvaguardar o Patrimônio Cultural Imaterial	Realizar o planejamento, a gestão, a salvaguarda e o fomento do Patrimônio Imaterial.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação do patrimônio cultural imaterial;</li> <li>• Reconhecimento do patrimônio cultural imaterial;</li> <li>• Apoio e fomento ao patrimônio cultural imaterial.</li> </ul>	Comunidades e indivíduos detentores de saber e/ou prática registradas; Usuários e visitantes em lugares reconhecidos; Estados e Municípios; Pesquisadores; Órgãos Públicos; ONGs; Praticantes de expressões culturais registradas.	Departamento de Patrimônio Imaterial

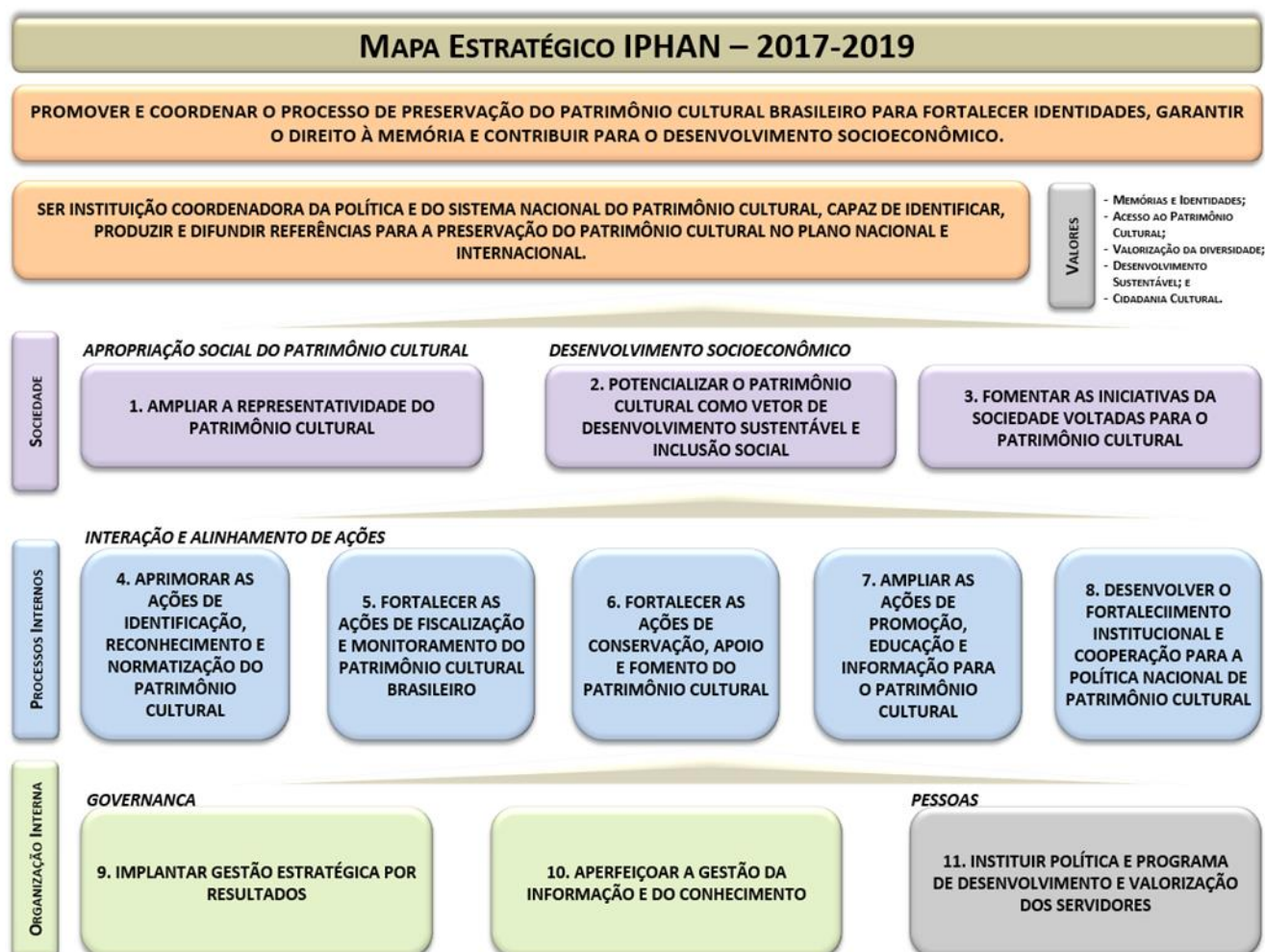
Fonte: CTEP/DPA/IPHAN (\*Decreto nº 9.238 de 15 de dezembro de 2017).

## 2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

### 2.1 Planejamento organizacional

O IPHAN implementou seu Planejamento Estratégico (Mapa Estratégico) a partir de 2013, focalizando o período 2013 – 2015 e posterior 2016 – 2019, porém ainda em 2017, devido à necessidade de mensuração de dados houve uma revisão específica voltada ao foco da atuação e a organização interna.

Em 2017, com o ajuste da nomenclatura dos objetivos estratégicos, no âmbito dos processos internos, foram assim organizados: Aprimorar as ações de identificação, reconhecimento e normatização do Patrimônio Cultural; Fortalecer as ações de fiscalização e monitoramento do patrimônio cultural brasileiro; Fortalecer as ações de conservação, apoio e fomento do patrimônio cultural; Ampliar as ações de promoção, educação e informação para o patrimônio cultural; e Desenvolver o fortalecimento institucional e cooperação para a Política Nacional de Patrimônio Cultural. No mesmo ano, no final do exercício, iniciou-se um trabalho de capacitação com um grupo de técnicos atuantes no desenvolvimento da política patrimonial, com vistas a subsidiar um melhor entendimento e aperfeiçoamento dos objetivos para a reavaliação dos indicadores e iniciativas vigentes.



Tendo como horizonte a finalidade, os objetivos e as competências do Instituto, a Missão e a Visão de Futuro estão definidas assim:

**Missão:** Promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.

**Visão de Futuro (2019):** Instituição coordenadora da Política e do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, capaz de identificar, produzir e difundir referências para a preservação do patrimônio cultural no plano nacional e internacional.

O foco da estratégia é contribuir para o alcance da gestão por resultados, voltada para o cidadão e a sociedade. Enfatiza, de um lado, a inserção do Patrimônio ao processo de desenvolvimento sustentável e, por outro, a busca da qualificação dos serviços, produtos e práticas do IPHAN.

A partir do Mapa Estratégico, há um conjunto de objetivos, indicadores e iniciativas que são desdobradas em planos de ação por todas as unidades do IPHAN: na sede, nas superintendências e nas unidades especiais. Este processo de desdobramento se deu após capacitação específica das unidades, via videoconferência.

Para o exercício de 2018 a instituição priorizou algumas iniciativas, dentre as vinculadas aos objetivos do mapa estratégico. Os respectivos resultados estão descritos a seguir (organizados por objetivo).

---

### **2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício**

---

Com base nos indicadores que estavam definidos e nos principais resultados divulgados pelo IPHAN que detalham algum aspecto dos indicadores selecionados, apresenta-se a seguir o que foi alcançado no período.

#### **OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: Ampliar a representatividade do patrimônio cultural.**

Em 2018 foram aprovados pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural 05 (cinco) novos tombamentos: I) Conjunto Histórico de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, com inscrição no Livro do Tombo Histórico; no Livro do Tombo das Belas Artes; e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; II) Acervo de Arthur Bispo do Rosário do Museu Arthur Bispo do Rosário Arte Contemporânea, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes; III) Terreiro Junsara, em Salvador, no Estado da Bahia, com inscrições no Livros do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; IV) Terreiro Obá Ogunté – Sítio de Pai Adão, localizado em Recife, Estado de Pernambuco, com inscrições no Livro do Tombo Histórico, e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; V) os Sítios Arqueológicos Geoglifos do Sítio Jacó Sá, em Rio Branco, no Estado do Acre, com inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Também, em 2018, foram registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, 06 (seis) manifestações culturais de natureza imaterial: I) as Tradições Doceiras na Região de Pelotas e Antiga Pelotas – Morro Redondo, Ituruçu, Capão do Leão e Arroio do Padre, no Estado do Rio Grande do Sul; II) a Literatura de Cordel; III) a Procissão do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina; IV) o Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeiro, no Estado de São Paulo; V) o Marabaixo, no Estado do Amapá; VI) o Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins, no Estado do Amazonas.

#### **OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: Potencializar o patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento sustentável e inclusão social**

Houve uma série de ações concluídas para melhorar a acessibilidade e também para ampliar a inclusão social, contempladas no âmbito das obras no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas. Houve um esforço para aumentar a quantidade de obras fiscalizadas e para restauração e recuperação de imóveis tombados. Foram lançados diversos editais para obras nas ações previstas no PAC Cidades Históricas e diversas ações para educação patrimonial e fortalecimento da cidadania, incluindo oficinas, publicações, vídeos, capacitações, cartilhas, palestras e vivências para resgatar a história local como elemento de referência cultural e cidadania.

#### **OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: Fomentar as iniciativas da sociedade voltadas para o patrimônio cultural**

Ainda não foi possível negociar incentivos tributários para que proprietários particulares de bens tombados possam efetivar a possibilidade legal já existente de algum tipo de isenção tributária sobre os recursos que forem gastos na preservação de seu próprio patrimônio.

Em contrapartida, houve um considerável número de projetos aprovados no que compete ao IPHAN e indicados como aptos aos recursos Pronac. Em 2018 foram aprovados 67 projetos, que representaram o montante de R\$ 193 milhões, dos quais foram captados R\$ 58 milhões.

Foi publicada em novembro de 2015 a Portaria Conjunta entre o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estabelecendo os procedimentos para a concessão de anistia de débitos patrimoniais e de benefício de isenção do pagamento de taxas de ocupação, de foros ou de laudêmios para as pessoas jurídicas de direito privado que desenvolvam ações de salvaguarda para bens culturais registrados pelo IPHAN, quando os imóveis da União utilizados sob regime de inscrição de ocupação ou aforamento forem essenciais à manutenção, à produção e à reprodução dos saberes e práticas associados.

Além disso, a cooperação com estados e municípios, bem como com entidades da sociedade civil, tem sido estimulada e praticada com intensidade crescente. Um dos maiores indicadores desta realidade são os projetos contemplados pelo Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Essas medidas fomentam as iniciativas da sociedade voltadas para o patrimônio cultural.

#### **OBJETIVO ESTRATÉGICO 4: Aprimorar as ações de identificação, reconhecimento e normatização do Patrimônio Cultural**

Para identificação de bens culturais são realizados inventários, mapeamentos e pesquisas. Os inventários implicam pesquisa de caráter etnográfico, realização de documentação audiovisual e mobilização de grupos e comunidades com o objetivo de promover a valorização de sua própria cultura e história e a mobilização de grupos sociais. Por meio dos inventários são identificadas referências culturais de territórios ou de grupos. Cabe destacar que, em geral, a execução das atividades não se dá diretamente pelos servidores do IPHAN, mas mediante contratação de empresas especializadas, Termos de Execução Descentralizada, Convênios e Acordos de Cooperação com a Unesco. Essa forma de execução envolve algumas implicações, tais como: carência de empresas qualificadas e comprometidas no mercado; alto custo de contratação devido a mudanças no mercado de pesquisa na área de ciências sociais, dificuldade essa maior em algumas regiões, como a Norte; dificuldades de as empresas trabalharem com o Estado e compreenderem que se trata de projetos relacionados a políticas públicas e que isso qualifica a relação de forma diferente, como, por exemplo, no uso que se faz dos resultados do trabalho; carência de recursos humanos para acompanhar o desenvolvimento dos projetos; etc.

Quanto ao Reconhecimento de bens culturais como patrimônio, são efetuados inventários de bens móveis e imóveis, dossiês de tombamento e instruções de processos, bem como instruções de Registro e reconhecimentos de línguas como Patrimônio Cultural Brasileiro. Estas ações são provenientes do planejamento do IPHAN e demandas da sociedade para a preservação da cultura através do reconhecimento de bens ainda não acautelados. Para os bens imateriais, o instrumento legal de reconhecimento é o Registro, instaurado pelo Decreto nº 3551/2000 e regulamentado pela Resolução nº 001/2016. Toda ação de reconhecimento de bens como patrimônio cultural demanda o cumprimento de etapas e procedimentos regulamentados por meio de legislação específica. Para o correto atendimento do devido processo legal, faz-se necessário não apenas a análise técnica da documentação apresentada nos processos administrativos abertos para registro, mas também o estabelecimento de uma “abertura discursiva” do procedimento de reconhecimento de um bem cultural como patrimônio. Isto implica no estabelecimento de instâncias de diálogo com as partes interessadas, com a realização de audiências públicas, seminários, reuniões, estabelecimento de processos de obtenção de anuências prévias informadas junto a comunidades tradicionais e grupos. Atualmente esta instituição possui insuficiência de quadros técnicos resultando longos períodos de tempo para a realização de adequada instrução dos processos de reconhecimento e para a análise e emissão de pareceres técnicos em cada um destes processos.

De acordo com a Portaria IPHAN nº 200/2016 a identificação e o reconhecimento de bens culturais imateriais são dois macroprocessos de trabalho do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI.

No que tange ao macroprocesso identificação de bens culturais imateriais, são realizadas ações que envolvem produção de conhecimento e documentação de amplitude, aprofundamento, natureza e objetivos diversos, todas envolvendo pesquisa, produção de documentação, mobilização social e articulação de atores. Quanto ao macroprocesso reconhecimento de bens culturais imateriais foram realizadas ações de reconhecimento e valorização de bens e práticas culturais como patrimônio cultural brasileiro, todas referentes à aplicação do Registro, instrumento instituído pelo Decreto nº 3.551/2000, ou da inclusão de línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística - INDL. Isto posto, foram realizadas 11 (onze) ações de identificação e reconhecimento de bens culturais imateriais em 2018.

Não é sem valor ressaltar que, como se pode perceber, a meta foi superada. Não fosse a permanência da situação de insuficiência de quadros técnicos na instituição, resultando longos períodos de tempo para a realização adequada dos processos de identificação e reconhecimento, o volume de ações poderia ser muito maior, o que amplificaria em muito o potencial de eficácia da política de salvaguarda do patrimônio imaterial. Soma-se ao quadro relacionado aos recursos humanos o baixo investimento de recursos orçamentários nos processos de identificação e reconhecimento, consequência do baixo orçamento destinado às ações finalísticas do IPHAN nos últimos anos. Esses dois problemas associados contribuem ainda para uma diminuição da capacidade de realização da política, que tem buscado ampliar a representação do patrimônio imaterial no rol de bens culturais reconhecidos pelo Estado brasileiro.

Os macroprocessos de identificação e de reconhecimento estão especificados na portaria MinC/IPHAN nº375/18 que institui a Política Cultural Material do Iphan como parte da Patrimonialização de um bem Cultural Material.

No que se refere ao reconhecimento de bens culturais materiais, foram realizadas 06 ações de reconhecimento por meio do tombamento de 05 (cinco) novos bens e a rerratificação de um bem tombado, a saber foram tombados: Conjunto Histórico de Pelotas/RS; Acervo Arthur Bispo do Rosário/RJ; Terreiro Tumba Junsara/BA, Terreiro Sítio Pai Adão/PE, Geoglifo do Sítio Jaco Sá/AC e a rerratificada de Vila Serra do Navio/AP. Em relação à identificação de bens culturais materiais, as ações estão em andamento, uma vez que estamos revendo diretrizes para realização de inventários, a partir da publicação da Política do Patrimônio Cultural Material, portanto não será computada.

Em relação à Normatização, a recente reestruturação do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM criando a Coordenação Geral de Normatização e Gestão do Território – CGN, formalizada com a publicação do Decreto 9238/ 2017, reforçou a importância estratégica de avançar com a implementação desse processo institucional a partir de novos princípios e premissas, conforme estabelece a Política do Patrimônio Cultural Material publicada por meio da Portaria 375/2018 de 17 de agosto de 2018.

Essa abordagem em relação à construção de normas de preservação tem por diretrizes:

- Partir de atitudes reflexivas sobre o bem e o contexto onde está inserido;
- Definir, de forma clara e objetiva, os critérios de preservação, buscando construir com os órgãos públicos, instituições e agentes locais uma leitura integrada e atualizada do território onde se localizam os bens protegidos;



- Estabelecer práticas para a construção coletiva das normas de preservação, de forma a garantir sua legitimidade, apropriação perante as comunidades locais e agentes públicos e facilitar a definição de estratégias de gestão compartilhada dos bens protegidos, dando efetividade ao Pacto de Preservação; e

- Integrar as práticas de elaboração das normas de preservação aos instrumentos e processos de proteção e contribuir com as atividades de rotina da fiscalização e autorização de intervenções - Instituir a Normatização como processo contínuo a partir de mecanismos de avaliação da sua efetividade e de atualização do Pacto de Preservação. Para tal, são desafios avançar no entendimento sobre o papel das normas de preservação como instrumento de orientação para as intervenções passíveis de serem realizadas nas áreas tombadas, rompendo com as lógicas e práticas de construção de normas apenas como conjuntos de proibições ou impedimentos; estabelecer estratégias específicas para a elaboração e revisão das normas de preservação para o universo de bens protegidos pelo Iphan, respeitando a diversidade dos bens, contextos locais e realidade das Superintendências, garantindo a continuidade dos trabalhos em andamento e a incorporação de todos os subsídios já produzidos institucionalmente sobre o tema.

### **OBJETIVO ESTRATÉGICO 5: Fortalecer as ações de fiscalização e monitoramento do Patrimônio Cultural Brasileiro**

Em 2018 foram realizadas 2818 (duas mil, oitocentos e dezoito) atividades de vistoria, inspeção, autuação, fiscalização, autorização, licenciamento e controle da circulação e comércio de bens culturais protegidos, exercendo o poder de polícia administrativa do IPHAN, bem como ações de subsídio e fortalecimento relativas ao seu exercício identificadas por meio do sistema fiscalis (para fiscalização sobre o patrimônio edificado tombado) e pelos formulários online adaptados do FormSUS (para ações de fiscalização em demais bens de natureza material). Este montante é equivalente a 352,25% (trezentos e cinquenta e dois, vinte e cinco por cento) da meta do ano todo.

O Centro Nacional de Arqueologia/CNA, unidade especial vinculada ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização/DEPAM, apoiou ações de fiscalização para superintendências estaduais do IPHAN que não dispõem de arqueólogos em seus quadros.

Foram realizados monitoramentos de ações de salvaguarda dos seguintes bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil: Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro no Amazonas, ações de salvaguarda Carimbó e Modo Tradicional de Fazer Cuias no Pará; Modo de Fazer Viola-de-Cocho no Mato Grosso do Sul, Festa do Pau de Santo Antônio de Barbalha e Teatro de Bonecos Popular do Nordeste no Ceará, Feira de Caruaru e junto a brincantes do Cavalo-Marinho em Pernambuco, Samba de Roda do Recôncavo Baiano, Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas em regiões serranas de Minas Gerais (ação desenvolvida em Patrocínio-MG), ações de salvaguarda do Jongo nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais, Ofício de Baianas de Acarajé em São Paulo, Tradições Doceiras de Pelotas e Antiga Pelotas no Rio Grande do Sul, Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira no Paraná, na Bahia, no Pará, no Espírito Santo, no Amazonas, em Roraima, na Paraíba, em Sergipe e em Santa Catarina, Feira Central de Campina Grande na Paraíba, Fandango Caiçara no Paraná e em São Paulo, Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty no Rio de Janeiro, Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá e Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá em Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Pará e Frevo em Pernambuco. Todos esses monitoramentos foram realizados por técnicos da instituição e totalizam 80 monitoramentos realizados ano de 2018.

## **OBJETIVO ESTRATÉGICO 6: Fortalecer as ações de conservação, apoio e fomento do Patrimônio Cultural**

As iniciativas de conservação, de apoio e do fomento dos bens protegidos como patrimônio cultural enfrenta o desafio de alterar o foco da atuação institucional no sentido de reduzir as necessidades de intervenção por meio da prevenção, da melhoria da gestão da conservação e da permanente qualificação dos serviços técnicos. A realização de ações de apoio e fomento em prol dos Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil ocorre conforme necessidade de fortalecimento da sustentabilidade do bem cultural ou devido a demandas oriundas de situações de risco ou ameaça à continuidade das práticas culturais. As ações não-orçamentárias não foram contabilizadas nas descrições apresentadas a seguir.

Entre janeiro e dezembro de 2018, foram realizadas ações orçamentárias de apoio e fomento com detentores do Modo de Fazer Viola-de-Cocho no Mato Grosso do Sul (reuniões e oficina de transmissão de saberes), ao Modo Artesanal de Fazer Queijo Minas, e também ações relativas a Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira nos estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Bahia e Paraná (ações de mobilização social, elaboração de plano de salvaguarda dos dois bens culturais). E ainda, realização de reuniões com coletivos deliberativos de Bens Registrados: Jongo, em São Paulo e no Espírito Santo, Modo Tradicional de Fazer Cuias no Baixo Amazonas (Pará), Carimbó no Pará, Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira nos estados do Amazonas, Amapá, Pará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Roraima; Ofício de Baianas de Acarajé na Bahia (reuniões de articulação com Associação de Baianas de Acarajé e com Prefeitura de Salvador para desenvolvimento de campanha de valorização do Ofício e apoio a melhorias tecnológicas na plataforma Oyádigital) e no Rio de Janeiro (ações educativas desenvolvidas por baianas de acarajé em escolas públicas municipais); Fandango Caiçara (edital de premiação de mestres idosos e 1º Reunião do Comitê Gestor da Salvaguarda do bem eleito por grupos de fandango de 6 municípios dos Estados de SP e PR); o Jongo também foi beneficiado por ações de apoio e fomento desenvolvidas nos quatro Estados do Sudeste; Teatro de Bonecos Popular do Nordeste (apoio à segunda edição do Festival de Cassimiro Coco no Ceará e ao VI Encontro de Bonecos e Bonequeiros no Rio Grande do Norte); o Maracatu Nação, o Maracatu de Baque Solto e o CavaloMarinho, bens culturais registrados no Estado de Pernambuco, foram beneficiados por editais de premiação de mestres e de iniciativas de salvaguarda realizadas por grupos e instituições. No Maranhão, foram realizadas oficinas de transmissão de saberes com Bois de Costa de Mão, na localidade Tajipurú, na zona rural de São Luís, também com os grupos de Bumba-meu-boi do sotaque Costa de mão ‘Sociedade de Cururupu’ e ‘Unidos da Vila Conceição’, foram realizadas oficinas de dança, música e artesanato (bordado e confecção de indumentária) do Bumba-meu-boi. O Carimbó também foi beneficiado com ações de apoio à mobilização de grupos (reuniões ordinárias do comitê gestor da salvaguarda) e também pela participação de representantes do carimbó em atividades de formação e difusão ocorridas na cidade de Belém no Pará durante o mês de agosto (XVI Congresso Internacional de Etnobiologia, o XII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia, a IX Feira Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação e, também, a I Feira Mundial da Sociobiodiversidade). No Tocantins foram desenvolvidas ações de transmissão de saberes (oficinas) e em Goiás foi impressa publicação sobre os patrimônios culturais karajá: Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá e Rtxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá .

Observações Gerais:

- 1) A Capoeira é considerada como dois “ itens” a serem preservados em cada Estado (Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira). Logo, como 11 Estados desenvolveram ações orçamentárias de salvaguarda voltados a esses dois bens culturais, considera-se que 22 itens de patrimônio cultural foram preservados com essas ações no ano de 2018 (10 no primeiro semestre e 12 no segundo).
- 2) Alguns bens com abrangência nacional ou regional, como o Ofício de Baianas de Acarajé, o Jongo e o Teatro de Bonecos Popular no Nordeste, contabilizam um item a ser preservado em cada Estado. Em

2018 três unidades da federação desenvolveram ações orçamentárias de salvaguarda relacionadas ao Ofício de Baianas de Acarajé (SP, RJ e BA), dois Estados trabalharam com o Teatro de Bonecos (RN e CE) e quatro com o Jongo no Sudeste.

Destaca-se ainda que em 2018 foi realizada a 31ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade que contou com algumas alterações no Edital, no sentido de definir a premiação por segmento e, assim induzir políticas públicas de preservação do patrimônio por diferentes segmentos da sociedade brasileira: indivíduos, coletivos, empresas e suas fundações, instituições governamentais, instituições da sociedade civil.

A realização de ações de apoio e fomento em prol dos Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil ocorre conforme necessidade de fortalecimento da sustentabilidade do bem cultural ou devido a demandas oriundas de situações de risco ou ameaça à continuidade das práticas culturais. As ações não-orçamentárias não foram contabilizadas nas descrições apresentadas a seguir.

Entre janeiro e junho de 2018, foram realizadas ações orçamentárias de apoio e fomento com detentores do Modo de Fazer Viola-de-Cocho no Mato Grosso do Sul (reuniões e oficina de transmissão de saberes), ao Modo Artesanal de Fazer Queijo Minas, e também ações relativas a Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira nos estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Bahia e Paraná (ações de mobilização social, elaboração de plano de salvaguarda dos dois bens culturais). E ainda, realização de reuniões com coletivos deliberativos de Bens Registrados: Jongo, em São Paulo e no Espírito Santo, Modo Tradicional de Fazer Cuias no Baixo Amazonas (Pará), Carimbó no Pará, Ofício de Baianas de Acarajé em São Paulo e com o Comitê Gestor e Conselhos da Roça do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro no Amazonas na cidade de Manaus, Paneleiras de Goiabeiras Velha no Espírito Santo (reuniões e assembleias sobre a regulamentação do uso do barreiro pelas paneleiras); Maracatu Nação de Pernambuco. Totalizando 20 Bens Registrados beneficiados com ações de apoio e fomento no primeiro semestre do ano (a Capoeira é considerada como dois bens Registrados em cada unidade da federação). Outras ações de apoio e fomento para mais bens Registrados foram iniciadas, porém ainda não concluídas (editais de premiação, elaboração de planos de salvaguarda, produção de publicações, dentre outras).

Entre junho e dezembro foram realizadas ações orçamentárias de apoio e fomento para os seguintes bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil: Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira nos estados do Amazonas, Amapá, Pará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Roraima; Ofício de Baianas de Acarajé na Bahia (reuniões de articulação com Associação de Baianas de Acarajé e com Prefeitura de Salvador para desenvolvimento de campanha de valorização do Ofício e apoio a melhorias tecnológicas na plataforma Oyádigital) e no Rio de Janeiro (ações educativas desenvolvidas por baianas de acarajé em escolas públicas municipais); Fandango Caiçara (edital de premiação de mestres idosos e 1º Reunião do Comitê Gestor da Salvaguarda do bem eleito por grupos de fandango de 6 municípios dos Estados de SP e PR); o Jongo também foi beneficiado por ações de apoio e fomento desenvolvidas nos quatro Estados do Sudeste; Teatro de Bonecos Popular do Nordeste (apoio à segunda edição do Festival de Cassimiro Coco no Ceará e ao VI Encontro de Bonecos e Bonequeiros no Rio Grande do Norte); a Festa de Santo Antônio de Barbalha-CE contou com apoio ao Festival de Bandas Cabaçais, o Ofício de Sineiros e o Toque dos Sinos em Minas Gerais foram apoiados por meio de ações de difusão e da realização do III Encontro Estadual de Sineiros; o Maracatu Nação, o Maracatu de Baque Solto e o Cavalo-Marinheiro, bens culturais registrados no Estado de Pernambuco, foram beneficiados por editais de premiação de mestres e de iniciativas de salvaguarda realizadas por grupos e instituições. No Maranhão, foram realizadas oficinas de transmissão de saberes com Bois de Costa de Mão, na localidade Tajipurú, na zona rural de São Luís, também com os grupos de Bumba-meu-boi do sotaque Costa de mão ‘Sociedade de Cururupu’ e ‘Unidos da Vila Conceição’, foram realizadas oficinas de dança, música e artesanato (bordado e confecção de indumentária) do Bumba-meu-boi. O Carimbó também foi beneficiado com ações de apoio à mobilização

de grupos (reuniões ordinárias do comitê gestor da salvaguarda) e também pela participação de representantes do carimbó em atividades de formação e difusão ocorridas na cidade de Belém no Pará durante o mês de agosto (XVI Congresso Internacional de Etnobiologia, o XII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia, a IX Feira Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação e, também, a I Feira Mundial da Sociobiodiversidade). No Tocantins foram desenvolvidas ações de transmissão de saberes (oficinas) e em Goiás foi impressa publicação sobre os patrimônios culturais karajá: Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá e Rtxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá .

### **OBJETIVO ESTRATÉGICO 7: Ampliar as ações de promoção, educação e informação para o Patrimônio Cultural**

Publicada em 1937, a Revista do Patrimônio, até hoje a principal publicação do instituto, coincide com data de criação do Iphan. Apesar da trajetória de mais de 81 anos, a área editorial do Iphan vem sendo reestruturada, tem como objetivo a promoção e difusão do patrimônio cultural brasileiro em nível nacional e internacional, por meio da publicação de livros, manuais, cartilhas e demais produtos gráficos e digitais. Com esta produção, o Iphan garante o acesso à informação, à pesquisa e às fontes de interesse da área de patrimônio cultural.

O Centro Lúcio Costa continua em suas atividades no âmbito da execução do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN (PEP/MP).

Em se tratando da necessária gestão documental que faz parte da ação de disseminação de informações, a ação executada até o momento se refere ao contrato para aquisição de coleção de normas técnicas da ABNT. Também compo a atuação de disseminação de informações de relevância para o Patrimônio Cultural, cabe ressaltar a produção gráfica realizada no âmbito do IPHAN. A produção e distribuição deste material tem por objetivo dar publicidade à produção de conteúdo que são de interesse dos técnicos federais, estaduais e municipais que trabalham com o tema, bem como aos segmentos acadêmicos que formam os futuros profissionais que atuarão na valorização e preservação do patrimônio cultural.

#### Realizações

- a) Ministrada aula na disciplina Educação e Patrimônio no 2º módulo de aulas no PEP Mestrado Profissional do Iphan;
- b) Realização de Oficina sobre Inventários Participativos para professores da rede oficial da secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal (parceria Ceduc/Decof, Iphan DF e Secretaria de Educação do GDF);
- c) Realização de palestras e oficinas no Projeto Educa Iphan no Mato grosso do Sul;
- d) Participação na conferência “Participação social e os desafios da Educação Patrimonial” e oficinas no X Mestres e Conselheiros – Agentes Multiplicadores do Patrimônio – Belo Horizonte - MG;
- e) Elaboração e execução do Projeto Educação e Patrimônio Compartilhado: Cooperação Brasil e Holanda com a Superintendência do Iphan em Pernambuco, FundarPE e Museu da Cidade do Recife e prefeituras de Recife e Itamaracá com:
  - formações para professores;
  - oficinas com professores e alunos do projeto;

- 2 oficinas com equipe coordenadora do projeto;
- Oficina de Inventários Participativos no Festival Literário Internacional de Paraty;
- Oficinas participativas no sítio histórico de São Pedro do Itabapoana, processo em continuidade junto ao processo de tombamento do sítio.

#### Desafios/riscos

Por conta de envolvimento da equipe da COFER em outras atividades do Departamento (oficinas preparatórias à candidatura das 19 fortificações brasileiras a patrimônio mundial, participação na organização dos seminários internacionais, participação na realização do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade entre outras), algumas atividades planejadas não foram realizadas, entre elas, o III Encontro Nacional de Educação Patrimonial também contribuindo para isso a limitação orçamentária.

#### Expectativas para o futuro

Para 2019, estão previstas mais ações de uso dos inventários participativos e para formação de Redes do patrimônio. Também estão planejados dois encontros para a área: Encontro Interno de Educação Patrimonial e III Encontro Nacional de Educação Patrimonial. Além disso, está prevista como ação não orçamentária, uma chamada pública para identificação boas práticas no uso do inventário participativo com o objetivo de organizar uma publicação institucional.

#### **OBJETIVO ESTRATÉGICO 8: Desenvolver o Fortalecimento Institucional e Cooperação para a Política Nacional de Patrimônio Cultural**

Desenvolvimento de candidaturas a Patrimônio Mundial e Imaterial da Humanidade, e ao Patrimônio Cultural do MERCOSUL Principais realizações: preparação e desenvolvimento de candidaturas ao reconhecimento Internacional de bens brasileiros preservados e salvaguardados. Aumento da representatividade e da contribuição cultural brasileira para a América Latina e para a Humanidade.

Foram organizadas as Candidaturas ao Patrimônio Mundial de bens que compõe a lista indicativa brasileira, como Paraty e Angra dos Reis - cultura e biodiversidade, sendo a primeira candidatura brasileira de bem um bem misto - patrimônio cultural e natural, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e ICMBio. No processo de preparação da candidatura foi executada a Missão de Avaliação pelos órgãos técnicos assessores da UNESCO – ICOMOS e IUCN, ao longo do ano também foi iniciado e organizado o processo de construção compartilhada e participativa do Plano de Gestão do bem; Sítio Roberto Burle Marx - preparação e organização da candidatura juntamente com o DEPAM e Direção do SRBM: foi realizada a missão de assessoramento técnico do ICOMOS, ocorrida em janeiro de 2018, e a preparação e elaboração do dossiê técnico; Fortificações Brasileiras: preparação e organização da candidatura do bem seriado composto por 19 Fortificações distribuídas por 10 Estados no território nacional (AP, RN, PB, PE, BA, RJ, SP, SC, MS e RO): 1.3.1 – foram realizadas 6 oficinas nos estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso de Sul, Rondônia e Bahia, as oficinas fazem parte do processo de organização da candidatura do bem seriado Fortificações do Brasil, fechando as ações do seu primeiro ciclo que consistiram em: apresentar e discutir conceitos do processo de candidatura de um bem a Patrimônio Mundial; discutir aspectos particulares da candidatura do bem seriado composto por 19 componentes distribuídos em todo o território nacional; elaborar a proposta de Plano de Trabalho para o Comitê Técnico Local; instituir o

Comitê Técnico Local, indicando as instituições e organizações da sociedade civil que o compõem por meio de Portaria específica.

No âmbito da preparação da candidatura a Patrimônio Imaterial da Humanidade foi finalizado o Dossiê do Complexo Cultural do Bumba meu Boi do Maranhão em auxílio ao DPI com a contratação de empresa para a elaboração do vídeo documentário para o registro da manifestação, enviado à UNESCO; realização do evento de Entrega do Dossiê de candidatura ao Itamaraty e UNESCO; Preparação e organização das candidaturas ao reconhecimento como Patrimônio Cultural do MERCOSUL: conforme indicado na XV CPC foi postulada a candidatura, elaborado o Dossiê e reconhecido como Patrimônio Cultural do MERCOSUL o bem brasileiro Tava – lugar de referência para o povo Guarani, a temática envolve além do Brasil os seguintes países: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia;

Principais desafios/ riscos: a candidatura de Paraty e Angra por ser o primeiro bem brasileiro na categoria de Sítio Misto, e por sua complexidade do ponto de vista da extensão territorial e de todos os atores e agentes envolvidos, está sendo uma experiência inovadora para o IPHAN, principalmente quanto ao processo de construção participativa, compartilhada e integral do Sítio que apresenta valores do ponto de vista Cultural e Natural, e a participação das comunidades tradicionais. Já o processo de construção da candidatura do bem seriado das Fortificações Brasileiras nos impõe um desafio quanto ao número de envolvidos no processo e a diversidade de situações, tanto do ponto de vista da conservação quanto da gestão dos bens envolvidos, sendo o principal desafio apresentado para esta candidatura relacionado à coordenação de suas ações, que deve alcançar dez estados brasileiros e 19 gestores de fortificações. Quanto à Tava, o principal desafio a ser encarado está na ações de salvaguarda perante às comunidades guarani de 6 estados brasileiros compreendidas pela coordenação do Território Yvyrupá (RS, SC, PR, SP, RJ e ES) que reconhecem a Tava em São Miguel das Missões como testemunho da cosmologia e ancestralidade Guarani, estendendo aos demais países do MERCOSUL envolvidos no domínio pretérito do território Guarani, quais sejam: Argentina, Paraguai e Uruguai.

Expectativas para o futuro: no ano de 2019 será avaliada a candidatura de Paraty e Angra dos Reis na reunião do Centro do Patrimônio Mundial, em Baku no Azerbaijão, também seguirá a construção e finalização do Plano e Sistema de Gestão do bem. Quanto às Fortificações Brasileiras: no ano de 2019 será iniciado o segundo ciclo do processo de candidatura deste bem seriado compreendendo a elaboração dos documentos técnicos de cada Fortificação e do Conjunto (estes documentos técnicos comporão o Dossiê da candidatura do bem seriado); a constituição do Comitê Técnico Nacional; a consolidação do Dossiê do Bem Seriado, no âmbito do Comitê Técnico Nacional; e a elaboração de outros planos estruturantes.

### **OBJETIVO ESTRATÉGICO 9: Implantar gestão estratégica por resultados**

Em relação ao aperfeiçoamento da prestação de Serviços ao Cidadão, foi realizado o mapeamento e redesenho do processo “Realizar Tombamento” e foram recomendados ajustes à Portaria Iphan 11/86, incluindo revisão e esclarecimento das etapas de trabalho, fixação de prazos às etapas, obrigatoriedade de informes ao cidadão durante o processo de realizar tombamento, entre outros.

### **OBJETIVO ESTRATÉGICO 10: Aperfeiçoar a gestão da informação e do conhecimento**

No final do último biênio avaliado, atingiu-se 104% da meta do Índice de Governança de Tecnologia da Informação (IGovTI-TCU), com resultado final de 0,52 pontos e nível de capacidade intermediário. Quanto à execução do PDTI 2014-2017, o plano encerrou-se com nível de execução geral de 58,6% - tendo sido concluídas 92 das 162 ações planejadas. Um novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) foi elaborado e aguarda aprovação pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (COGESTI).

**OBJETIVO ESTRATÉGICO 11: Instituir política e programa de desenvolvimento e valorização dos servidores**

Em 2018 manteve o processo de implementação da avaliação de competências como metodologia de suporte à elaboração do plano de capacitação do Instituto.

---

### **2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico**

---

O planejamento estratégico ainda se encontra em fase de consolidação prática e de apropriação por toda a área central, assim como unidades descentralizadas que incluem 27 Superintendências e seis unidades especiais. Todas as unidades foram envolvidas por meio de capacitações, reuniões presenciais e videoconferências. A organização adotou como prática o acompanhamento sistemático da execução de suas iniciativas e do desempenho de seus indicadores por meio de reuniões de análises estratégicas. As dificuldades identificadas fazem parte deste processo, pois a solidificação de uma gestão estratégica requer uma mudança de cultura que leva um tempo de maturação. Muitos gestores ainda confundem o planejamento das ações estratégicas com o planejamento das ações rotineiras. A instituição entende a relevância da prática de planejar e reconhece que apesar dos esforços empreendidos, o estágio de implementação do planejamento estratégico ainda não está no ponto desejado e esta constatação implica em compromissos maiores para 2019, a começar pelo realinhamento do Mapa Estratégico do IPHAN, cujos princípios gerais já foram apontados em 2016.



---

### **2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos**

---

O IPHAN também tem vinculação do plano com suas competências constitucionais, legais e normativas, bem como com os programas do novo Plano Plurianual. No capítulo “Cultura: Dimensão Essencial do Desenvolvimento”, o “OBJETIVO 0783 - Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro” determina metas para o IPHAN “04JP - Ampliar de 38 para 50 o número de bens culturais de natureza imaterial reconhecidos” e “04JQ - Ampliar em 5% a quantidade de bens tombados em macrorregiões do país” além de iniciativas para “04G2 - Preservação, salvaguarda, valorização, difusão, promoção, identificação e reconhecimento da memória e do patrimônio cultural, seu monitoramento e sua fiscalização” e para “05Z8 - Empreendimento de ações com vistas a aumentar o número de bens brasileiros reconhecidos como patrimônio cultural da humanidade.” Na linha da criação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, prevê também “05ZD - Estabelecimento de parcerias para implementação da Política Nacional de Patrimônio Cultural com as Unidades da Federação e com os municípios possuidores de bens tombados e registrados federais.”

---

#### **2.1.4 Planejamento nas Superintendências**

---

O planejamento das ações foi realizado no âmbito da Diretoria Colegiada, composta pela Presidência e as Diretorias, envolvendo as Superintendências do IPHAN. Em 2018, buscou-se fortalecer as ações de conservação do patrimônio histórico, priorizando as situações emergenciais e judiciais. Devido à metodologia de trabalho adotada, ainda não foram desenvolvidos outros indicadores de desempenho para mensurar os resultados encontrados a partir do planejamento, exceto o acompanhamento orçamentário-financeiro.

---

---

## **2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos**

---

---

As análises críticas de desempenho e redefinição de rumos com vistas ao atingimento dos objetivos e iniciativas propostas foram realizadas pelo Comitê Nacional de Monitoramento do IPHAN. A partir deste acompanhamento identificou-se uma necessidade de revisão do Mapa Estratégico da Entidade, com vistas à aproximação individual com cada unidade, para melhor monitorar o desenvolvimento de iniciativas prioritizadas para atingimento dos objetivos do mapa.

### 2.3 Desempenho orçamentário

Os recursos destinados para o ano de 2018, de acordo com o Projeto de Lei, foram da ordem de R\$ 486 milhões, sendo R\$ 67,6 milhões para o programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União; R\$ 5,1 milhão para o programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais; R\$ 204,8 para o programa 2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura; e R\$ 208,3 milhões para o programa 2027 - Cultura: Dimensão Essencial do Desenvolvimento.

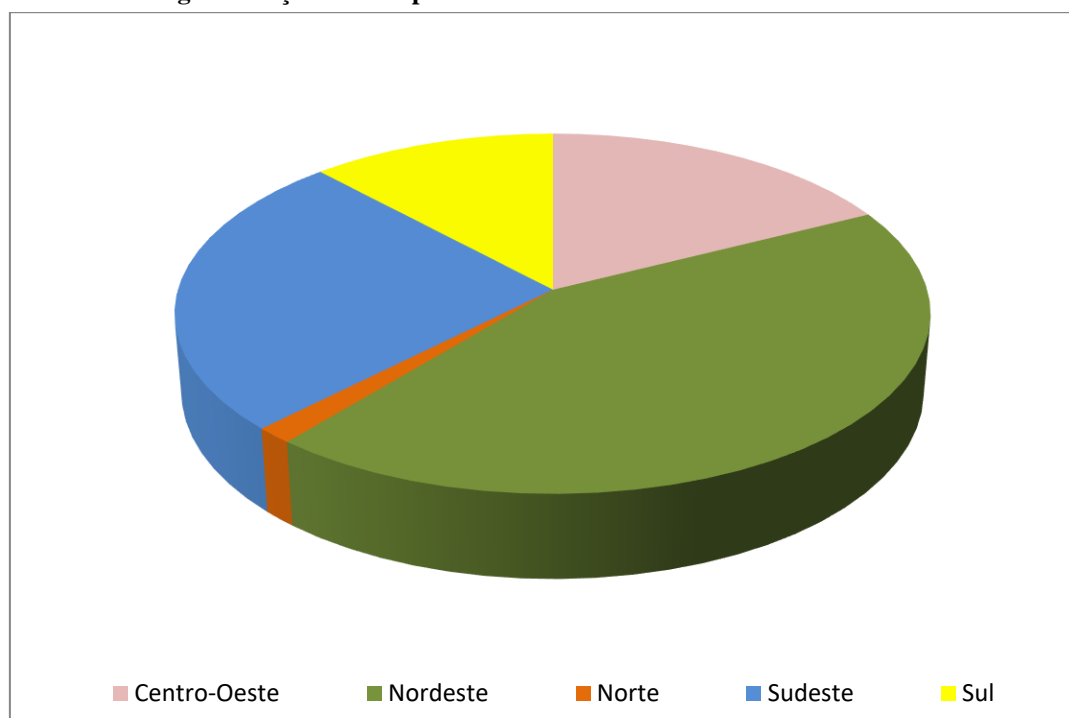
**Quadro 2.3 Programas Destinados para o Ano de 2018**

Programa	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	67.631.291	73.803.934	73.601.142	73.601.142	67.818.831
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	5.133.755	5.103.372	4.929.137	4.929.137	4.929.137
2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	208.374.359	188.318.468	187.113.150	111.307.012	110.236.743
2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura	204.895.052	226.656.472	208.678.778	194.783.077	184.774.487
<b>TOTAL</b>	<b>486.034.457</b>	<b>493.882.246</b>	<b>474.322.207</b>	<b>384.620.368</b>	<b>367.759.198</b>

Fonte: Siop

No âmbito das ações finalísticas alocadas no Programa de Governo Cultura: Dimensão Essencial do Desenvolvimento, o IPHAN teve uma execução de 99,3% de crédito empenhado sobre o crédito disponibilizado. Quanto à Regionalização das Despesas, contemplados no Programa Cultura: Dimensão Essencial do Desenvolvimento, nota-se que dos 187 milhões empenhados, R\$ 2,6 milhão destinados à Região Norte, R\$ 81,2 milhões à Região Nordeste, R\$ 32,8 milhões à Região Centro-Oeste, R\$ 48,0 milhões à Região Sudeste e R\$ 22,3 milhões à Região Sul, gerando a distribuição apresentada no gráfico abaixo:

**Gráfico 2.3 Regionalização das Despesas**



Fonte: Dados extraídos do Tesouro Gerencial

### 2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

**Quadro 2.3.1.1 Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		( ) Integral ( X ) Parcial				
Código		20ZH		Tipo: Atividade		
Título		Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro				
Iniciativa		O Volume II da LOA 2018 não faz vinculação entre Ação e Iniciativa				
Objetivo		Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro Código: 0783				
Programa		Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento			Código: 2027	
Unidade Orçamentária		42204				
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
35.599.359,00	27.511.473,00	26.303.165,70	13.026.951,51	12.175.306,21	851.645,30	13.279.214,19
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Bem preservado		Unidade	1.946	1.946	3.119	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
18.146.594,49	10.419.031,89	2.478.369,55	Bem preservado	Unidade	69	
Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		( ) Integral ( X ) Parcial				
Código		211F		Tipo: Atividade		
Título		Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais				
Iniciativa		O Volume II da LOA 2018 não faz vinculação entre Ação e Iniciativa				
Objetivo		Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais			Código: 0787	
Programa		Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento			Código: 2027	
Unidade Orçamentária		42204				
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.275.000,00	4.500.000,00	4.499.998,70	3.932.077,19	3.899.057,22	33.019,97	567.921,51
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Público atendido		Unidade	360.000	360.000	144.326	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.929.063,81	1.558.436,33	19.001,40	Público atendido	Unidade	7.768	
Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		( X ) Integral ( ) Parcial				
Código		5538 Tipo: Projeto				
Título		Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas				
Iniciativa		O Volume II da LOA 2018 não faz vinculação entre Ação e Iniciativa				
Objetivo		Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro Código: 0783				
Programa		Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento Código: 2027				
Unidade Orçamentária		42204				
Ação Prioritária		( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( X ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
168.500.000,00	156.306.995,00	156.306.985,66	94.347.982,80	94.162.379,27	185.603,53	61.959.002,86
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto realizado		Unidade	150	150	59	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
60.259.302,65	38.731.749,36	964.287,65	Projeto realizado	Unidade	26	

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

**Quadro 2.3.1.2 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS**

Identificação da Ação					
Código	20IJ			Tipo: Atividade	
Título	Preservação do Patrimônio Cultural				
Iniciativa	Implantação de ações de preservação, salvaguarda e valorização do patrimônio cultural Código: 034J				
Objetivo	Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade Código: 0783				
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			Código: 2027	
Unidade Orçamentária	42204				
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
880.251,47	83.000,00	0,00	Projeto realizado	Unidade	0
Identificação da Ação					
Código	20KK			Tipo: Atividade	
Título	Promoção, Educação e Informação para o Patrimônio Cultural				
Iniciativa	Apoio a projetos no âmbito do patrimônio cultural voltados a ações educativas, de promoção, difusão, gestão da informação, edição e publicação, articulação e fomento Código: 034G				
Objetivo	Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade Código: 0783				
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			Código: 2027	
Unidade Orçamentária	42204				
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
65.354,00	0,00	0,00	Projeto realizado	Unidade	0
Identificação da Ação					
Código	20KX			Tipo: Atividade	
Título	Identificação e Reconhecimento de Bens como Patrimônio Cultural Brasileiro				
Iniciativa	Promoção e realização da identificação e reconhecimento de bens culturais de natureza material e imaterial, inclusive em meios digitais, visando a valorização da diversidade brasileira Código: 034L				
Objetivo	Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade Código: 0783				
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			Código: 2027	
Unidade Orçamentária	42204				
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício					

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
20.000,00	0,00	0,00	Estudo e pesquisa realizados	Unidade	0
Identificação da Ação					
Código	2652		Tipo: Atividade		
Título	Normatização, Fiscalização e Monitoramento do Patrimônio Cultural Brasileiro				
Iniciativa	Normatização de procedimentos e implantação de planos de fiscalização e monitoramento do patrimônio cultural brasileiro e normatização dos sítios protegidos				Código: 034K
Objetivo	Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade				Código: 0783
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			Código: 2027	
Unidade Orçamentária	42204				
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
224.200,00	0,00	0,00	Acompanhamento realizado	Unidade	0

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

## ANÁLISE SITUACIONAL

### Código: 5538

Dotação inicial: R\$ 168.500.000,00 - Dotação final: R\$ 156.306.995,00

Empenhada 99,99% da dotação final, com liquidação de 60,36% da mesma e pagamento na ordem de 99,80% da despesa liquidada, ficando inscrito em Restos a Pagar 39,76% da despesa empenhada, entre Restos a Pagar (RAP) processado e não processados.

Quanto à execução dos RAP não processados – Exercícios Anteriores, a Instituição liquidou 64,28% dos valores inscritos e cancelou 1,6% dos mesmos.

No que se refere ao valor inicial constante da Lei Orçamentária sancionada pelo Presidente, tivemos uma redução de 7,24% em relação a dotação final, quanto a realização dos projetos estabelecidos no exercício de 2018 na Ação 5538. O processo de encaminhamento e sancionamento da LDO, ocasionou uma delonga quanto ao início das execuções previstas mediante resultados citados.

A análise da execução orçamentária e financeira dos restos a pagar tem se tornado a cada exercício mais relevante, devido a elevação do volume de recursos inscritos e reinscritos ao final de cada ano. No que se refere ao exercício de 2018, conforme informado na dotação inicial, final e ao RAP, ressalta-se fatores



prejudiciais ao desenvolvimento para resultados positivos, tendo em vista as dificuldades por meio de burocratização, não obtenção das devidas licenças ambientais, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, mesmo com projetos e obras paralisados, não iniciados ou atrasados, fatores naturais, ocorridos no ano em questão. Desta forma, alcançando uma expectativa favorável considerando os resultados com relação a 2017.

### **Código: 20ZH**

Dotação inicial: R\$ 35.599.359,00 - Dotação final: R\$ 27.511.473,00

Empenhada 95,61% da dotação final, com liquidação de 49,53% da mesma e pagamento na ordem de 93,45% da despesa liquidada, ficando inscrito em Restos a Pagar 53,71% da despesa empenhada, entre RAP processado e não processados.

Quanto à execução dos RAP não processados – Exercícios Anteriores, a Instituição liquidou 57,42% dos valores inscritos e cancelou 13,66% dos mesmos.

No que se refere ao valor inicial constante da Lei Orçamentária sancionada pelo Presidente, tivemos uma redução de 22,72% em relação a dotação final, quanto a realização dos projetos estabelecidos no exercício de 2018 na Ação 20ZH. O processo de encaminhamento e sancionamento da LDO, ocasionou uma delonga quanto ao início das execuções previstas mediante resultados citados. Logo, comparado ao exercício de 2017, obtendo um recurso maior e expectativa positiva em relação ao ano de 2018.

A análise da execução orçamentária e financeira dos restos a pagar tem se tornado a cada exercício mais relevante, tendo em vista, principalmente, a elevação do volume de recursos inscritos e reinscritos ao final de cada ano. Deste modo, o declínio no tocante ao desenvolvimento demonstrados dos resultados é causado por fatores como:

- Insuficiência da obtenção de licença ambiental;
- Desastres naturais;
- Delongas quanto ao sistema burocrático;
- Dotação insuficiente;
- Intervenções estruturais emergenciais e entre outros.

No que se refere ao ano de 2018, devido aos mesmos fatores negativos não obteve êxito esperado, não superando o ano 2017.

### **Código: 211F**

Dotação inicial: R\$ 4.275.000,00 - Dotação final: R\$ 4.500.000,00

Empenhada 99,99% da dotação final, com liquidação de 87,38% da mesma e pagamento na ordem de 99,15% da despesa liquidada, ficando inscrito em Restos a Pagar 13,35% da despesa empenhada, entre RAP processado e não processados.

Quanto à execução dos RAP não processados – Exercícios Anteriores, a Instituição liquidou 80,79% dos valores inscritos e cancelou 0,99% dos mesmos.

No que se refere ao valor inicial constante da Lei Orçamentária sancionada pelo Presidente, tivemos um aumento de 10% em relação a dotação final, quanto a manutenção estabelecida no exercício de 2018 na Ação 211F. Devido ao prolongado ciclo de encaminhamento e sancionamento da LDO, esta periodicidade ocasionou um retardo para o início das execuções previstas. Contudo, obtivemos melhores resultados em relação as supracitadas quanto ao esperado.

A análise da execução orçamentária e financeira dos restos a pagar para esta Ação, demonstra-se índices positivos aos resultados, embora notabilizando fatores negativos que prejudique a excelência do processo, como a negociação entre fornecedores e UGs, ocasionando atrasos consideráveis prejudicando o cumprimento das metas estabelecidas. Os recursos inscritos cancelados são justificados devido à não execução das despesas no período indicado ao exercício que ambas foram inscritas e contabilizadas.

---

### **2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário**

---

#### **ACÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 5538 – Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas**

**META:** 150 Projetos realizados

**REALIZADO:** 26 Projetos realizados

A meta não foi atingida, considerando que houve contingenciamento orçamentário no Programa em 2018. Registra-se que a proposta orçamentária era da ordem de R\$ 250 milhões, entretanto, o orçamento disponibilizado foi de R\$ 168 milhões.

#### **Realizações:**

Desde o início do Programa, fim do ano de 2013, até dezembro de 2017 foram concluídas 60 obras. Atualmente encontram-se 74 obras em execução; 54 ações em licitação ou a licitar; e 235 na fase de ação preparatória.

#### **Principais Desafios/riscos enfrentados:**

Superar os problemas, com o aumento dos limites orçamentários e financeiros para manutenção do fluxo de operação, para evitar postergação do início de obras e paralizações; agilizar a finalização dos projetos na fase preparatória; melhorar a gestão junto aos parceiros executores; aprimorar o acompanhamento das ações do PAC Cidades Históricas.

#### **Expectativa para o futuro:**

Espera-se que não haja restrições orçamentárias e financeiras em 2019 que venham proporcionar paralisações e atrasos das ações do Programa, assim como postergar o início de novas obras.

#### **ACÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 20ZH – Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro**

**META:** 1.946 Bens Preservados

**REALIZADO:** 3.119 Bens Preservados

Ao longo dos últimos anos tanto o quadro de servidores quanto o orçamento do Iphan tem sido alvo de significativas reduções, comprometendo sua capacidade de execução. A análise das reais condições operacionais da Instituição e do contexto político e econômico que o país enfrenta motivaram uma adequação das metas previstas para o exercício de 2018, permitindo que a mesma fosse plenamente atingida.

Há que se considerar fortemente que a crise política e econômica que implicou no reduzido orçamento destinado às ações de identificação e reconhecimento tiveram severo impacto em sua execução, principalmente no aspecto quantitativo, mas também no aspecto qualitativo (uma vez que a menor disponibilidade de recursos implica em inventários e pesquisas com fôlego menor que o desejado). Some-se a isso o fato de que o diminuto orçamento ainda foi contingenciado em mais de 40%, reduzindo ainda mais as possibilidades de realização de ações de identificação e reconhecimento, o que de fato coloca o cumprimento da meta sob risco.

Por outro lado, a liberação tardia do orçamento comprometeu a execução das ações previstas e redimensionadas a partir do contingenciamento.

### **ACÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 211F – Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais**

**META:** 360.000 Públicos Atendidos

**REALIZADO:** 144.326 Públicos Atendidos

Os valores utilizados no âmbito desta Ação Orçamentária propiciaram, em 2018, o funcionamento dos Espaços e dos Equipamentos Culturais sob a gestão do IPHAN, especificamente as 3 Unidades Especiais (Sítio Roberto Burle Marx-SRBM, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular-CNFPC e Centro Cultural Paço Imperial-CCPI), e as Casas do Patrimônio, oferecendo ao produtor cultural e aos artistas uma alternativa para o desenvolvimento de suas atividades, de modo a garantir a atratividade e a acessibilidade de público, e criando condições para sua sustentabilidade, bem como promovendo e difundindo o Patrimônio Cultural Brasileiro à sociedade.

O SRBM tem uma área de mais de 400 mil m<sup>2</sup>, onde está reunida uma das mais importantes coleções de plantas tropicais e semitropicais do mundo. Cultivada em viveiros e jardins, ao ar livre, a coleção apresenta mais de 3.500 espécies de plantas, entre as quais exemplares únicos das famílias *Araceae*, *Bromeliaceae*, *Cycadaceae*, *Heliconiaceae*, *Marantaceae*, *Palmae* e *Velloziaceae*. Burle Marx iniciou a coleção ainda menino, aos seis anos de idade.

Devido às suas coleções botânica-paisagística, artística, arquitetônica e biblioteconômica, é reconhecido como patrimônio cultural brasileiro desde 1985, data em que o arquiteto e paisagista Roberto Burle Marx doou a propriedade ao Iphan. O artista, falecido em 1994, não presenciou o tombamento integral do Sítio, em 2000, mas cumpriu-se a intenção de Burle Marx de preservar suas experiências, criar uma escola de paisagismo, botânica e artes em geral, e transmitir o seu principal legado: saber fazer jardins.

O CNFPC tem atuação nacional e sua missão consiste na pesquisa, documentação, difusão e execução de políticas públicas de preservação e valorização dos mais diversos processos e expressões da cultura popular. Sua estrutura abriga: o Museu de Folclore Edison Carneiro, a Biblioteca Amadeu Amaral e os setores de Pesquisa e de Difusão Cultural, além da área administrativa.

Criado em 1958 e vinculado ao IPHAN desde 2003, o Centro atua em diferentes perspectivas com o objetivo de atender as demandas sociais que se colocam no campo da cultura popular. Entre suas principais ações destacam-se os projetos de fomento da cultura popular, desenvolvidos pelo Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (PROMOART) e Sala do Artista Popular (SAP); programas de estímulo à pesquisa, como o Concurso Sílvio Romero de monografias, o Etnodoc (edital de filmes etnográficos), o Dedo de Prosa (fórum de debates) e o Projeto Memórias dos Estudos de Folclore.

O CCPI, tombado pelo IPHAN em 1938, é um Centro de exposições e eventos, e sede da Biblioteca Paulo Santos. Atuando pela preservação da memória histórica, ao mesmo tempo em que incorpora as inovações de cultura brasileira, é um dos marcos da história cultural do Rio de Janeiro.

Desde que se transformou em um espaço aberto às exposições e aos eventos culturais, a linha de atuação adotada encontra uma metáfora concreta na restauração feita entre 1982 e 1985, que mescla elementos originais do prédio com outros, contemporâneos. Assim, convivem no Paço Imperial, as obras de

Aleijadinho, Joseph Beuys, Maria Clara Machado, John Cage, os Rolling Stones, Hélio Oiticica e Mestre Valentim.

O projeto Casas do Patrimônio desenvolve ações que fomentam a articulação do IPHAN com a população local, promovendo atividades que geram circulação de público no espaço físico destinado às Casas do Patrimônio. Neste sentido, exposições, palestras, oficinas, rodas de conversa, seminários e diversas outras ações que estejam relacionadas com as particularidades locais são propostas e executadas, fomentando a interação e a participação de público nas Casas do Patrimônio. Considerando os registros regionais, no período de janeiro a junho de 2018, foram recebidos 144.326 visitantes nos Espaços e Equipamentos Culturais sob a gestão do IPHAN, é possível inferir que o IPHAN superestimou a meta a ser alcançada.

### 2.3.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

O Instituto possui setor específico para realizar a Auditoria Interna de todos os atos e procedimentos realizados no âmbito do Órgão. Entretanto, por se tratar de áreas distintas, a CCONV não possui informações acerca de como é realizado o controle interno.

O IPHAN disponibiliza as informações referentes às suas parcerias por meio do endereço eletrônico: <http://portal.iphan.gov.br/>, com vistas a facilitar o acesso ao público externo das ações executadas pelo IPHAN. Dessa forma, o conteúdo passou a ser apresentado por um caminho mais didático, com informações completas e atualizadas, dando maior transparência às políticas públicas praticadas por este órgão.

**Quadro 2.3.3.1 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN					
UG/GESTÃO:	343026/40401					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes Repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Convênio	0	0	2	0,00	355.884,00	2.175.812,67
Termo de Colaboração	1	0	2	258.860,00	137.829,50	194.050,00
Contrato de Repasse	0	0	-	0,00	-	-
Termo de Execução Descentralizada	5	4	1	787.869,00	1.201.106,50	472.308,00
Termo de Compromisso	0	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>1.046.729,00</b>	<b>1.694.820,00</b>	<b>2.842.170,67</b>

Fonte: CCONV/CGLOG/DPA

**Quadro 2.3.3.2 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres**

<b>Unidade Concedente</b>					
<b>Nome:</b> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN					
<b>UG/GESTÃO:</b> 343026/40401					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação/TED	Termo de Colaboração
Exercício do Relatório de Gestão	Contas Prestadas	Quantidade	4	3	2
		Montante Repassado	R\$ 2.218.512,75	R\$ 588.243,00	R\$ 382.719,50
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	1	0
		Montante Repassado	R\$ 0,00	R\$ 848.375,50	R\$ 0,00
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: CCONV/CGLOG/DPA (SICONV/SIAFI)

**Quadro 2.3.3.3 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão**

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>					
<b>Nome:</b> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN					
<b>UG:GESTÃO:</b> 343026/40401					
<b>Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão</b>			<b>Instrumentos</b>		
			<b>Convênios</b>	<b>Termo de Execução Descentralizada / Termo de Cooperação</b>	<b>Termo de Colaboração</b>
<b>2018</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	<b>14</b>	<b>6</b>	<b>1</b>
		Quantidade Reprovada	0	0	0
		Quantidade de TCE	0	0	0
		Diversos Responsáveis	1	0	0
		Montante repassado	R\$ 2.005.545,50	R\$ 1.816.378,60	161.879,50
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
		Montante repassado (R\$)	R\$ 2.143.512,75	R\$ 848.375,50	220.840,00

**Fonte:** CCONV/CGLOG/DPA



**Quadro 2.3.3.4 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN					
UG/GESTÃO: 343026/40401					
Instrumento de Transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	0	1	0	1
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0
Termo de Execução Descentralizada	0	0	0	1	0
<b>Totais</b>	0	0	1	1	1

Fonte: CCONV/CGLOG/DPA

## ANÁLISE CRÍTICA

### Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, por intermédio da Coordenação de Convênios e Prestação de Contas - CCONV, adota as seguintes medidas com o intuito de sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente, são elas: envio de ofícios de cobrança da prestação de contas, notificações, contatos via e-mail e telefone. Além disso, solicitamos o apoio dos fiscais, designados para o acompanhamento e fiscalização dos convênios/congêneres, a fim de solucionar as pendências e auxiliar o Conveniente na conclusão das prestações de contas.

Ademais, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 82 da Portaria Interministerial nº 507/2011, § 1º do art. 70 da PI nº 424/2016, além do § 1º e § 2º do art. 70 da Lei 13.019/2014, a Divisão de Prestação de Contas de Convênios - DICONT busca esgotar todas as providências cabíveis para regularização das pendências antes de se instaurar uma Tomada de Contas Especial – TCE ou acionar a Procuradoria Federal junto ao Iphan para cobrança executiva de forma judicial, nos casos em que o dano ao erário não atinja o limite pré-estabelecido.

### Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Os montantes repassados nos exercícios de 2016, 2017 e 2018 foram R\$ 2.842.170,67 e R\$ 1.694.820,00, R\$ 1.046.729,00 respectivamente.

No exercício de 2016, os valores de repasses federais permaneceram, relativamente, mais estáveis, havendo um aumento de, apenas, 5% em relação ao exercício anterior, no qual foram repassados o montante de R\$ 2.711.216,00, o que equivale a um aumento de R\$ 130.954,67.

Já no exercício de 2017, o número de celebrações diminuiu. Foram celebrados apenas quatro Termos de Execução Descentralizada entre o IPHAN e outras entidades federais para execução de objetos em assuntos diversos, o que representa um total de R\$ 1.201.106,50. O montante total repassado no exercício de 2017 representa uma queda de aproximadamente 42% em relação ao ano anterior.

No exercício de 2018, devido ao contingenciamento das transferências dos recursos financeiros por parte do Governo Federal, notamos uma redução significativa nas transferências de recursos e na celebração de novos instrumentos. Foram celebrados seis instrumentos, sendo um Termo de Colaboração e cinco Termos de Execução Descentralizada, sendo repassados naquele exercício o total de R\$ 1.046.729,00.

### **Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;**

A alegação da maioria dos convenientes no que se refere ao descumprimento dos prazos para apresentação de prestação de contas se trata da dificuldade na utilização do SICONV. As dificuldades advêm, dentre outros motivos, da falta de conhecimento sobre o sistema e da instabilidade do mesmo. Isso traz consequências diretas no trabalho da Divisão de Prestação de Contas, que deve prestar auxílio por telefone, e-mail e pessoalmente. Dessa forma, segue o resumo do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos três exercícios:

#### **2016**

Em 2016, havia 15 Instrumentos a prestar contas, sendo 13 Convênios, 1 Termo de Cooperação e 1 Termo de Execução Descentralizada. Desses Instrumentos, informamos que:

1. 1 Termo de Cooperação não prestou contas no prazo;
2. 14 Instrumentos (13 convênios e 1 Termo de Execução Descentralizada) prestaram contas no prazo;
3. Nenhum Instrumento teve sua análise concluída no exercício.

#### **2017**

Em 2017, havia 9 Instrumentos a prestar contas, sendo 7 Convênios e 2 Termos de Execução Descentralizada. Desses Instrumentos, informamos que:

1. Todos os Instrumentos prestaram contas no prazo;
2. 2 Instrumentos foram analisados:
  - 1 Termo de Execução Descentralizada foi diligenciado para complementação documental;
  - 1 Convênio foi aprovado.
3. 7 Instrumentos não foram analisados no exercício.

## 2018

Em 2018, havia 10 Instrumentos a prestar contas, sendo 4 Convênios, 4 Termos de Execução Descentralizada e 2 Termos de Colaboração. Desses Instrumentos, informamos que:

1. 1 Termo de Execução Descentralizada não prestou contas no prazo;
2. 9 Instrumentos (4 Convênios, 3 Termos de Execução Descentralizada e 2 Termos de Colaboração) prestaram contas no prazo;
3. 5 Instrumentos foram analisados:
  - 3 Termos de Execução Descentralizada foram aprovados;
  - 1 Termo de Colaboração foi aprovado;
  - 1 Convênio foi diligenciado para complementação documental.
4. 4 Instrumentos não foram analisados no exercício.

A Divisão de Prestação de Contas efetua as análises priorizando os Instrumentos mais antigos, na busca de eliminar os passivos, além de obter uma coerência de ordem cronológica.

**Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;**

Em 2018, a DICONT analisou a prestação de contas de 32 convênios/congêneres, o que resultou em 51 diligências e 21 aprovações de prestação de contas.

Por meio de estudos e observações, constatou-se que, para aprovar a prestação de contas da maioria dos instrumentos do IPHAN, levou-se em média 1,5 anos, considerando o último triênio. Isso se deve ao fato de o conveniente ter apresentado documentações incompletas, o que resultou em diligências para complementação documental estendendo o tempo médio para aprovação.

No entanto, a Divisão de Prestação de Contas, em conjunto com a Coordenação de Convênios, vem buscando aperfeiçoar os mecanismos de controle, adaptando os limites de prazos para conclusão dos trâmites administrativos de maneira mais efetiva, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 76 da Portaria Interministerial nº 507/2011, § 1º do art. 70 da Portaria Interministerial nº 424/2016, além do § 1º e § 2º do art. 70 da Lei 13.019/2014.

Em virtude disso, constatou-se que, no decorrer dos três últimos exercícios, a média do tempo de análise vem diminuindo gradativamente, conforme demonstra a tabela abaixo:

#### Quadro 2.3.3.5 Média do Tempo de Análise

2016	2017	2018
2,3 anos	1,8 anos	0,4 anos

Fonte: CCONV/CGLOG/DPA

Vale ressaltar que, a sensível redução do tempo de análise demonstrado no quadro acima para o exercício de 2018 deu-se em virtude da análise de grande parte de Termos de Execução Descentralizada, além de Termos de Colaboração, cujas análises são mais simplificadas e céleres em relação aos convênios.

Nos anos de 2016, 2017 e 2018, somente um servidor permaneceu na área, com dois terceirizados no apoio administrativo. Apesar do quadro de pessoal ter sido modificado em 2018, não houve alteração no quantitativo disponível para análise, seguindo sem novas contratações.

Ademais, a análise das prestações de contas ainda foi influenciada por mais dois importantes fatores: a dificuldade por parte dos convenientes na inserção de documentação no SICONV e a qualidade e conformidade das informações dos documentos encaminhados por eles, demandando solicitações de documentação complementar para conclusão das análises.

Vale ressaltar, que a dinâmica de análise da documentação financeira buscou atender às determinações dos Acórdãos emanados pelo Tribunal de Contas da União, além do atendimento aos dispositivos legais que regeram cada Instrumento, a saber, as Portarias Interministeriais 127/2008 e 507/2011, além dos arcabouços legais auxiliares. A análise, tendo como base os dispositivos elencados, é mais criteriosa, o que acarretou grande dispêndio de tempo.

A Lei 13.019/2014, juntamente com seu Decreto regulamentador 8.726/2016, foi utilizada e a expectativa, em médio prazo, é que os novos Instrumentos, regidos por ela, tenham uma análise mais célere, já que os dispositivos citados permitem a análise de Prestação de Contas de maneira simplificada, não deixando de atentar, no entanto, aos casos em que se observarem inconsistências ou qualquer tipo de irregularidade, prescrevendo dessa forma uma análise mais acurada, com a exigência de documentação complementar para comprovação das contas.

No entanto, é importante frisar que para os demais instrumentos que virão a ser regidos pela Portaria Interministerial 424/2016 (revoga a PI 507/2011 e dá outras providências), o processo de análise permanecerá mais detalhado, demandando um tempo maior para sua conclusão.

#### **Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;**

A Coordenação de Convênios e Prestação de Contas - CCONV deste Instituto é responsável pelo gerenciamento e monitoramento das atividades de transferências de recursos, alterações de planos de trabalho, alteração de vigência, disponibilização de OBTV para Conveniente, utilização de rendimento de aplicação financeira, prorrogação de ofício e análise da prestação de contas financeira. Todas essas atividades são gerenciadas por meio de planilhas e informações de controle do Portal de Convênios - SICONV.

Com relação à fiscalização in loco, o IPHAN, além de sua sede em Brasília, conta com uma Superintendência em cada Estado do Brasil para atuar no acompanhamento e fiscalização dos convênios/congêneres celebrados. Essa gestão não se concentra apenas no IPHAN/SEDE. Desde o ano de

2010, as Superintendências Regionais têm celebrado, executado, fiscalizado e analisado as prestações de contas de convênios/congêneres que são firmados em cada Unidade.

A atribuição de realizar a fiscalização in loco da execução do objeto conveniado é do Fiscal de cada instrumento na sua área de execução. Os fiscais são designados por meio de Portaria publicada no Boletim Administrativo Eletrônico – BAE, assinada e aprovada pela Presidente. Com o intuito de alinhar os procedimentos entre os servidores e as Superintendências envolvidas na gestão dos convênios/congêneres, o IPHAN regulamentou, por meio da Portaria nº 542, de 14 de novembro de 2014, a Norma Interna de Gestão de Convênios. Este documento estabelece os procedimentos e responsabilidades de cada unidade envolvida na celebração, execução, acompanhamento e fiscalização e prestação de contas e, tendo em vista as mudanças nas normas legais que regem o assunto, vem passando por adequações. Além disso, mensagens informativas relativas à temática dos convênios/congêneres aos servidores, convenientes e demais envolvidos direta ou indiretamente no contexto, são encaminhadas semanalmente, criando, assim, um canal de comunicação entre atores do processo.

Em 2016, com advento da nova legislação que estabelece procedimentos para as parcerias firmadas com as Organizações da Sociedade Civil, e com intuito de melhorar o acompanhamento e fiscalização desses instrumentos, passou-se a realizar, mensalmente, encontros por meio de videoconferências entre os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, Gestores e demais interessados, a fim de padronizar o comportamento dos envolvidos nas ações. Além disso, esta Coordenação elaborou nova Norma Interna de Gestão de Termos de Colaboração e/ou Fomento, visando atender à nova legislação, a qual carece de análise e aprovação das autoridades competentes.

Ainda, no final do exercício de 2016, mais precisamente em 30 de dezembro, passou a vigorar a Portaria Interministerial 424/2016, que estabelece as normas relativas às transferências voluntárias, revogando a Portaria Interministerial 507/2011. Cabe ressaltar que nova Norma Interna de Gestão de Convênios regidos pelo novo dispositivo também se encontra em fase de finalização.

### **Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.**

As transferências voluntárias realizadas pelo IPHAN têm como objetivo a Preservação dos Patrimônios Material e Imaterial Brasileiro. A efetividade dessas transferências pode ser verificada nos produtos apresentados ao final da execução de cada projeto.

Preservar o Patrimônio Cultural é um ato de grande importância no que se refere ao crescimento social e cultural de um povo. Por meio da execução desses projetos, o IPHAN e seus parceiros garantem a preservação, a difusão e a apropriação dos patrimônios material e imaterial. Nesse sentido, o maior beneficiado é o cidadão brasileiro.

---

### **2.3.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas**

---

Atualmente, a DICONT, área responsável pela análise das contas dos instrumentos de transferências voluntárias celebrados por este Instituto, é composta por um servidor e dois terceirizados que desenvolvem o apoio administrativo na execução das tarefas.

Além disso, todas as atividades realizadas na análise das prestações de contas são gerenciadas por meio de planilhas e informações de controle do SICONV e SIAFI.

### 2.3.3.2 Convênios registrados no Siconv com prazo de prestação de contas expirado

Das análises de prestações de contas referentes aos convênios listados na tabela do item 3.2.1.1 do Relatório de Auditoria de Gestão 201203491/020 (prestação de contas do exercício de 2011), informamos que, dos 35 instrumentos, 31 encontram-se na situação de “Prestação de Contas Aprovada ou Prestação de Contas Aprovada com Ressalvas”, 1 encontra-se na situação “Aguardando Prestação de Contas”, o qual foi instaurado processo de Tomada de Contas Especial, e 3 convênios, que estavam pendentes de análise e conclusão das contas, encontram-se na situação de “Prestação de Contas Aprovada com Ressalvas”, conforme dados abaixo:

**Quadro 2.3.3.2.1 Situação de 35 Instrumentos**

Ano	Convênio	Fim Vigência	Repasso	Situação em 08/02/2018
2008	701559	25/07/2010	R\$ 112.248,15	Prestação de Contas Aprovadas com ressalvas no SICONV em 31/05/2012.
2008	702174	10/02/2011	R\$ 554.937,22	Prestação de Contas Aprovadas com ressalvas no SICONV em 19/02/2016.
2008	702692	31/12/2010	R\$ 468.800,00	Prestação de Contas Aprovadas no SICONV em 24/09/2015.
2008	702707	31/12/2009	R\$ 235.887,00	Prestação de Contas Aprovadas com ressalvas no SICONV em 19/07/2012.
2009	703440	30/06/2010	R\$ 425.985,21	Prestação de Contas Aprovadas com ressalvas no SICONV em 14/09/2012.
2009	704477	30/04/2010	R\$ 255.656,52	Prestação de Contas Aprovadas no SICONV em 31/10/2013.
2009	704643	30/04/2010	R\$ 61.920,00	Prestação de Contas Aprovada no SICONV em 22/06/2015.
2009	705036	30/12/2010	R\$ 115.693,20	Prestação de Contas Aprovada com ressalvas no SICONV em 31/03/2016.
2009	705039	30/06/2010	R\$ 165.172,76	Prestação de Contas Aprovada com ressalvas no Portal SICONV em 03/06/2013.
2009	705072	14/07/2011	R\$ 175.470,00	Prestação de Contas Aprovada no SICONV em 16/04/2014.
2009	706385	30/08/2010	R\$ 97.447,00	Prestação de Contas Aprovada com ressalvas no SICONV em 14/09/2012.
2009	706387	15/08/2011	R\$ 218.000,00	Prestação de Contas Aprovada no SICONV em 11/06/2015.
2009	707830	31/12/2010	R\$ 121.000,00	Prestação de Contas Aprovada no SICONV em 11/06/2015.
2009	707831	31/12/2010	R\$ 400.000,00	Prestação de Contas Aprovada no SICONV em 27/03/2014.
2009	714422	15/11/2010	R\$ 96.400,00	Prestação de Contas Aprovada no SICONV em 14/07/2015.
2009	714969	31/12/2010	R\$ 100.000,00	Prestação de Contas Aprovada com ressalvas no SICONV em 21/08/2017.
2009	715256	24/05/2011	R\$ 100.000,00	Prestação de Contas Aprovada no SICONV em 26/10/2012.
2009	715327	09/06/2010	R\$ 164.023,00	Prestação de contas Aprovada no SICONV em 15/02/2013.
2009	717905	31/12/2010	R\$ 118.665,00	Prestação de Contas Aprovada com ressalvas no SICONV em 15/01/2013.

Ano	Convênio	Fim Vigência	Repassse	Situação em 08/02/2018
2009	718528	29/12/2010	R\$ 100.000,00	Prestação de Contas Aprovada no SICONV em 23/08/2012.
2009	720521	02/09/2010	R\$ 200.000,00	Prestação de Contas Aprovada no SICONV em 16/04/2014.
2009	720523	15/03/2010	R\$ 100.000,00	Prestação de Contas Aprovada no SICONV em 26/11/2014.
2009	720526	31/12/2010	R\$ 165.196,80	Prestação de Contas Aprovada com ressalvas no SICONV em 03/06/2016.
2009	720576	31/12/2010	R\$ 71.239,20	Prestação de Contas Aprovada no SICONV em 29/12/2015.
2009	721198	30/04/2011	R\$ 140.450,00	Prestação de Contas Aprovada no SICONV em 24/02/2014.
2009	723604	10/08/2010	R\$ 199.700,00	Prestação de Contas Aprovada no SICONV em 31/10/2013.
2009	723608	30/09/2010	R\$ 122.703,00	Prestação de Contas Aprovada com ressalvas no SICONV em 14/06/2016.
2009	725444	31/05/2011	R\$ 100.000,00	Prestação de Contas Aprovada no SICONV em 15/01/2013.
2010	737968	17/12/2010	R\$ 1.588.332,72	Prestação de Contas Aprovada no SICONV em 24/04/2015.
2009	714969	31/12/2010	R\$ 100.001,90	Prestação de Contas Aprovada com Ressalvas no SICONV em 21/08/2017.
2009	715351	01/03/2011	R\$ 105.000,00	Prestação de Contas aprovada no SICONV em 21/08/2017.
2009	715385	28/03/2011	R\$ 105.000,00	Tomada de Contas Julgada pelo TCU - Acórdão nº6871/2016 - TCU - 2ª Câmara.

Fonte: CCONV/CGLOG/DPA

#### Quadro 2.3.3.2.2 Instrumentos pendentes de conclusão dos procedimentos de análise e aprovação das contas

Ano	Convênio	Fim Vigência	Repassse	Situação em 14/02/2018
2009	707825	30/09/2010	R\$ 80.000,00	Prestação de Contas Aprovada com Ressalvas no SICONV em 08/10/2018.
2009	709303	30/06/2011	R\$ 104.437,50	Prestação de Contas Aprovada com Ressalvas no SICONV em 21/02/2018.
2009	715324	20/12/2010	R\$ 102.262,00	Prestação de Contas Aprovada com Ressalvas no SICONV em 22/02/2019.

Fonte: CCONV/CGLOG/DPA

Assim, constatamos que todos os instrumentos listados anteriormente tiverem suas prestações de contas analisadas, não restando pendências de ações por parte deste Instituto.



## 2.3.4 Informações sobre a execução das despesas

### Quadro 2.3.4.1 Despesas por grupo e elemento de despesa

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2018	%	2017	%	2018	%	2017	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	183.132.238,28	37	148.468.005,29	34	105.963.127,27	28	97.498.838,31	27
a) Convite	666.115,37	0	135.029,90	0	14.520,00	0	62.470,00	0
b) Tomada de Preços	14.977.386,87	3	6.533.951,50	1	3.689.033,25	1	2.857.310,00	1
c) Concorrência	45.253.828,18	9	32.921.456,54	7	23.057.149,53	6	16.005.043,45	4
d) Pregão	71.501.903,83	14	76.298.064,78	17	54.432.794,30	15	60.356.189,16	17
e) Concurso	446.640,00	0	370.000,00	0	439.140,00	0	370.000,00	0
f) Consulta	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	50.286.364,03	10	32.209.502,57	7	24.330.490,19	6	17.847.825,70	5
2. Contratações Diretas (h+i)	65.623.037,46	13	50.941.580,52	12	47.394.128,15	13	29.061.543,25	8
h) Dispensa	58.794.100,82	12	45.278.439,31	10	42.433.163,62	11	26.211.374,37	7
i) Inexigibilidade	6.828.936,64	1	5.663.141,21	1	4.960.964,53	1	2.850.168,88	1
3. Regime de Execução Especial	31.421,88	0	24.572,72	0	31.421,88	0	24.572,72	0
j) Suprimento de Fundos	31.421,88	0	24.572,72	0	31.421,88	0	24.572,72	0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	188.465.546,24	38	184.823.923,73	42	176.042.351,05	47	184.773.824,99	51
k) Pagamento em Folha	187.032.626,28	38	183.261.535,01	41	174.609.431,09	47	183.211.436,27	50
l) Diárias	1.432.919,96	0	1.562.388,72	0	1.432.919,96	0	1.562.388,72	0
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	437.252.243,86	88	384.258.082,26	87	329.431.028,35	88	311.358.779,27	86
6. Total das Despesas da UPC	496.759.730,80	100	442.239.003,76	100	374.463.683,92	100	363.069.317,02	100

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

**Quadro 2.3.4.2 Despesas por grupo e elemento de despesa**

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	187.032.626,28	183.261.535,01	187.032.626,28	183.261.535,01	0,00	0,00	174.609.431,09	183.211.436,27
11. VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	75.482.161,38	77.811.305,80	75.482.161,38	77.811.305,80	0,00	0,00	70.373.575,27	77.811.305,80
01. APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	60.463.007,48	56.557.705,81	60.463.007,48	56.557.705,81	0,00	0,00	55.728.426,87	56.557.705,81
04. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	18.297.684,18	19.280.818,76	18.297.684,18	19.280.818,76	0,00	0,00	17.184.326,49	19.280.818,76
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	32.789.773,24	29.611.704,64	32.789.773,24	29.611.704,64	0,00	0,00	31.323.102,46	29.561.605,90
3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	146.871.046,88	131.795.379,79	109.629.684,97	105.041.045,60	37.241.361,91	26.754.334,19	104.453.102,87	103.909.406,66
37. LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	55.826.516,17	60.341.404,88	46.334.852,12	52.189.580,77	9.491.664,05	8.151.824,11	45.246.699,17	51.572.826,24
39. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	56.113.250,28	49.080.008,08	38.511.071,14	36.126.397,35	17.602.179,14	12.953.610,73	35.832.315,12	35.644.300,52
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	34.931.280,43	22.373.966,83	24.783.761,71	16.725.067,48	10.147.518,72	5.648.899,35	23.374.088,58	16.692.279,90
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
4. INVESTIMENTOS	162.856.057,64	127.182.088,96	95.759.104,82	76.799.179,23	67.096.952,82	50.382.909,73	95.401.149,96	75.948.474,09
51. OBRAS E INSTALAÇÕES	121.033.366,87	84.260.683,00	61.470.952,42	37.467.122,34	59.562.414,45	46.793.560,66	61.241.227,94	36.616.417,20
41 . CONTRIBUIÇÕES	39.374.423,10	41.446.890,37	33.060.697,20	39.146.569,58	6.313.725,90	2.300.320,79	33.060.697,20	39.146.569,58
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	2.448.267,67	1.474.515,59	1.227.455,20	185.487,31	1.220.812,47	1.289.028,28	1.099.224,82	185.487,31
Total	496.759.730,80	442.239.003,76	392.421.416,07	365.101.759,84	104.338.314,73	77.137.243,92	374.463.683,92	363.069.317,02

Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA

## **ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA**

No ano de 2018, o Instituto impulsionado pela aplicação de recursos em obras e instalações observou-se um comportamento de acréscimo em referência ao exercício de 2017, em várias modalidades de licitação, entre eles cabe destacar o aumento de: 129% em tomada de preços; 37% em concorrência; e 56% nas despesas provenientes com licitação de Regime Diferenciado de Contratações Públicas reflexo direto da aplicação de investimento em obras contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento.

Em atenção as despesas de pessoal e encargos sociais nota-se uma diminuição com vencimentos e vantagens fixas dos servidores, reflexo do crescente quadro de aposentados da Instituição, contudo, em relação aos gastos com contratação por tempo determinado (+ 9,8%) e locação de mão-de-obra (+ 4%) o que demonstra gastos com pessoal não pertencente aos quadros do serviço público. Observa-se um acréscimo de 10% nas despesas com obras e instalações em relação ao ano de 2017.

---

## 2.4 Desempenho Operacional

---

A atuação do IPHAN no Plano Plurianual situa-se no Programa de Governo Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento, no âmbito do objetivo preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro, e que tem como metas: a) ampliar de 38 para 50 o número de bens culturais de natureza imaterial reconhecidos; b) ampliar em 5% a quantidade de bens tombados em macrorregiões do país.

No alcance das metas estabelecidas, o balanço físico do exercício de 2018 mostrou que houve um direcionamento de ações em atendimento das situações de caráter emergencial, tendo em vista as dificuldades de atendimento de todas as demandas no âmbito da preservação do patrimônio cultural. Dessa forma tem a saber:

**META:** Ampliar de 38 para 50 o número de bens culturais de natureza imaterial reconhecidos.

De acordo com a Portaria IPHAN nº 200/2016, o reconhecimento de bens culturais imateriais é um dos macroprocessos do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI e possui quatro processos, quais sejam: Registrar Bens Culturais de Natureza Imaterial; Revalidar Bens Culturais Registrados; Incluir Línguas no INDL; e Apoiar candidaturas às Listas da Convenção UNESCO de 2003.

Em 2018, foram Registrados 06 bens culturais imateriais, nos termos do Decreto 3.551/2000, abaixo nomeados:

1. Tradições Doceiras na Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Morro Redondo, Ituruçu, Capão do Leão e Arroio do Padre), inscrito no Livro de Registro dos Saberes;
2. Literatura de Cordel, inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão;
3. Procissão do Senhor dos Passos de Santa Catarina, inscrita no Livro de Registro das Celebrações;
4. Sistema agrícola de comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, inscrito no Livro de Registro dos Saberes;
5. Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins, inscrito no Livro de Registro das Celebrações;
6. Marabaixo, inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão.

Ainda em 2018 foi apoiada 01 (uma) candidatura à Lista da Convenção Unesco de 2003. Entretanto, a candidatura só deve ser analisada por aquele organismo internacional no ano de 2019, de modo que entendemos por bem não contabilizá-lo nos números relacionados à meta. Não foram concluídos processos de Revalidação de bens culturais registrados e também não foram incluídas línguas no INDL.

Assim, temos que em 2018 chegamos ao número de 47 bens registrados.

Não é sem valor ressaltar que, como se pode perceber, a meta já poderia ter sido facilmente superada, não fosse a permanência da situação de insuficiência de quadros técnicos na instituição, resultando longos períodos de tempo para a realização de adequada instrução dos processos de reconhecimento e para a análise e emissão de pareceres técnicos em cada um destes processos, o que deverá ser considerado no estabelecimento das metas do próximo PPA. Isso porque, ainda que a meta indique apenas a quantidade de bens reconhecidos, para se chegar a esse momento diversas ações devem ser realizadas, como análises, pesquisa, documentação e reuniões de mobilização. Soma-se ao quadro relacionado aos recursos humanos o baixo investimento de recursos orçamentários na instrução de processos de reconhecimento, consequência do baixo orçamento destinado às ações finalísticas do IPHAN nos últimos anos.

Considerando que em 2018 foram reconhecidos 06 (seis) bens culturais fica evidenciado que, apesar de todas as dificuldades e escassos recursos humanos e financeiros, é possível que o Iphan alcance a meta do PPA.

**META:** Ampliar em 5% a quantidade de bens tombados em macrorregiões do país.

Ao longo de 2016 foram tombados 05 (cinco) novos bens, situados em quase todas as regiões, exceto Centro-Oeste, e principalmente no Nordeste, a saber: Rio Grande do Sul – Conjunto Histórico de Pelotas; Rio de Janeiro – Acervo Arthur Bispo do Rosário; Bahia – Terreiro Tumba Junsara, Pernambuco – Terreiro Sítio Pai Adão e Acre –Geoglifo do Sítio Jaco Sá.

**Quadro 2.4 Números para Referência do Controle da Meta**

R	Número de bens tombados*	5% sobre o número de bens tombados
CO	41	2 (2,05)
N	38	2 (1,9)
NE	410	21 (20,5)
S	146	7 (7,3)
SE	547	27 (27,35)
<b>Total Geral</b>	<b>1182</b>	<b>59 (59,1)</b>

**Fonte:** DEPAM

Dessa forma, para a meta estabelecida restam 48 bens a serem tombados para o próximo ano.

Em 2018 foram priorizados os processos Nordeste em condições de serem analisados pelo Conselho Consultivo, que ficou com 2 dos cinco tombamentos realizados.

Considerando a realização de uma média de 03 (três) reuniões do Conselho Consultivo por ano, seria necessário promover o tombamento de aproximadamente 16 bens por reunião, o que excede o número viável para análise e debate do Conselho Consultivo, motivo pelo qual a meta dificilmente será atingida.

---

---

## **2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho**

---

---

O Mapa Estratégico permite acompanhar o desempenho do órgão conforme prioridades estabelecidas e mensuradas de acordo com os indicadores construídos. Tendo em vista que os objetivos âmbito do foco de atuação e organização interna terem sido renomeados, em 2017 foi pouco mensurável os resultados para quadriênio do planejamento. Porém, é possível visualizar os avanços do período de 2018, conforme mostra o item 2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.

---

### **2.5.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho das superintendências**

---

Tópico mencionado no item 2.1.4 que trata sobre o Planejamento nas Superintendências do IPHAN.

### 3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

---

#### 3.1 Descrição das estruturas de governança

---

Fazem parte da Estrutura de Governança do IPHAN o Departamento de Planejamento e Administração – DPA, o Gabinete da Presidência, a Procuradoria Federal – PF, e a Auditoria Interna – AUDIN, tendo como apoio à Governança o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comitê Nacional de Monitoramento.

A Estrutura de Governança do IPHAN está organizada da seguinte forma: Diretoria Colegiada, composta pelo Presidente do órgão e quatro diretorias, e uma diretoria instituída (Portaria Iphan 438/2013), com poder deliberativo. A Diretoria Colegiada se reúne com regularidade e delibera sobre assuntos de interesses das partes interessadas do patrimônio cultural e dos cidadãos, a fim de melhor atender as demandas, elevar o desempenho e aumentar o grau de transparência da atuação do IPHAN. Atua de forma efetiva na definição das políticas sobre o ambiente de controle, tendo dado bastante ênfase e firmado, por ocasião do processo de construção do seu planejamento estratégico e da Carta ao Cidadão, o conjunto de valores éticos, compromissos e condutas obrigatórios a serem observadas na prática de todos os servidores do IPHAN; o Conselho Consultivo – com 9 representantes de Institutos e Associações de Classe e 13 membros da Sociedade Civil – com competência para examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas ao tombamento, ao registro de bens culturais de natureza imaterial e à saída de bens culturais do País e opinar acerca de outras questões relevantes propostas pelo Presidente; o Comitê Gestor – com representantes das 27 Superintendências do órgão nos Estados, pelos Diretores, Procurador Chefe, Diretores das Unidades Especiais e Presidente do Instituto – contribui para formulação de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, na formulação do planejamento estratégico e no orçamentário, no desenvolvimento de política de recursos humanos, elaboração de normas técnicas e administrativas de abrangência nacional e propõe ações de articulação interinstitucional de preservação do Patrimônio Cultural; a Auditoria Interna – estrutura orgânica de controle do Instituto diretamente subordinada à Presidente do órgão, cujas atribuições e competências estão descritas neste relatório, cabendo-lhe, de modo suplementar, exames de conformidade do desempenho dos componentes e instrumentos do controle interno do IPHAN, favorecendo o alcance dos objetivos estratégicos projetados, mediante redução, a níveis aceitáveis, dos riscos relacionados à atuação do Instituto. Cabe ainda à AUDIN, conforme atribuições regimentais, assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão administrativa, orçamentária, financeira, contábil, de material, patrimonial, operacional e de pessoal quanto à legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e ao cumprimento da legislação pertinente; acompanhar a implementação das recomendações e determinações de medidas saneadoras apontadas pelos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União; coordenar as ações necessárias, objetivando prestar informações, esclarecimentos e oferecer razões de justificativa aos órgãos de controle interno e externo; auxiliar na elaboração de relatórios e expedientes, relacionados com as diligências promovidas pelos órgãos e unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União; elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN; examinar e emitir parecer sobre a Prestação de Contas Anual do IPHAN e em Tomadas de Contas Especiais, segundo diretrizes emanadas do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União; promover diligências e elaborar relatórios por demanda da Presidência e das Diretorias; e orientar a Presidência, as Diretorias, o Comitê Gestor, as Superintendências do IPHAN nos Estados e Distrito Federal e as Unidades Especiais, nos assuntos de sua competência.

Como apoio à Governança o órgão conta com o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - COGESTI, instituído pela Portaria Iphan nº 235, de 20 de julho de 2010, publicada em 4 de agosto do mesmo ano. Seu



principal objetivo é deliberar sobre planejamento, orçamentação, investimentos, priorização e gerenciamento de riscos de toda a Política de Tecnologia da Informação do IPHAN, por meio de reuniões regulares de seus membros: os Diretores de Departamentos, o Chefe de Gabinete e o Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação. A composição e o funcionamento do COGESTI obedecem ao disposto em seu Regimento Interno, instituído pela Portaria Iphan nº 82, de 2012, Devido à natureza de suas deliberações, o COGESTI é o instrumento de estratégico da Governança de TI no IPHAN.

## 3.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

**Quadro 3.2 Informações sobre Dirigentes e Colegiados**

Colegiado	Composição, Critério de Escolha E Perfil	Papéis e Funcionamento
Diretoria	Presidente do IPHAN e quatro Diretores	Estabelecer diretrizes e estratégias do IPHAN; deliberar sobre os planos de ação e as propostas referentes ao processo de acompanhamento e avaliação da execução das agendas do IPHAN, observando as diretrizes e estratégias estabelecidas; examinar, opinar e decidir sobre questões relacionadas à proteção e à defesa dos bens culturais; deliberar sobre diretrizes, critérios, normas e procedimentos para a proteção dos bens culturais; apreciar e deliberar sobre propostas de edição de normas de abrangência nacional; coordenar a Política Nacional do Patrimônio Cultural e o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural.
Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural	Presidente do IPHAN, nove representantes de instituições públicas e privadas e 13 representantes da sociedade civil, com especial conhecimento nos campos de atuação do IPHAN, indicados pela presidência do Instituto e designados pelo Ministério da Cultura. O mandato dos conselheiros é de quatro anos, permitida a recondução, conforme estrutura regimental decretada.	Examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas a tombamentos, a registros de bens culturais de natureza imaterial, a saídas temporárias do País de bens culturais protegidos por lei, além de opinar acerca de outras questões relevantes propostas pelo presidente do IPHAN.
Comitê Gestor	Titulares das 27 Superintendências nos Estados, Diretores, Procurador Chefe, Diretores das Unidades Especiais e Presidente do Instituto, de acordo com a estrutura regimental decretada e Regimento Interno.	Colaborar na formulação, consecução, monitoramento e avaliação das políticas públicas de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, além de propor ações de articulação com outros órgãos, programas e ações culturais do Ministério da Cultura e com outros setores de interesse do patrimônio. O Comitê deve ainda participar da formulação do planejamento estratégico e orçamentário e do desenvolvimento institucional e da elaboração de propostas diretrizes para implementação do Plano Anual de Ação.

Fonte: DPA

### **3.3 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos**

A execução das atividades de correção no âmbito do IPHAN é realizada em observância as normas aplicáveis para o Direito Administrativo Disciplinar tendo como base legal a Constituição Federal, que veio a ser regulamentada pela Lei 8.112/90, e normativo interno, conforme Art. 21, XIV e Art. 115, XII, § 1º e 2º da Portaria nº 92, de 5 de julho de 2012, que aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e delegação regulamentada pela Portaria nº 673/2009, de 16 de outubro de 2009;

#### **REGIMENTO INTERNO DO IPHAN - PORTARIA Nº 92, DE 2012:**

*Art. 21. Ao Departamento de Planejamento e Administração – DPA compete:*

[...]

*XIV - coordenar, acompanhar e orientar as atividades relacionadas a procedimentos de caráter disciplinar no âmbito do IPHAN;*

[...]

*Art. 115. Ao Presidente incumbe:*

[...]

*XII - instaurar, no âmbito do IPHAN, processos de sindicância e processos administrativos disciplinares (PAD), homologar seus resultados e aplicar as sanções cabíveis, bem como decidir acerca das propostas de arquivamento de denúncias e representações;*

*§1º À exceção dos incisos III, VIII, IX, X e XI, as atribuições contidas neste artigo poderão ser delegadas.*

*§2º A delegação da competência de que trata o inciso XII deverá obedecer à legislação vigente sobre a matéria.*

#### **PORTARIA Nº 673, DE 2009:**

*Art. 2º Delegar competência aos Superintendentes Estaduais e Distrital e aos Diretores de Unidades Especiais para, no desempenho de suas atividades institucionais, praticarem atos de gestão nas seguintes áreas:*

[...]

*§ 2º PESSOAL*

[...]

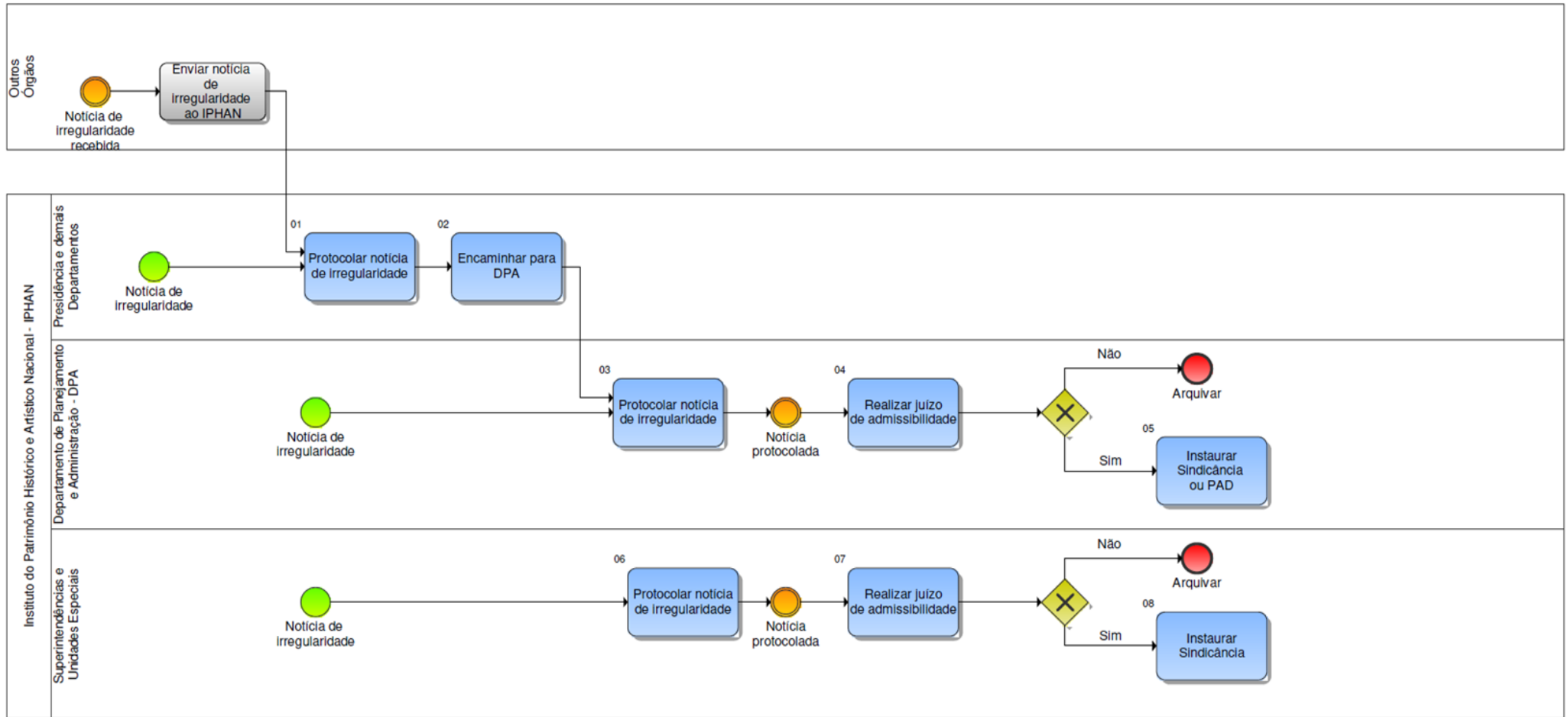
*II - Determinar a instauração de processos de sindicância, bem como homologar seus resultados, aplicando aos infratores as sanções cabíveis, observadas as disposições contidas no art. 141 da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.*

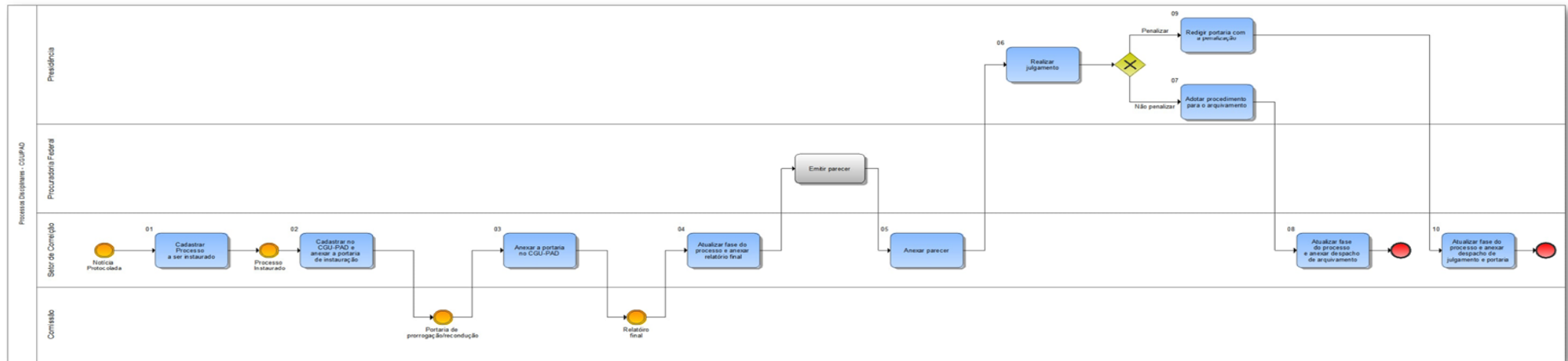
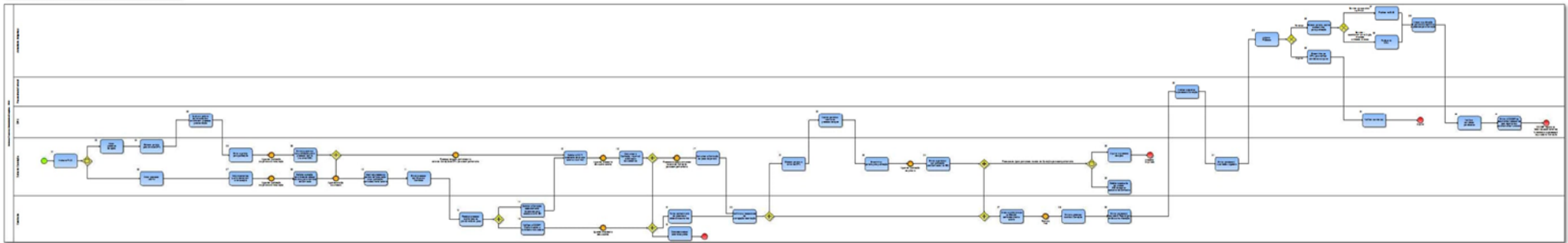
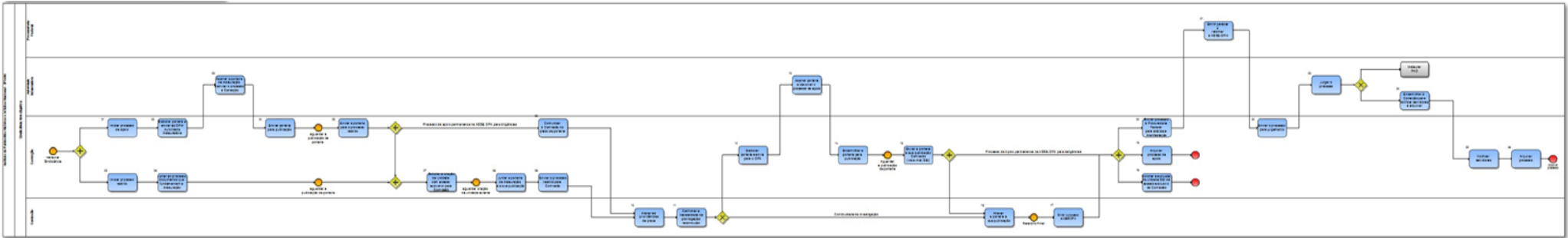
*III - Processos Administrativos Disciplinares - PAD serão instaurados exclusivamente pelo Diretor do Departamento de Planejamento e Administração;*

As atividades de correição executadas por este Instituto englobam:

- I.** Coordenar, acompanhar e orientar as atividades relacionadas a procedimentos de caráter disciplinar no âmbito do IPHAN;
- II.** Examinar denúncias de irregularidades praticadas no âmbito do IPHAN, submetidas à Procuradoria Federal quanto a necessidade ou não de apuração de responsabilidade;
- III.** Indicar os membros da comissão processante a serem designados pelo Diretor do Departamento de Planejamento e Administração;
- IV.** Examinar e emitir despachos em processos administrativos disciplinares e de sindicâncias nas fases de instauração e julgamento e na de recurso administrativo hierárquico;
- V.** Orientar, supervisionar e acompanhar os trabalhos das Comissões de Processos Administrativos Disciplinares e de Sindicâncias, no que tange a observância de prazos, presteza nas diligências e investigações, forma e conteúdo dos atos processuais, visando aferir a correta aplicação da legislação pertinente;
- VI.** Manter informações atualizadas sobre aos processos disciplinares instaurados, penalidades aplicadas e portarias publicadas;
- VII.** Dar ciência aos servidores envolvidos do julgamento do processo disciplinar;
- VIII.** Proceder aos cadastramentos dos processos junto ao Sistema CGU- PAD;
- IX.** Atender a demanda dos órgãos de controle interno e externo quanto aos procedimentos disciplinares;
- X.** Propor a instauração de Termo Circunstanciado Administrativo, quando for o caso.

Trâmite de processo disciplinar no âmbito do IPHAN:





Informamos que, em regra, o IPHAN segue os fluxos acima, todavia as Unidades descentralizadas possuem competência delegada para instaurar Sindicâncias Investigativa e Acusatória, aplicando aos infratores às sanções cabíveis, observadas as disposições contidas no Art. 141 da Lei 8.112/90.

Visando ensejar o atendimento do presente item, seguem os resultados dos eventos apurados no ano de 2018:

**Quadro 3.4.1 Resultados dos Eventos Apurados no Ano de 2018**

INFORMAÇÕES	QUANT.	Nº PROCESSO	MEDIDAS ADOTADAS
Processos Administrativos Disciplinares instaurados	07	01450.000943/2018-34	Processo pendente de julgamento.
		01450.001330/2018-14	Processo pendente de julgamento.
		01450.003968/2018-90	Processo encontra-se com a comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
		01450.004286/2018-02	Processo encontra-se com a comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
		01450.005090/2018-27	Processo encontra-se com a comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
		01450.007483/2017-94	Processo pendente de julgamento.
		01450.009003/2013-04	Processo encontra-se com a comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
PAD's - Rito Sumário instaurados	00	Nenhum	Nenhum

INFORMAÇÕES	QUANT.	Nº PROCESSO	MEDIDAS ADOTADAS
Sindicâncias instauradas	10	01450.000769/2018-20	Sindicância concluída – A autoridade julgadora determinou a restituição de valores recebidos pelo acusado e posterior arquivamento do processo.
		01450-000943/2018-34	Sindicância concluída – a autoridade julgadora decidiu por instaurar Processo Administrativo Disciplinar.
		01450.003648/2018-30	Sindicância concluída – a autoridade julgadora concluiu pelo arquivamento do processo.
		01450.004424/2018-45	Após o término dos trabalhos da comissão, o processo fora remetido à Procuradoria Federal junto ao IPHAN para manifestação acerca dos trabalhos desempenhados pela comissão.
		01450.005004/2018-86	Após o término dos trabalhos da comissão, o processo fora remetido à Procuradoria Federal junto ao IPHAN para manifestação acerca dos trabalhos desempenhados pela comissão.
		01450.005007/2018-10	Após o término dos trabalhos da comissão, o processo fora remetido à Procuradoria Federal junto ao IPHAN para manifestação acerca dos trabalhos desempenhados pela comissão.
		01450.900270/2017-33	Após o término dos trabalhos da comissão, o processo fora remetido à Procuradoria Federal junto ao IPHAN para manifestação acerca dos trabalhos desempenhados pela comissão.
		01498.003140/2013-81	Após o término dos trabalhos da comissão, o processo fora remetido à Procuradoria Federal junto ao IPHAN para manifestação acerca dos trabalhos desempenhados pela comissão.
		0150.0003969/2018-00	Sindicância concluída – a autoridade julgadora concluiu pelo arquivamento do processo.
		01502.001213/2018-06	Após o término dos trabalhos da comissão, o processo fora remetido à Procuradoria Federal junto ao IPHAN para manifestação acerca dos trabalhos desempenhados pela comissão.



INFORMAÇÕES	QUANT.	Nº PROCESSO	MEDIDAS ADOTADAS
Processos Administrativos Disciplinares julgados	04	01450.001406/2017-21	PAD concluído – A autoridade julgadora decidiu por aplicar a servidora acusada a penalidade de conversão da exoneração em destituição do cargo em comissão.
		01450.004820/2016-19	PAD concluído – A autoridade julgadora decidiu por aplicar ao servidor acusado a penalidade de 30 dias de suspensão.
		01450.007357/2014-97	PAD concluído – a autoridade julgadora concluiu pelo arquivamento do processo.
		01450.007483/2017-94	PAD concluído – a autoridade julgadora, em face de recomendação da CGU, anulou o ato de julgamento e determinou a reinstauração do PAD.
PAD's - Rito Sumário julgados	01	01450.004819/2016-86	PAD concluído – a autoridade julgadora concluiu pelo arquivamento do processo.
Sindicâncias julgadas	10	01450.000769/2018-20	Sindicância julgada – A autoridade julgadora determinou a restituição de valores recebidos pelo acusado e posterior arquivamento do processo.
		01450.000943/2018-34	Sindicância concluída – a autoridade julgadora decidiu por instaurar Processo Administrativo Disciplinar.
		01450.003648/2018-30	Sindicância concluída – a autoridade julgadora concluiu pelo arquivamento do processo.
		01450.900795/2017-79	Sindicância concluída – a autoridade julgadora concluiu pelo arquivamento do processo.
		01450.900818/2017-45	Sindicância concluída – a autoridade julgadora concluiu pelo arquivamento do processo.
		01498.001496/2010-37	Sindicância concluída – a autoridade julgadora concluiu pelo arquivamento do processo.

INFORMAÇÕES	QUANT.	Nº PROCESSO	MEDIDAS ADOTADAS
		01500.002107/2017-71	Sindicância concluída – a autoridade julgadora concluiu pelo arquivamento temporário do processo.
		01500.002120/2017-20	Sindicância concluída – a autoridade julgadora concluiu pelo arquivamento do processo.
		01500.003564/2017-82	Sindicância concluída – a autoridade julgadora concluiu pelo arquivamento do processo.
		01500.003969/2018-00	Sindicância concluída – a autoridade julgadora concluiu pelo arquivamento do processo.
Advertências	00	Nenhuma	Nenhuma
Suspensões	01	01450.004820/2016-19	PAD concluído – A autoridade julgadora decidiu por aplicar ao servidor acusado a penalidade de 30 dias de suspensão.
Demissões	00	Nenhuma	Nenhuma
Destituições de cargo em comissão	01	01450.001406/2017-21	PAD concluído – A autoridade julgadora decidiu por aplicar a servidora acusada a penalidade de conversão da exoneração em destituição do cargo em comissão.

Fonte: CORREIÇÃO/PAD/DPA

#### Quadro 3.4.2 Irregularidade no Âmbito dos Macroprocessos Finalísticos 2018

Macroprocesso	Nº Processo	Medidas Adotadas
Nenhum	Nenhum	Nenhum

Fonte: CORREIÇÃO/PAD/DPA

---

### **3.4 Gestão de riscos e controles internos**

---

A Diretoria Colegiada do IPHAN e os gestores da instituição reconhecem o apoio nas orientações e recomendações feitas pelos órgãos de controle para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição e para a melhoria do processo sob a responsabilidade do instituto e a consequente melhoria em seu desempenho, tem se mobilizado para promover melhorias, objetivando a sistematização de um controle interno mais eficaz. Neste contexto vem buscando aperfeiçoar a comunicação por entender que é um elemento essencial para concretizar esse objetivo, tanto nos processos internos quanto no relacionamento com a sociedade por meio de diversas mídias, dentre elas, podemos destacar o portal do IPHAN, onde são disponibilizados documentos que normatizam as ações da instituição, e ainda o Boletim de Serviço que dá publicidade aos atos administrativos. A estratégia de capacitação dos servidores, onde foi promovido um evento em parceria com o Ministério da Cultura e proporcionado a participação de servidores em outros, e a implantação de sistemas de acompanhamento das ações estão sendo desenvolvidos para fortalecer e firmar o procedimento de gestão de riscos nos trabalhos do Instituto, sistematizando assim todos os mecanismos de controles internos, tais como planejamento, monitoramento e avaliação. Quanto à avaliação de riscos, mesmo a organização tendo os objetivos e iniciativas explicitados em documentos, o IPHAN vem buscando a prática de mensurar o diagnóstico e o tratamento sistematizado dos mesmos, com ressalva à área de tecnologia de informação (TI), na qual já se evidenciava a existência de processos de quantificação dos riscos relacionados a processos de contratações. Ressalta-se, que as decisões do Instituto são sustentadas por notas técnicas, documentos estes, que registram a contextualização do tema a ser tratado e, dependendo do caso, os riscos relacionados à segurança jurídica são diagnosticados, assim como os principais fatores que podem impactar o alcance de sua Missão.

## 4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

---

### 4.1 Gestão de Pessoas

---

**Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade finalística.**

Em setembro de 2016, esta Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas- COGEP/DPA iniciou o estudo de dimensionamento da força de trabalho desta Autarquia. Esse estudo visa determinar a quantidade de pessoas necessárias para realizar determinadas entregas ou tarefas, bem como melhorar a qualidade e eficiência do serviço público a partir da obtenção de informações mais seguras sobre a força de trabalho e as necessidades de pessoal. O referido estudo foi desenvolvido em três etapas, a saber: (i) definição de critérios objetivos, (ii) definição das unidades administrativas que correspondem ao nível de apuração de cada critério e (iii) cálculo de lotação ideal.

Nesse sentido, a partir de um método simplificado adaptado de Ferreira, Silva e Chagas (2016)<sup>1</sup>, foram estabelecidos 12 critérios quantitativos que impactam direta ou indiretamente a força de trabalho desta Autarquia.

Tais critérios abrangem atividades das áreas meio e finalística do Iphan. Foram, ainda, atribuídos pesos a cada um dos critérios, observando a qualidade da mensuração do mesmo, bem como sua relevância. Os critérios utilizados são: *a) Quantitativo de Servidores Efetivos, não ocupantes de cargo de direção (DAS 101.X), b) Quantitativo de cargos em comissão de direção (DAS-101.X), c) Orçamento Anual (média dos último dois anos (2014/2015), d) Projetos Prioritários (Execução), e) Previsão de Saída até 2021 (próximos cinco anos), f) Quantitativo de bens móveis sob jurisdição da unidade, g) Ações desempenhadas no Programa Nacional do Patrimônio Imaterial visando à Salvaguarda dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, h) Convênios Vigentes, i) Contratos, j) Quantitativo de terceirizados, área administrativa, por Unidade, l) Quantitativo de sítios arqueológicos cadastrados no CNSA; e m) Quantitativos de Bens Móveis Tombados por Estado.*

Os critérios foram apurados por unidade administrativa, considerado como ano base 2016 e posteriormente distribuídos em escalas tipo *likert* de 1 a 6, que apresentam: a apuração de critérios por unidade; os pesos e faixas utilizados; o quantitativo ideal de servidores; o percentual de distribuição da força de trabalho entre as unidades do Iphan e as unidades prioritárias em razão do déficit de pessoal.

O desdobramento do estudo quantitativo da força de trabalho foi utilizado para subsidiar:

- A solicitação de concurso público para provimento de cargos efetivos, autorizado por meio da Portaria nº 108, de 02 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 3 de maio de 2018, Seção 1, pág. 70 e executado por meio do edital nº 1 – IPHAN de 11 de junho de 2018. Nesse momento, encontra-se aguardando autorização de provimento por parte do Ministério da Economia;

---

#### <sup>1</sup> Referências

Ferreira, M. A. C., Silva, A. C. A. M., Santos, A. P. *Um Método Simplificado para Dimensionamento da Força de Trabalho na Administração Pública Federal*. XL Encontro Nacional de Pesquisa em Administração. Anais, 2016.

- A solicitação de contratação temporária para as atividades de licenciamento ambiental (ainda não autorizada pelo Ministério da Economia);
- A definição de exercício provisório dos empregados da INFRAERO; e

A edição da Portaria 24, de 23/01/2018, publicada no BAE nº 1321 – Edição Semanal de 26/01/2018, que regulamenta no âmbito desta Autarquia o instituto da remoção, de que trata o art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

### **Principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade e as providências adotadas para mitigá-los.**

O principal risco enfrentado e que compromete o cumprimento das competências legais da área de gestão de pessoas do Iphan é a escassez de pessoal, principalmente de servidores efetivos do quadro.

Atualmente a área de gestão de pessoas é composta por três coordenações e três divisões, sendo que na Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas possui apenas dois servidores efetivo do quadro de pessoal do IPHAN; e o total de servidores da área de gestão de Pessoas é: 8 servidores do quadro de pessoal do Iphan, sendo que 2 já estão em gozo de abono de permanência; 3 Das sem vínculo e um servidor de outra carreira (requisitado).

A força de trabalho da área de gestão de pessoas mostra-se insuficiente para o atendimento de sua missão institucional – o que vem implicando em sérias consequências quanto ao tempo de resposta aos processos da área de pessoal e à geração de passivo de demandas pendentes de análise e aprovação.

Trata-se de uma situação que compromete as funções essenciais deste Instituto, cujas ações preventivas devem ser iniciadas de imediato, primordialmente a partir da nomeação e efetivo exercício dos cargos objeto do concurso público para provimento de cargos efetivos, autorizado por meio da Portaria nº 108, de 02 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 3 de maio de 2018, Seção 1, pág. 70 e executado por meio do edital nº 1 – IPHAN de 11 de junho de 2018.

### **Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas.**

No decorrer de 2017 foi implementada uma nova proposta de política de gestão de pessoas, tendo como eixos: a) capacitação e desenvolvimento profissional, b) seleção e movimentação interna; c) gestão de avaliação de desempenho, e c) suporte e qualidade de vida no trabalho.

- a) A gestão da capacitação e o desenvolvimento profissional têm como objetivo promover a evolução profissional – por meio de ações de treinamento, desenvolvimento e educação – baseadas no diagnóstico e identificação das lacunas de competências necessárias ao Instituto.
- b) A seleção de novos servidores e a movimentação interna com base no adequado dimensionamento da força de trabalho das unidades correspondem às necessidades do Instituto.
- c) A gestão de avaliação de desempenho consiste na adoção de processos que permitam planejar, avaliar e orientar, sistematicamente, o desempenho dos servidores.
- d) As ações de suporte e qualidade de vida no trabalho correspondem a um conjunto de ações com vistas ao alcance de um contexto de trabalho no qual as condições, a organização e as relações sociais contribuam para a prevalência do bem-estar de quem trabalha.

Com base nesses eixos, foram fixados os seguintes indicadores gerenciais para as políticas estabelecidas:

- Desvio padrão das horas de capacitação por servidor;
- Percentual de servidores capacitados em competências técnicas;
- Índice de impacto do treinamento no trabalho;
- Índice médio de desempenho;
- Percentual de doenças ocupacionais;
- Índice de rotatividade; e

Índice de qualidade de vida no trabalho.

## 4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

**Quadro 4.1.1.1 Força de Trabalho da UPC**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	0	772	20	27
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	772	20	27
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	657	5	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	41	5	12
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	4	3	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	70	7	9
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	131	7	18
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	0	101	25	21
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	0	1.004	47	66

Fonte: COAP/COGEP/DPA

**Quadro 4.1.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	239	533
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	239	533
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	210	447
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	5	36
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	2	2
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	22	48
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	20	111
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	24	77
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	283	721

Fonte: COAP/COGEP/DPA



**Quadro 4.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	227	201	37	33
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	227	201		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	79	6	3
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	7	4	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	14	3	8
1.2.4. Sem Vínculo	0	91	25	21
1.2.5. Aposentados	0	10	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	171	147	9	17
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	140	4	8
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	3	1	2
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	4	3	7
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	398	348	46	50

Fonte: COAP/COGEP/DPA

### Análise Crítica

No ano de 2018 o IPHAN contava com 657 servidores ocupantes de cargo efetivos, 101 servidores ocupantes de DAS sem vínculo, 70 requisitados, 41 servidores com exercício descentralizado (ocupantes de carreiras específicas, tais como AGU e EPPGG). Uma força de trabalho de servidores (efetivos e não efetivos) e 131 contratados temporários cujos contratos encerram-se a partir de abril de 2019.

Trinta e dois por cento da força de trabalho do IPHAN possui mais de 51 anos e em 2021, 146 servidores terão condições efetivas de se aposentar. Comparativamente aos demais órgãos da Administração Pública Federal, a taxa de aposentadoria do órgão é expressivamente mais alta e correspondeu a 67% nos últimos dois anos. Significa que de cada 100 servidores em condições de aposentadoria, 67 aposentam-se de fato e 33 solicitam abono de permanência na instituição.

Caso não haja autorização de provimento, pelo Ministério da Economia, dos 411 cargos oferecidos no concurso público do IPHAN para provimento de cargo efetivo, realizado no ano de 2018, em 2021 o quadro funcional do Iphan poderá ficar composto de aproximadamente 224 servidores efetivos para atenderem as demandas de suas 27 Superintendências, 37 Escritórios Técnicos, 2 Parques Históricos Nacionais e, ainda, 6 Unidades Especiais.

Trata-se de uma situação alarmante que compromete as funções essenciais deste Instituto, cujas ações preventivas devem ser iniciadas de imediato, primordialmente a partir da autorização do provimento dos cargos oferecidos no concurso público para provimento de cargo efetivo.

Diante das considerações acima apresentadas e considerando, ainda, a decisão atual do governo, qual seja, a suspensão da realização de concursos públicos na esfera federal no decorrer de 2018/2019, esta Autarquia, como medida de gestão com o fim de minimizar os riscos apresentados pela insuficiência de pessoal, firmou Termo de Cooperação Administrativa com a Empresas Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero para o exercício provisório de empregados públicos.

Cumpre-nos ressaltar que a celebração desse termo implicou na minimização da situação, com o exercício de 15 empregados públicos no IPHAN, mas não resolveu definitivamente a questão, eis que em razão das peculiaridades das atividades finalísticas da Instituição é essencial a renovação do quadro de pessoal, com a transferência dos conhecimentos específicos adquiridos a partir da experiência profissional efetiva na Instituição que completou 80 anos em 2017.

## 4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 4.1.2 Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2018	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2017	53.761.967,69	4.809.786,03	4.788.456,64	1.836.457,56	4.930.835,80	3.337.319,68	6.098,22	81.653,08	530.512,27	74.083.086,97
	2018	50.833.438,27	3.757.488,88	4.517.151,61	1.671.831,26	4.760.460,60	3.033.905,58	4.147,36	9.414,88	537.648,96	69.125.487,40
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2017	0	1.280.260,96	113.059,45	42.570,37	55.308,36	0	0	0	0	1.491.199,14
	2018	0	1.061.183,05	117.508,45	41.452,87	67.859,23	0	0	0	0	1.288.003,60
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2017	0	5.409.888,46	366.709,86	110.000,30	738.086,50	69.336,53	0	0	0	6.694.021,65
	2018	0	5.904.379,92	452.620,19	142.827,54	773.533,67	54.703,18	0	0	0	7.328.064,5
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2017	3.001.721,26	0	248.182,33	80.517,46	184.796,30	223.484,59	0	1.011,05	67.208,76	3.806.921,75
	2018	3.039.253,87	0	264.806,86	86.972,87	202.609,76	241.664,18	0	2.484,22	82.898,60	3.920.690,36
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2017	14.048.484,99	0	1.127.586,12	386.897,99	907.325,25	0	0	0	0	16.470.294,35
	2018	13.602.136,67	0	1.070.131,68	354.222,52	876.110,36	0	0	0	0	15.902.601,23

Fonte: COAP/COGEP/DPA (2017 E 2018 = exercício de referência do relatório de gestão DW)

### **4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal**

O principal risco enfrentado e que compromete o cumprimento da missão e dos objetivos estratégicos deste IPHAN, é a escassez de pessoal.

No ano de 2018 o IPHAN contava com 657 servidores ocupantes de cargo efetivos, 101 servidores ocupantes de DAS sem vínculo, 70 requisitados, 41 servidores com exercício descentralizado (ocupantes de carreiras específicas, tais como AGU e EPPGG) e 131 contratados temporários cujos contratos encerram-se a partir de abril de 2019, distribuídos em 27 Superintendências, 37 Escritórios Técnicos, 2 Parques Históricos Nacionais e na Administração Central em Brasília, para atender toda a gama de atribuições constitucionais e legais do Instituto, dentre as quais: identificação, reconhecimento, salvaguarda e fiscalização do Patrimônio Cultural Nacional e Mundial, proteção dos Sítios Arqueológicos e Reservas Técnicas, preservação de acervos documentais e bibliográficos, identificação da diversidade linguística, gestão do Patrimônio, execução de projetos e obras de intervenção em bens e conjuntos tombados, aprovação, fiscalização e apuração de prestação de contas de Convênios e processos de Lei de Incentivo à Cultura, ações educativas e definição da Política de Patrimônio Cultural no Brasil.

Dos 657 (seiscentos e dezoito) servidores ativos, 181 (cento e oitenta e um) estavam em abono de permanência (29,28% dos servidores), isto é, aptos a se aposentarem.

Com esse cenário, a força de trabalho do Instituto mostra-se insuficiente para o atendimento de sua missão institucional – o que vem implicando em sérias consequências quanto ao tempo de resposta aos processos de licenciamento e à geração de um passivo de projetos pendentes de análise e aprovação, com grave impacto sobre o andamento das obras, até mesmo sobre os seus custos e, ao final, com prejuízos para o desenvolvimento do país.

Ademais, além de insuficiente, a partir de 2019 o Iphan terá sua força de trabalho ainda mais reduzida em virtude de servidores que se encontram aptos à aposentadoria, dada a possibilidade de incorporação integral da Gratificação por Desempenho de Atividade Cultural (GDAC) aos vencimentos de quem se aposentar a partir de janeiro de 2019, na forma da Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016, o que não acontecia antes. Com isso, o IPHAN perderá boa parte do seu pessoal mais qualificado nos primeiros meses de 2019 por falta de atrativo para sua permanência diante de salários desatualizados e condições de trabalho pouco favoráveis.

Não suficientes os fatores de aposentadoria e a falta de previsão do ingresso de servidores efetivos, em 27/03/2019 finda os contratos dos profissionais temporários, realizado por meio de Processo Seletivo Simplificado em 2013, para contratação temporária de 163 profissionais de nível superior para as áreas de Arqueologia, Arquitetura, Engenharia e Administração, nos termos da Lei nº 8.745, de 9 /12/1993 e do Decreto nº 6.479, de 11/6/2008, com prazo máximo de vigência de até cinco anos. Sem esses contratados, as atividades do Iphan no Licenciamento Ambiental e na gestão das Obras de Restauração e Requalificação urbana em todo o país serão interrompidas, com impacto direto sobre a aprovação de projetos do PAC Cidades Históricas e na análise de processos de licenciamento.

Trata-se de uma situação alarmante que compromete as funções essenciais deste Instituto, cujas ações emergentes devem ser iniciadas de imediato, primordialmente a partir da nomeação e efetivo exercício dos cargos objeto do concurso público para provimento de cargos efetivos, autorizado por meio da Portaria nº 108, de 02 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 3 de maio de 2018, Seção 1, pag. 70 e executado por meio do edital nº 1 – IPHAN de 11 de junho de 2018.

#### 4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

**Quadro 4.1.4.1 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade**

Unidade Contratante						
Nome: SEDE						
UG/Gestão: 343026						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Prestação de serviços continuados integrados de vigilância patrimonial armada e desarmada.	03.497.401/0001-97	abr/16	abr/18	Nível Médio	P
2017	Prestação de serviços continuados de apoio operacional – recepcionista.	11.818.593/0001-14	ago/17	ago/18	Nível Médio	P
2016	Prestação de serviços de bombeiro civil.	10.660.698/0001-25	jul/16	jul/18	Nível Médio	P
2016	Prestação de serviços continuados no ramo de serviços gerais de limpeza e conservação.	11.818.593/0001-14	jul/16	jul/18	Fundamental Completo	P
2017	Prestação de serviços continuados de copeiragem.	10.563.037/0001-81	mai/17	mai/18	Nível Médio	P
2013	Prestação de serviços continuados de carregadores.	20.204.491/0001-08	ago/13	ago/18	Nível Médio	P
2016	Prestação de serviços de operador de fotocopiadora.	14.517.554/0001-75	out/16	out/18	Fundamental Completo	P
2016	Prestação de serviços de apoio administrativo e de atividades auxiliares.	38.054.508/0001-45	nov/16	nov/18	Nível Médio e Nível Superior	P
2016	Prestação de serviços continuados de portaria.	08.656.163/0001-39	abr/16	abr/18	Nível Médio e Nível Superior	P
2017	Prestação de serviços continuados de manutenção de ar condicionado.	03.617.851/0001-76	fev/17	fev/19	Nível Médio e Nível Superior	P
2013	Prestação de serviços continuados de motorista executivo e encarregado.	10.660.342/0001-91	jul/13	ago/18	Nível Médio e Nível Superior	P

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ACRE						
UG/Gestão: 343040						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviços de motorista.	07.533.627/0001-57	jun/15	jun/16	Ensino Fundamental	A
2015	Prestação de serviços continuados de apoio administrativo.	04.517.645/0001-57	nov/15	nov/16	Ensino médio	A
2012	Prestação de serviços de vigilância e segurança desarmada.	02.764.609/0001-62	jun/12	jun/16	Ensino Fundamental	P
2015	Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação.	13.406.440/0001-95	nov/15	nov/16	Ensino Fundamental	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM ALAGOAS						
UG/Gestão: 343035						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Vigilância (PROSEGUR).	17.428.731/0166-43	dez/10	dez/15	Superior	E
2014	Apoio Administrativo (ELIMAR).	01.182.827/0001-26	mai/14	mai/16	Ensino Médio	P
2014	Apoio Administrativo (ALLSERV).	04.039.911/0001-38	mai/14	mai/16	Ensino Médio	P
2016	Administrativo Operacional (Portocalle).	10.306.902/0001-43	mai/14	mai/16	Ensino Médio	P

Unidade Contratante						
Nome SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO AMAPÁ						
UG/Gestão: 343041						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviços de auxiliar administrativo e motorista.	14.533.285/0001-30	out/14	out/16	Ensino Médio	P
2017	Prestação de serviços de vigilância armada diurno e noturno.	09.500.531/0001-18	abr/15	abr/16	Ensino Médio	A
2015	Prestação continuado de limpeza e conservação predial incluindo material.	22.939.649/0001-05	abr/15	abr/16	Ensino Médio	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDENCIA DO IPHAN NO AMAZONAS						
UG/Gestão: 343043						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2018	Prestação de Serviços de Apoio Administrativo e Auxiliar.	02.037.069/0001-15	jun/13	jun/16	Ensino Médio	P
2018	Prestação de Serviços de Condução de veículos oficiais.	12.403.043/0001-05	jun/13	jun/16	Ensino Médio	P
2018	Prestação de Serviços Especializados em Vigilância e Segurança armada, diurno e noturno.	19.188.733/0001-20	jan/14	dez/16	Ensino Médio	P
2018	Prestação de Serviços de Limpeza, Conservação e Higienização.	06.958.583/0001-44	mai/15	mai/16	Ensino Médio	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA BAHIA						
UG/Gestão: 343007						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2018	Limpeza e Conservação.	18.363.132.0001-43	jun/14	jun/16	Ensino Fundamental	P
2014	Jardinagem.	18.363.132.0001-43	jun/14	jun/16	Ensino Fundamental	P
2018	Apoio Administrativo.	10.927.661/0001-10	dez/15	dez/16	Ensino Médio	A
2015	Motoristas.	04.782633/0001-50	dez/15	dez/16	Ensino Médio	A
2015	Serviços de Vigilância e Segurança Armada.	20.129.914-0001-64	jun/15	jun/16	Ensino Médio	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO CEARÁ						
UG/Gestão: 343004						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Contratação de serviços de vigilância armada para a esplanada ferroviária professor João Felipe.	17.036.171/0001-73	fev/15	fev/17	Ensino Médio	P
2014	Contratação de serviços de vigilância armada da sede do IPHAN/CE.	17.036.171/0001-73	set/14	set/16	Ensino Médio	P
2015	Contratação de serviços especializado em limpeza, higienização do prédio da sede do IPHAN-CE.	14.828.536/0001-04	set/15	set/16	Ensino Médio	A
2018	Serviços de apoio Administrativo.	02.710.009/0001-11	jul/15	jul/16	Ensino Médio	A
2017	Contratação de prestação de terceirizado para o posto de motorista executivo.	09.192.042/0001-46	mar/13	mar/15	Ensino Médio	P



Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DISTRITO FEDERAL						
UG/Gestão: 343029						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2018	Contrato de prestação de serviços continuados de apoio administrativo – assistente de escritório.	15.718.607/0001-89	ago/14	ago/16	Ensino Médio	P
2018	Contrato de prestação de serviços de copeiragem, com fornecimento de materiais.	10.660.342/0001-89	jun/15	jun/16	Ensino Fundamental	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESPÍRITO SANTO						
UG/Gestão: 343033						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços continuados integrados de vigilância patrimonial armada.	05.014.372/0003-52	set/15	ago/16	Ensino Médio	A
2015	Prestação de serviços de motorista.	11.146.580/0001-46	nov/15	nov/16	Ensino Médio	A
2015	Prestação dos serviços continuados de apoio administrativo e de atividade auxiliar.	00.482.840/0001-38	nov/15	nov/16	Ensino Fundamental	A
2015	Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial.	07.122.586/0001-06	nov/15	nov/16	Sem Exigência	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM GOIÁS						
UG/Gestão: 343014						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviços continuados de apoio administrativo e atividades auxiliares de natureza acessória instrumental e, ou complementar.	01.509.755/0001-74	jun/15	jun/16	Ensino Médio	A
2015	Serviços de jardinagem com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.	13.590.061/0001-06	ago/15	ago/16	Ensino Fundamental	A
2015	Prestação de serviços de limpeza asseio e conservação com fornecimento de mão de obra, matérias e equipamentos.	06.308.467/0001-80	jan/15	jan/16	Ensino Fundamental	E
2014	Contratação de empresa de vigilância e segurança armada.	37.014.776/0001-70	out/14	out/16	Ensino Fundamental	P
2016	Prestação de serviços de limpeza asseio e conservação com fornecimento de mão de obra, matérias e equipamentos.	13.590.061/0001-06	jan/16	jan/17	Ensino Fundamental	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO MARANHÃO						
UG/Gestão: 343003						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviços Continuados Tecnologia Informação.	05.323.742/0001-71	abr/13	abr/16	Ensino Médio	P
2012	Serviços Continuados Limpeza Sede.	07.800.844/0001-66	jan/12	jan/17	Ensino Fundamental	P
2016	Serviços Continuados de Motoristas.	63.569.362/0001-18	ago/13	ago/16	Ensino Médio	P
2014	Serviços Vigilância Armada Sede.	09.453.646/0001-07	dez/12	nov/16	Ensino Médio	P
2017	Serviços Continuados Apoio Administrativo.	16.887.298/0001-33	dez/12	dez/16	Ensino Superior	P
2013	Serviços Continuados Recepção	07.800.844/0001-66	fev/13	jan/17	Ensino Médio	P
2014	Serviços Apoio Administrativo E.T. Alcântara.	08.611.082/0001-12	set/14	set/16	Ensino Médio	P
2015	Serviços Vigilância Armada E.T. Alcântara.	21.045.383.0001-94	out/15	out/16	Ensino Médio	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM MATO GROSSO DO SUL						
UG/Gestão: 343034						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2018	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de apoio administrativa visando atender as necessidades da Superintendência do IPHAN em Campo Grande - MS e do Escritório Técnico II em Corumbá MS	05.443.410/0001-20	jun/15	jun/16	Ensino Médio	P
2018	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de motorista visando atender as necessidades da Superintendência do IPHAN em Campo Grande - MS e do Escritório Técnico em Corumbá.	04.457.561/0001-75	dez/15	nov/16	Ensino Fundamental	P
2018	Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra visando atender as necessidades da Superintendência do IPHAN em Campo Grande - MS e do Escritório Técnico em Corumbá.	14.846.476/0001-96	mai/15	mai/16	Ensino Fundamental	P
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO MATO GROSSO						
UG/Gestão: 343042						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2018	Contrato de Serviço de Vigilância Desarmada para a SE/IPHAN-MT.	14.775.292/0001-49	set/13	set/16	Ensino Fundamental	P
2017	Contrato de Serviços de Limpeza e Conservação para a SE/IPHAN-MT.	01.671.975/0001-04	dez/12	nov/16	Ensino Fundamental	P
2017	Contrato de Serviço de Recepcionista para a SE/IPHAN-MT.	01.671.975/0001-04	jul/13	jul/16	Ensino Fundamental	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM MINAS GERAIS						
UG/Gestão: 343013						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2017	Prestação de serviços de limpeza e conservação em Tiradentes – MG.	08.491.162/0001-26	out/11	out/16	Sem Exigência	P
2016	Prestação de serviços de tecnologia da informação	13.892.384/0001-46	jun/12	mai/16	Ensino Médio	P
2015	Prestação de serviços de técnicos em processamento de dados.	08.139.629/0001-29	mar/15	mar/16	Ensino Médio	A
2018	Prestação de serviços de motorista executivo - reembolso de despesas de deslocamento e horas extras à parte.	08.764.312/0001-83	jun/12	mai/16	Sem Exigência	P
2016	Prestação de serviços de limpeza e conservação - BH, Ouro Preto e Congonhas.	13.892.384/0001-46	dez/12	dez/16	Sem Exigência	P
2017	Prestação de serviços de vigilância - posto BH - diurno	07.534.224/0001-72	set/11	set/16	Sem Exigência	P
2015	Prestação de serviços de recepcionistas.	13.892.384/0001-46	jan/15	jan/16	Sem Exigência	A
2015	Prestação de serviços de reprografia e impressão - cópias extras à parte.	05.506.933/0001-79	fev/15	fev/16	Sem Exigência	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO PARÁ						
UG/Gestão: 343043						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Contratação de serviço de apoio administrativo.	10.450.194/0001-80	jul/15	jun/16	Ensino Médio	P
2014	Contratação de serviço de Motorista.	83.353.912/0001-74	set/15	set/16	Ensino Médio	P
2014	Contratação de serviço de limpeza e conservação - Prédio Sede do IPHAN/PA.	13.258.951/0001-07	fev/15	fev/16	Ensino Fundamental	P
2017	Contratação de serviço de limpeza e conservação - Prédio Anexo do IPHAN/PA.	10.450.194/0001-80	nov/15	nov/16	Ensino Fundamental	P
2015	Contratação de Segurança e vigilância armada para o prédio sede do IPHAN/PA.	02.650.833/0001-23	mar/15	mar/16	Ensino Fundamental	P

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO PARANÁ						
UG/Gestão: 343010						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços continuados de apoio administrativo e copeiragem a serem executados no âmbito Superintendência do IPHAN no Paraná – IPHAN/PR.	11.967.535/0001-52	abr/11	abr/16	Ensino Médio	p
2018	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de suporte operacional/administrativo por meio de 1 (um) posto de Analista de Informática Sênior para atendimento das necessidades da Superintendência do IPHAN no Paraná – IPHAN/PR, mantendo a disponibilidade e atualização da infraestrutura e o devido suporte aos usuários de forma presencial.	79.283.065/0001-41	mai/14	dez/15	Superior	E
2016	Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação com fornecimento de materiais de limpeza e higiene e equipamentos, a serem executados no âmbito da Superintendência do IPHAN no Paraná – IPHAN/PR.	00.482.840/0001-38	jul/12	jul/16	Ensino Fundamental	P
2016	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços vigilância armada e desarmada de forma contínua, no âmbito da Superintendência do IPHAN no Paraná.	11.933.418/0001-78	jul/14	jun/16	Ensino Médio	P

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA PARAÍBA						
UG/Gestão: 343032						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de serviços de TI - Administrador de redes.	35.290.931/0002-37	fev/15	fev/16	Superior	A
2014	Prestação de serviços de motorista.	11.233.325/0001-30	set/14	ago/16	Ensino Médio	P
2015	Prestação de serviços de Auxiliar Administrativo.	02.215.262/0001-07	fev/15	fev/17	Ensino Médio	P
2014	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação.	19.069.415/0001-40	jan/14	jan/17	Ensino Fundamental	P
2018	Prestação de serviços de recepcionista.	15.150.504/0001-65	dez/12	dez/16	Ensino Médio	P
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM PERNAMBUCO						
UG/Gestão: 343005						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2018	A&D Serviço de limpeza.	11.808.559/0001-69	ago/13	ago/16	Ensino Fundamental	P
2014	ACESSE - Terceirização de motorista.	08.966.334/0001-26	mai/14	mai/16	Ensino Médio	P
2018	FUTURA - Terceirização de recepcionista.	01.297.550/0001-87	abr/13	abr/16	Ensino Médio	P
2014	VIASERV - Terceirização apoio administrativo.	11.428.002/0001-00	dez/14	dez/16	Ensino Médio	P
2015	VIANET - Serviço de TI.	00.129.466/0001-02	set/15	set/16	Ensino Médio	A
2018	OPEN - Terceirização telefonista.	21.179.250/0001-10	out/13	out/16	Ensino Médio	A
2015	EXTRA - Terceirização de vigilância desarmada.	12.131.138/0001-09	fev/15	fev/16	Ensino Fundamental	E

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO PIAUÍ						
UG/Gestão: 343036						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Contrato de Serviços de Limpeza e Conservação para o IPHAN-PI.	10.674.819/0001-98	jun/15	mai/16	Ensino Fundamental	P
2014	Contratação de Serviço de Suporte Técnico.	10.682.187/0001-04	jan/16	jan/17	Ensino Médio	P
2015	Servfaz Serviço especializado em Apoio Administrativo.	10.013.974.001-63	ago/15	ago/16	Ensino Médio	A
2016	Serviço especializado em Apoio Administrativo.	15.150.504/0001-65	jun/15	mai/16	Ensino Médio	P
2013	Contratação de 02 postos de motorista.	09.019.150/0001-11	nov/15	nov/16	Ensino Médio	P
2014	Contratação de Serviço continuado de Vigilância Armada.	14.585.324/0001-43	dez/15	dez/16	Ensino Médio	P

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO RIO DE JANEIRO						
UG/Gestão: 343006						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviços de Motoristas - IPHAN-RJ.	00.482.840/0001-38	jun/13	jun/16	Ensino Médio	P
2018	Serviços de Segurança - IPHAN-RJ.	31.376.361/0001-60	jan/11	jan/16	Ensino Médio	E
2018	Serviços de Limpeza e Conservação - IPHAN-RJ.	05.956.304/0001-40	nov/12	mar/16	Ensino Fundamental	P
2015	Serviços de Apoio Administrativo IPHAN-RJ.	09.060.537/0001-11	mar/15	mar/16	Ensino Médio	A
2018	Serviços de Vigilância - Guia de Pacobaíba e Praça da República 22.	40.282.584/0001-50	out/13	out/16	Ensino Médio	P
2012	Serviços de Jardinagem - Museu do Trem.	33.285.255/0001-05	mar/12	mar/16	Ensino Médio	P
2012	Serviços de Limpeza - Museu do Trem.	00.297.506/0001-04	out/12	out/14	Ensino Fundamental	E
2016	Serviços de Segurança e Vigilância IPHAN-RJ.	31.376.361/0001-60	fev/16	fev/17	Ensino Médio	A
2014	Serviços de Limpeza e Conservação - Museu do Trem.	33.285.255.0001/05	out/14	out/16	Ensino Fundamental	P
2014	Serviços de Segurança e Vigilância - Museu do Trem.	08.388.911/0001-40	out/14	out/16	Ensino Médio	P
2017	Serviços de Vigilância - Museu do Trem.	29.722.451/0001-14	nov/09	out/14	Ensino Médio	E



Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM RIO GRANDE DO NORTE						
UG/Gestão: 343039						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2017	Prestação de Serviços de Apoio Administrativo (Auxiliar de escritório) para atender as necessidades deste Iphan/RN.	06.979.037/0001-90	dez/11	dez/16	Ensino Médio	P
2017	Prestação de Serviços continuados de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, com fornecimento de materiais e equipamentos, executados na Sede deste Iphan/RN e Casa do Patrimônio.	01.602.361/0001-70	set/12	set/16	Ensino Fundamental	P
2017	Prestação de Serviços continuados de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, com fornecimento de materiais e equipamentos, executados no Forte dos Reis Magos, Unidade deste Iphan/RN.	09.493.391/0001-06	dez/13	dez/16	Ensino Fundamental	P
2017	Prestação de Serviços de Apoio Administrativo (repcionista) para suprir as necessidades do Forte dos Reis Magos, Unidade deste IPHAN/RN.	09.793.391/0001-06	dez/13	dez/16	Ensino Fundamental	P
2017	Prestação de serviços de vigilância armada a serem executados na Sede da Superintendência do Iphan no Rio Grande do Norte e Forte dos Reis Magos, Unidade deste Iphan/RN.	15.150.504/0001-65	dez/13	dez/16	Ensino Médio	P
2015	Prestação de serviços de Apoio às atividades operacionais (motorista).	06.979.037/0001-90	out/15	set/16	Ensino Médio	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO RIO GRANDE DO SUL						
UG/Gestão: 343012						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2018	Motorista sede.	08.938.288/0001-51	dez/12	nov/16	Ensino Fundamental	P
2016	Motorista PHNM.	14.290.200/0001-30	dez/12	nov/16	Ensino Fundamental	P
2016	Vigilância PHNM.	05.427.994/0001-40	jul/13	jun/16	Ensino Fundamental	P
2017	Vigilância sede.	08.764.312/0001-83	jul/13	jun/16	Ensino Fundamental	P
2015	Apoio Administrativo.	90.886.771/0001-10	out/13	set/16	Ensino Médio	P
2014	Manutenção Predial.	94.331.832/0001-34	jul/14	jul/16	Ensino Fundamental	P
2015	Bilheteria.	09.398.564/0001-07	jul/15	jun/16	Ensino Fundamental	A
2015	Limpeza.	00.976.595/0001-15	dez/15	dez/16	Ensino Fundamental	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM RONDÔNIA						
UG/Gestão: 343037						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Apoio Administrativo.	07.529.101/0001-01	set/15	set/16	Ensino Médio	A
2015	Serviço de Limpeza e Conservação.	16.887.298/0001-33	set/15	set/16	Ensino Fundamental	A
2015	Serviço de vig. e seg. Desarmada.	43.035.146/0051-44	ago/15	ago/16	Ensino Médio	A
2015	Condução de Veículos (motorista).	09.134.888/0001-20	out/15	out/16	Ensino Médio	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM RORAIMA						
UG/Gestão: 343038						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prestação de Serviços de Recepção.	12.066.015/0021-85	set/15	set/16	Ensino Médio	P
2015	Prestação de Serviços de Segurança Armada.	10.872.796/0001-26	ago/15	ago/16	Ensino Médio	A
2015	Prestação de serviços de Limpeza, conservação e conservação.	12.066.015/0021-85	out/15	out/16	Ensino Médio	A
Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM SANTA CATARINA						
UG/Gestão: 343011						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2017	Serviços de vigilância – Sede.	05.497.780/0001-40	jul/13	jul/16	Ensino Fundamental	P
2014	Serviços de apoio administrativo.	02.531.343/0001-08	nov/14	nov/16	Ensino Médio	P
2018	Serviço de Informática.	14.355.814/0001-53	nov/13	nov/16	Superior	P
2014	Serviço de motorista.	13.096.859/0001-98	jan/14	jan/16	Ensino Fundamental	P
2015	Serviço de limpeza.	03.767.254/0001-28	jul/15	jul/16	Sem Exigência	A
2018	Serviço de vigilância – Alfandega.	21.750.520/0001-91	nov/13	nov/16	Ensino Fundamental	P

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN SÃO PAULO						
UG/Gestão: 343009						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Serviços de Vigilância e Segurança.	07.271.878/0001-00	jan/15	mar/15	Ensino Médio	E
2018	Serviços de Apoio Adm.	19.210.884/0001-37	abr/15	abr/16	Ensino Fundamental	E
2017	Serviços de TI.	00.308.141/0001-76	ago/15	ago/16	Superior	P
2018	Serviços de Vigilância desarmada em 4 municípios.	19.210.884/0001-37	set/15	set/16	Ensino Médio	E
2017	Contratação de Motoristas para a Sede IPHAN-SP.	08.604.419/0001-64	nov/15	nov/16	Ensino Médio	P
2015	Serviços Manutenção Áreas Verdes Sede IPHAN-SP.	13.395.772/0001-11	mai/15	mai/16	Ensino Fundamental	A
2015	Serviços de Vigilância e Segurança sede IPHAN/SP.	10.928.126/0001-84	mar/15	mar/16	Ensino Médio	P
2015	Compatibilização Arquitetônica Rio Paraitinga.	10.785.639/0001-83	ago/15	jan/16	Superior	P
2016	Serviços de Vigilância desarmada em 4 municípios.	11.898.403/0001-16	jan/16	jun/16	Ensino Médio	A

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM SERGIPE						
UG/Gestão: 343008						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2017	STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A (Técnico em Informática Avançado I).	02.945.243/0001-28	dez/12	fev/16	Superior	E
2017	KAUANNE SERVIÇOS LTDA (Serviços de Limpeza do Escritório Técnico do IPHAN em São Cristóvão/SE).	07.830.688/0001-86	abr/13	abr/16	Ensino Fundamental	P
2014	SETAS SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA-ME (Serviço de Auxiliar de Informática).	12.957.998/0001-04	jan/14	jan/15	Ensino Médio	E
2014	CLASSICA GESTÃO EMPRESARIAL (Serviço de Recepcionista).	04.944.975/0001-29	jan/14	jan/17	Ensino Médio	P
2017	PINHEIRO VIGILÂNCIA (Serviço de Vigilância Armada).	19.045.361/0001-82	mai/14	mai/16	Ensino Médio	P
2016	MANSEG – MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS LTDA - ME (Serviço de Limpeza da Sede).	15.787.759/0001-33	mai/14	mai/16	Ensino Fundamental	P
2016	CONTINUA SISTEMAS DE SERVIÇOS LTDA EPP (Serviço de Motoristas).	15.766.556/0001-60	set/14	set/16	Ensino Médio	P
2015	PORTOCALLE SERVIÇOS GERAIS LTDA - ME (Assistente Administrativo Nível I e II).	10.878.081/0001-80	jan/15	jan/17	Ensino Médio	P

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN TOCANTINS						
UG/Gestão: 343043						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância armada para o IPHAN TO - Sede e Escritório Técnico de Natividade.	03.637.812/0001-30	mar/15	mar/16	Ensino Médio	A
2015	Contratação de serviço continuado de limpeza e conservação para o IPHAN TO - Sede e Escritório Técnico de Natividade, com fornecimento de mão de obra e materiais.	07.396.024/0001-50	Ago/15	ago/16	Ensino Fundamental	A
2015	Prestação de serviços continuados de apoio administrativo - recepção, contínuo e motorista - para o IPHAN TO Sede e Escritório Técnico.	04.829.840/0001-12	ago/15	ago/16	Ensino Fundamental	A
2017	Serviços continuados de apoio administrativo - recepcionista - para a Sede do IPHAN TO.	08.609.047/0001-69	set/15	set/16	Ensino Médio	P
2015	Prestação de serviços de tecnologia da informação para o IPHAN TO.	12.034.723/0001-90	ago/15	ago/16	Ensino Médio	A
Unidade Contratante						
Nome: PALÁCIO GUSTAVO CAPANEMA						
UG/Gestão: 343028						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Contratação de empresa especializada na prestação contínua indireta de assistentes administrativos contínuos e recepcionista.	09.060.537/0001-11	abr/15	abr/16	Ensino Médio	A

Unidade Contratante						
Nome: CONDOMÍNIO DO PALÁCIO GUSTAVO CAPANEMA						
UG/Gestão: 343046						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Prest. Serv. de Manutenção de Jardins.	33.285.255/0001-05	jul/15	jul/16	Ensino Fundamental	A
2015	Prest. Serv. de Manutenção de Jardins	33.285.255/0001-05	jan/15	jul/15	Ensino Fundamental	E
2014	Prest. Serv. de Brigada de Incêncio.	02.566.106/0001-82	jan/15	jan/17	Ensino Médio	P
2010	Prest. Serv. de Manutenção Predial.	02.566.106/0001-82	out/10	out/15	Ensino Fundamental / Médio	E
2015	Prest. de Serv. de Manutenção Predial.	10.578.768/0001-09	dez/15	dez/16	Ensino Fundamental / Médio	A
2014	Prest. Serv. de Higiene e Limpeza.	09.060.537/0001-11	jul/14	jul/15	Ensino Fundamental	P
2010	Prest. Serv. de Ascensoristas.	05.956.304/0001-40	nov/10	nov/15	Ensino Fundamental	E
2015	Prest. Serv. de apoio Administrativo.	09.060.537/0001-11	mai/15	mai/16	Ensino Médio	A
2013	Prest. Serv. de Vig. e Segurança.	31.242.852/0001-19	jan/13	jan/17	Ensino Fundamental	P
Unidade Contratante						
Nome: CENTRO CULTURAL PAÇO IMPERIAL						
UG/Gestão: 343023						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Planejar Terceirização e Serviços EIRELI.	09.169.438/0001-72	jan/17	jan/18	Ensino Fundamental	P
2016	Transegur Vigilância e Seg. Ltda.	31.376.361/0001-60	dez/16	nov/17	Ensino Fundamental	P
2016	Quimiclean Comércio e Serv. Ltda.	72.734.791/0001-94	nov/16	out/17	Ensino Médio	P
2014	Atria Serv. Terceirizados Ltda - ME.	11.430.698/0001-00	ago/14	jul/15	Ensino Médio	P
2015	NTL Nova Tecnologia Ltda.	32.185.480/0001-07	set/15	set/16	Ensino Médio	P
2013	EMIDA Instalações Ltda.	02.986.452/0001-10	jun/13	mai/13	Ensino Médio	P

Unidade Contratante						
Nome: SÍTIO ROBERTO BURLE MARX						
UG/Gestão: 343024						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviços limpeza com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.	05.873.154/0001-01	fev/15	fev/16	Ensino Fundamental	A
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo.	68.565.530/0001-10	nov/14	nov/16	Ensino Médio	P
2014	Prestação de serviços de monitoramento para patrimônio cultural do SRBM.	09.060.537/0001-11	dez/14	dez/16	Ensino Médio	P
2017	Prestação de serviços continuados integrados de vigilância patrimonial armada e desarmada.	10.380.412/0001-58	dez/14	dez/16	Ensino Médio	P
Unidade Contratante						
Nome: CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR						
UG/Gestão: 343030						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviços de vigilância e segurança.	10.467.705/0001-77	jul/14	jul/16	Ensino Fundamental	P
2016	Prestação de serviços de apoio administrativo.	09.060.537/0001-11	mai/15	mai/16	Ensino Médio	A
2015	Prestação de serviços de limpeza e conservação.	09.060.537/0001-11	mar/13	fev/16	Ensino Fundamental	P
2016	Prestação de serviços de tecnologia da informação.	03.372.304/0001-78	ago/12	ago/16	Ensino Médio	P

Fonte: CGLOG/DPA



## CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Estágio é o início da valorização profissional e a porta de entrada para o mercado de trabalho. Assim, a contratação de estagiário visa contribuir para o aperfeiçoamento do Processo educativo de estudantes de Ensino Médio e Ensino Superior, repassando conhecimentos e experiências práticas na linha de formação, efetivando o processo ensino-aprendizagem. A contratação de estagiários tem respaldo na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, e Orientação Normativa SEGEP/SRT nº. 2, de 24 de junho de 2016.

A AGIEL (Agência de Integração Empresa Escola Ltda), agente de integração, é a empresa contratada pelo Iphan para auxílio na captação e contratação de estagiários. No IPHAN a função do agente de integração é intermediar o recrutamento, a pré-seleção, encaminhamento e acompanhamento de estudantes de nível médio e superior, candidatos a estágios no IPHAN SEDE e demais 27 Superintendências.

As regras de contratação de estagiário são divulgadas interna e externamente por meio do site da Agiel. Além deste canal de comunicação, habitualmente o IPHAN disponibiliza orientações por meio de cartilhas e respostas direta a pessoas que pretendem se candidatar a estágio na Instituição.

O IPHAN possui uma previsão de 199 vagas para estágio de nível superior e 58 vagas para estágio de nível médio. Um limite total de 257 vagas de estágio. Dessas vagas de estágio, o IPHAN utiliza atualmente 190, distribuídas da seguinte forma:

**Quadro 4.1.4.2 Previsão de Vagas de Estágio para Nível Superior e Nível Médio no IPHAN**

ÁREA	NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL MÉDIO
Finalística	177	51
Meio	22	7

Fonte: CODEP/COGEP/DPA

No ano de 2018, o IPHAN contratou 190 estagiários e rescindiu 189 contratos. O que equivale a um turnover (rotatividade) de 73,7% ao considerarmos o total de estagiários desligados sobre o total de vagas de estágio. A motivação de um turnover tão alto no IPHAN é atribuída ao valor da bolsa de estágio considerada muito baixa pelos estudantes quando comparado ao valor pago no Poder Judiciário e Legislativo. Conforme estabelecido pela Orientação Normativa SEGEP/SRT nº 02/2016 expedida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão os valores de bolsa de estágio são:

**Quadro 4.1.4.3 Valores de Bolsas de Estágio no IPHAN**

NÍVEL	CARGA HORÁRIA (C\H)	VALOR
Superior	20h	R\$ 364,00
	30h	R\$ 520,00
Médio	20h	R\$ 203,00
	30h	R\$ 290,00

Fonte: CODEP/COGEP/DPA

Além da bolsa, o estagiário tem direito a auxílio-transporte no valor de R\$ 6,00 (seis reais) por dia efetivamente estagiado, independente da carga horária a ser cumprida.

## 4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

**Quadro 4.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União sob Responsabilidade do IPHAN**

<b>Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.</b>								
Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.								
<b>Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.</b>								
Rip - Utilização (spinet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (m <sup>2</sup> )		Propriedade (Próprio/ União/ Terceiros)	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)</i>	Área Construída			
2785 00389.500-3	AL	2785 – Maceió	Rua Sá e Albuquerque, 157 Jaraguá CEP 57022-180	979,71	1.792,94	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fazendo atualização junta a spu	CE	Fortaleza	Rua liberato barroso, 525 centro – fortaleza /ce	1296	495	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9701 22851.500-0	DF	9701 – Brasília	SCES TRECHO 3, N° 01, Trecho 03, Projeto Orla, Polo 08	28.900,00	0,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5605.00013.500-0	ES	Alfredo Chaves	Rua Estação Matilde, s/n - Matilde	6.224,47	367,30	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fazendo atualização junta a spu	MG	Belo Horizonte	Rua januária, nº. 130 - biarro floresta - cep: 30110-055	3.034,00	1.428,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

**Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.**

Rip - Utilização (spiunet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (m <sup>2</sup> )		Propriedade <i>(Próprio/ União/ Terceiros)</i>	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)</i>	Área Construída			
4921 00053.500-3	MG	Ouro Preto	Casa da Baronesa - Praça Tiradentes, Nº 33 - Bairro Centro Cep: 35400-000	1.087,00	725,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4799 00003.500-4	MG	Mariana	Rua Direita, Nº. 07 - Bairro Centro - Cep: 35420-000	737,00	532,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fazendo atualização junta a spu	MG	São João Del Rei	Avenida hermilllo alves, nº. 52 - bairro centro - cep:36307-328	1.128,30	648,30	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5375 00001.500-6	MG	Tiradentes	Rua Da Câmara, Nº. 124 - Bairro Centro - Cep: 36325-000	693,00	564,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fazendo atualização junta a spu	MG	Diamantina	Casa chica da silva - praça lobo de mesquita, nº. 266 - bairro centro	1.741,65	541,65	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fazendo atualização junta a spu	MG	Diamantina	Biblioteca antônio torres de diamantina	542,84	516,22	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

**Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.**

Rip - Utilização (spiunet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (m <sup>2</sup> )		Propriedade <i>(Próprio/ União/ Terceiros)</i>	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)</i>	Área Construída			
Fazendo atualização junta a spu	MG	Diamantina	Galpão oficina de diamantina	600,00	600,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5341 00003.500-2	MG	Serro	Casa General Carneiro - Praça Presidente Vargas, Nº 108 - Bairro Centro - Cep: 39150-000	304,00	264,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fazendo atualização junta a spu	MG	Congonhas	Rua bom jesus, nº. 141 a - bairro centro - cep: 36404-000	190,00		União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9063 00002.500-0	MS	9063 – Corumbá	Rua Domngos SAHIB, S/N Centro CEP 79300-130	622,32	208,90	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
0427 00762.500-3	PA	0427 – Belém	Avenida AV: Governador José Malcher, 474	457,00	720,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1965 00017.500-2	PB	1965 - Cabedelo	Fortaleza Fortaleza de Santa Catarina, 0 Centro CEP 58310-000	44.555,00	10.476,17	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

**Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.**

Rip - Utilização (spiunet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (m <sup>2</sup> )		Propriedade <i>(Próprio/ União/ Terceiros)</i>	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)</i>	Área Construída			
2051 00021.500-2	PB	2051 – João Pessoa	Praça Barão Do Rio Branco, 30 Centro Cep 58010-760	142,62	142,62	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2051 00102.500-2	PB	2051 – João Pessoa	Praça Rio Branco, 17 Centro CEP 58000-000	360,00	1.228,60	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2451 00002.500-4	PE	2451 - Itamaracá	Avenida Do Forte, Bairro: Forno Da Cal - Ilha De Itamaraca - CEP 53900-000	34.853,15	Não Informado	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2457 00010.500-7	PE	2457 - Jaboatao Dos Guararapes	Estrada Estrada Da Batalha, S/N Prazeres Cep 54000-000	2.150.000,00	183,27	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

**Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.**

Rip - Utilização (spiunet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (m <sup>2</sup> )		Propriedade <i>(Próprio/ União/ Terceiros)</i>	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)</i>	Área Construída			
2531 01024.500-9	PE	2531 – Recife	Praça VISCONDE DE MAUA, S/N Edf Rosa III - Esquina Com A Rua Floriano Peixoto, SAO JOSE CEP 50020-100	2.537,34	1.440,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cessão	PI	Teresina	Rua Magalhães Filho, 779, Cep: 64000-128	805,00	297,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RJ	RJ	5877 - Petrópolis	Imóvel Sede Do Escritório Técnico Região Serrana: Av. Koeler, 225, Petrópolis/Rj –	DESCONHECIDO	904,58	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RJ	RJ	6001 – Rio de Janeiro	Imóvel Situado Na Praça Da República, Nº 22, Centro, Rio De Janeiro/Rj –	1.815,00	4	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1761 00201.500-7	RN	1761 – Natal	Área Praia Do Forte, S/N Santos Reis CEP 59010-000	19.478,87	2.750,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1761 00204.500-3	RN	1761 – Natal	Avenida Duque De Caxias, 158 Ribeira CEP 59010-200	547,09	603,06	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

**Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.**

Rip - Utilização (spiunet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (m <sup>2</sup> )		Propriedade <i>(Próprio/ União/ Terceiros)</i>	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)</i>	Área Construída			
8801 00803.500-0	RS	8801 – Porto Alegre	Avenida Independência, 867 Independência Cep 90035-036	934,92	660,40	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8105 00143.500-1	SC	8105 - Florianópolis	Rua Conselheiro Mafra, 141 Garagem Box 13, Centro Cep 88010-000	585,00	12,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2965 00002.500-6	SP	2965 - Bertioga	Praia De Bertioga, S/Nº Forte São João - Museu Civico-Histórico, Centro CEP 11250-000	9.500,00	136,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7071 00162.500-1	SP	7071 – Santos	Rua Tiro Onze, 11 “Antiga Casa Do Trem”, Centro Cep 11000-000	975,00	500,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7107 00623.500-1	SP	7107 – São Paulo	Rua Baronesa De Itu, 639 Higienópolis CEP 01231-001	651,00	303,29	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fazendo atualização junta a spu	SP	São José Do Barreiro	Estrada Dos Tropeiros - São José Do Barreiro - Cep 12.830-000	Não Informado	Não Informado	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00



**Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

**Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.**

Rip - Utilização (spiunet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (m <sup>2</sup> )		Propriedade <i>(Próprio/ União/ Terceiros)</i>	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)</i>	Área Construída			
Fazendo atualização junta a spu	SP	São Paulo	Av. Angélica, 626 - Higienópolis - Cep 01228-000	Não Informado	Não Informado	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) D. Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão.**

Não há imóveis funcionais sob responsabilidade do IPHAN.

**Item 2) E. Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis.**

Não há informação sobre despesas de manutenção.

**Item 2) F. Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los**

Não há imóveis funcionais sob responsabilidade do IPHAN.

Fonte: COREL/CGLOG/DPA

#### 4.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

**Quadro 4.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União sob Responsabilidade do IPHAN**

<b>Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.</b>								
Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.								
<b>Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.</b>								
Rip - Utilização (SPIUnet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (m <sup>2</sup> )		Propriedade (Próprio/ União/ Terceiros)	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)</i>	Área Construída			
2785 00389.500-3	AL	2785 - Maceió	Rua Sá e Albuquerque, 157 Jaraguá CEP 57022-180	979,71	1.792,94	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FAZENDO ATUALIZAÇÃO JUNTA A SPU	CE	Fortaleza	Rua Liberato Barroso, 525 Centro - Fortaleza/Ce	1296	495	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9701 22851.500-0	DF	9701 - Brasília	Sces Trecho 3, Nº 01, Trecho 03, Projeto Orla, Polo 08	28.900,00	0,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5605.00013.500-0	ES	Alfredo Chaves	Rua Estação Matilde, s/n - Matilde	6.224,47	367,30	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FAZENDO ATUALIZAÇÃO JUNTA A SPU	MG	Belo Horizonte	Rua Januária, Nº. 130 - Biarro Floresta - Cep: 30110-055	3.034,00	1.428,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

**Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.**

Rip - Utilização (SPIUnet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (m <sup>2</sup> )		Propriedade (Próprio/ União/ Terceiros)	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)</i>	Área Construída			
4921 00053.500-3	MG	Ouro Preto	Casa Da Baronesa - Praça Tiradentes, N° 33 - Bairro Centro Cep: 35400-000	1.087,00	725,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4799 00003.500-4	MG	Mariana	Rua Direita, N°. 07 - Bairro Centro - Cep: 35420-000	737,00	532,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FAZENDO ATUALIZAÇÃO JUNTA A SPU	MG	São João Del Rei	Avenida Hermillo Alves, N°. 52 - Bairro Centro - Cep:36307-328	1.128,30	648,30	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5375 00001.500-6	MG	Tiradentes	Rua Da Câmara, N°. 124 - Bairro Centro - Cep: 36325-000	693,00	564,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FAZENDO ATUALIZAÇÃO JUNTA A SPU	MG	Diamantina	Casa Chica Da Silva - Praça Lobo De Mesquita, N°. 266 - Bairro Centro	1.741,65	541,65	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FAZENDO ATUALIZAÇÃO JUNTA A SPU	MG	Diamantina	Biblioteca Antônio Torres De Diamantina	542,84	516,22	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

**Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.**

Rip - Utilização (SPIUnet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (m <sup>2</sup> )		Propriedade (Próprio/ União/ Terceiros)	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)</i>	Área Construída			
FAZENDO ATUALIZAÇÃO JUNTA A SPU	MG	Diamantina	Galpão Oficina De Diamantina	600,00	600,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5341 00003.500-2	MG	Serro	Casa General Carneiro - Praça Presidente Vargas, Nº 108 - Bairro Centro - Cep: 39150-000	304,00	264,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FAZENDO ATUALIZAÇÃO JUNTA A SPU	MG	Congonhas	Rua Bom Jesus, Nº. 141 A - Bairro Centro - Cep: 36404-000	190,00		União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9063 00002.500-0	MS	9063 – Corumbá	Rua Domingos Sahib, S/N Centro Cep 79300-130	622,32	208,90	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
0427 00762.500-3	PA	0427 - Belém	Avenida Av: Governador José Malcher, 474	457,00	720,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1965 00017.500-2	PB	1965 - Cabedelo	Fortaleza Fortaleza De Santa Catarina, 0 Centro Cep 58310-000	44.555,00	10.476,17	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

**Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.**

Rip - Utilização (SPIUnet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (m <sup>2</sup> )		Propriedade (Próprio/ União/ Terceiros)	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)</i>	Área Construída			
2051 00021.500-2	PB	2051 – João Pessoa	Praça Barão Do Rio Branco, 30 Centro Cep 58010-760	142,62	142,62	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2051 00102.500-2	PB	2051 – João Pessoa	Praça Rio Branco, 17 Centro Cep 58000-000	360,00	1.228,60	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2451 00002.500-4	PE	2451 – Itamaracá	Avenida Do Forte, Bairro: Forno Da Cal - Ilha De Itamaraca - Cep 53900-000	34.853,15	Não Informado	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2457 00010.500-7	PE	2457 - Jaboatao Dos Guararapes	Estrada Estrada Da Batalha, S/N Prazeres Cep 54000-000	2.150.000,00	183,27	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

**Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.**

Rip - Utilização (SPIUnet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (m <sup>2</sup> )		Propriedade (Próprio/ União/ Terceiros)	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)</i>	Área Construída			
2531 01024.500-9	PE	2531 – Recife	Praça Visconde De Maua, S/N Edf Rosa Iii - Esquina Com A Rua Floriano Peixoto, Sao Jose Cep 50020-100	2.537,34	1.440,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cessão	PI	Teresina	Rua Magalhães Filho, 779, CEP: 64000-128	805,00	297,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RJ	RJ	5877-Petrópolis	Imóvel Sede Do Escritório Técnico Região Serrana: Av. Koeler, 225, Petrópolis/Rj –	DESCONHECIDO	904,58	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RJ	RJ	6001 – Rio de Janeiro	Imóvel Situado Na Praça Da República, Nº 22, Centro, Rio De Janeiro/Rj –	1.815,00	4	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1761 00201.500-7	RN	1761 – Natal	Área Praia Do Forte, S/N Santos Reis Cep 59010-000	19.478,87	2.750,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1761 00204.500-3	RN	1761 – Natal	Avenida Duque De Caxias, 158 Ribeira Cep 59010-200	547,09	603,06	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

**Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.**

Rip - Utilização (SPIUnet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (m <sup>2</sup> )		Propriedade (Próprio/ União/ Terceiros)	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)</i>	Área Construída			
8801 00803.500-0	RS	8801 - Porto Alegre	Avenida Independência, 867 Independência Cep 90035-036	934,92	660,40	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8105 00143.500-1	SC	8105 – Florianópolis	Rua Conselheiro Mafra, 141 Garagem Box 13, Centro Cep 88010-000	585,00	12,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2965 00002.500-6	SP	2965 - Bertioga	Praia De Bertioga, S/Nº Forte São João - Museu Civico-Historico, Centro Cep 11250-000	9.500,00	136,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7071 00162.500-1	SP	7071 – Santos	Rua Tiro Onze, 11 “Antiga Casa Do Trem”, Centro Cep 11000-000	975,00	500,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7107 00623.500-1	SP	7107 – São Paulo	Rua Baronesa De Itu, 639 Higienópolis Cep 01231-001	651,00	303,29	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FAZENDO ATUALIZAÇÃO JUNTA A SPU	SP	São José Do Barreiro	Estrada Dos Tropeiros - São José Do Barreiro - Cep 12.830-000	Não Informado	Não Informado	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

**Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.**

Rip - Utilização (SPIUnet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (m <sup>2</sup> )		Propriedade (Próprio/ União/ Terceiros)	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se for o caso (Não se aplica a unidade autônoma)</i>	Área Construída			
FAZENDO ATUALIZAÇÃO JUNTA A SPU	SP	São Paulo	Av. Angélica, 626 - Higienópolis - Cep 01228-000	Não Informado	Não Informado	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) D. Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão.**

Não há imóveis funcionais sob responsabilidade do IPHAN.

**Item 2) E. Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis.**

Não há informação sobre despesas de manutenção.

**Item 2) F. Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los**

Não há imóveis funcionais sob responsabilidade do IPHAN.

Fonte: COREL/CGLOG/DPA



#### 4.2.1.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União sob responsabilidade do IPHAN

##### Quadro 4.2.1.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União Sob Responsabilidade do IPHAN

###### Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

###### Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.

Rip - Utilização (Spiunet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (M <sup>2</sup> )		Propriedade (Próprio/ União/ Terceiros)	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se For O Caso (Não Se Aplica A Unidade Autônoma)</i>	Área Construída			
2785 00389.500-3	AL	2785 – Maceió	Rua Sá E Albuquerque, 157 Jaraguá CEP 57022-180	979,71	1.792,94	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FAZENDO ATUALIZAÇÃO JUNTA A SPU	CE	Fortaleza	Rua Liberato Barroso, 525 Centro - Fortaleza/Ce	1296	495	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9701 22851.500-0	DF	9701 – Brasília	Sces Trecho 3, Nº 01, Trecho 03, Projeto Orla, Polo 08	28.900,00	0,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5605.00013.500-0	ES	Alfredo Chaves	Rua Estação Matilde, S/N - Matilde	6.224,47	367,30	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FAZENDO ATUALIZAÇÃO JUNTA A SPU	MG	Belo Horizonte	Rua Januária, Nº. 130 - Biarro Floresta - Cep: 30110-055	3.034,00	1.428,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

**Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.**

Rip - Utilização (Spiunet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (M <sup>2</sup> )		Propriedade (Próprio/ União/ Terceiros)	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se For O Caso (Não Se Aplica A Unidade Autônoma)</i>	Área Construída			
4921 00053.500-3	MG	Ouro Preto	Casa Da Baronesa - Praça Tiradentes, Nº 33 - Bairro Centro Cep: 35400-000	1.087,00	725,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4799 00003.500-4	MG	Mariana	Rua Direita, Nº. 07 - Bairro Centro - Cep: 35420-000	737,00	532,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FAZENDO ATUALIZAÇÃO JUNTA A SPU	MG	São João Del Rei	Avenida Hermillo Alves, Nº. 52 - Bairro Centro - Cep:36307-328	1.128,30	648,30	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5375 00001.500-6	MG	Tiradentes	Rua Da Câmara, Nº. 124 - Bairro Centro - Cep: 36325-000	693,00	564,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FAZENDO ATUALIZAÇÃO JUNTA A SPU	MG	Diamantina	Casa Chica Da Silva - Praça Lobo De Mesquita, Nº. 266 - Bairro Centro	1.741,65	541,65	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FAZENDO ATUALIZAÇÃO JUNTA A SPU	MG	Diamantina	Biblioteca Antônio Torres De Diamantina	542,84	516,22	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

**Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.**

Rip - Utilização (Spiunet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (M <sup>2</sup> )		Propriedade (Próprio/ União/ Terceiros)	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se For O Caso (Não Se Aplica A Unidade Autônoma)</i>	Área Construída			
FAZENDO ATUALIZAÇÃO JUNTA A SPU	MG	Diamantina	Galpão Oficina De Diamantina	600,00	600,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5341 00003.500-2	MG	Serro	Casa General Carneiro - Praça Presidente Vargas, Nº 108 - Bairro Centro - Cep: 39150-000	304,00	264,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FAZENDO ATUALIZAÇÃO JUNTA A SPU	MG	Congonhas	Rua Bom Jesus, Nº. 141 A - Bairro Centro - Cep: 36404-000	190,00		União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9063 00002.500-0	MS	9063 – Corumbá	Rua DOMINGOS SAHIB, S/N CENTRO CEP 79300-130	622,32	208,90	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
0427 00762.500-3	PA	0427 - Belém	Avenida Av: Governador José Malcher, 474	457,00	720,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1965 00017.500-2	PB	1965 - Cabedelo	Fortaleza Fortaleza De Santa Catarina, 0 Centro CEP 58310-000	44.555,00	10.476,17	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

**Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.**

Rip - Utilização (Spiunet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (M <sup>2</sup> )		Propriedade (Próprio/ União/ Terceiros)	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se For O Caso (Não Se Aplica A Unidade Autônoma)</i>	Área Construída			
2051 00021.500-2	PB	2051 – João Pessoa	Praça BARÃO DO RIO BRANCO, 30 CENTRO CEP 58010-760	142,62	142,62	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2051 00102.500-2	PB	2051 – João Pessoa	Praça Rio Branco, 17 Centro Cep 58000-000	360,00	1.228,60	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2451 00002.500-4	PE	2451 – Itamaracá	Avenida Do Forte, Bairro: Forno Da Cal - Ilha De Itamaraca - Cep 53900-000	34.853,15	Não Informado	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2457 00010.500-7	PE	2457 - Jaboatao Dos Guararapes	Estrada ESTRADA Da Batalha, S/N PRAZERES CEP 54000-000	2.150.000,00	183,27	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

**Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.**

Rip - Utilização (Spiunet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (M <sup>2</sup> )		Propriedade (Próprio/ União/ Terceiros)	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se For O Caso (Não Se Aplica A Unidade Autônoma)</i>	Área Construída			
2531 01024.500-9	PE	2531 - Recife	Praça VISCONDE DE MAUA, S/N Edf Rosa III - Esquina Com A Rua Floriano Peixoto, SAO JOSE CEP 50020-100	2.537,34	1.440,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cessão	PI	Teresina	Rua Magalhães Filho, 779, Cep: 64000-128	805,00	297,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RJ	RJ	5877-Petrópolis	Imóvel Sede Do Escritório Técnico Região Serrana: Av. Koeler, 225, Petrópolis/RJ –	DESCONHECIDO	904,58	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RJ	RJ	6001 – Rio de Janeiro	Imóvel Situado Na Praça Da República, N° 22, Centro, Rio De Janeiro/RJ –	1.815,00	4	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1761 00201.500-7	RN	1761 - Natal	Área Praia Do Forte, S/N Santos Reis CEP 59010-000	19.478,87	2.750,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1761 00204.500-3	RN	1761 - Natal	Avenida Duque De Caxias, 158 Ribeira CEP 59010-200	547,09	603,06	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

**Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.**

Rip - Utilização (Spiunet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (M <sup>2</sup> )		Propriedade (Próprio/ União/ Terceiros)	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se For O Caso (Não Se Aplica A Unidade Autônoma)</i>	Área Construída			
8801 00803.500-0	RS	8801 - Porto Alegre	Avenida Independência, 867 Independência Cep 90035-036	934,92	660,40	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8105 00143.500-1	SC	8105 - Florianópolis	Rua Conselheiro Mafra, 141 Garagem Box 13, Centro Cep 88010-000	585,00	12,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2965 00002.500-6	SP	2965 - Bertioga	Praia De Bertioga, S/Nº Forte São João - Museu Civico- Historico, Centro CEP 11250- 000	9.500,00	136,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7071 00162.500-1	SP	7071 – Santos	Rua Tiro Onze, 11 “Antiga Casa Do Trem”, Centro Cep 11000- 000	975,00	500,00	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7107 00623.500-1	SP	7107 – São Paulo	Rua Baronesa De Itu, 639 Higienópolis CEP 01231-001	651,00	303,29	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FAZENDO ATUALIZAÇÃO JUNTA A SPU	SP	São José Do Barreiro	Estrada Dos Tropeiros - São José Do Barreiro - CEP 12.830-000	Não Informado	Não Informado	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) A. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

Para o controle e gestão dos imóveis sob jurisdição do IPHAN é utilizado o SPIUnet e planilhas elaboradas pelo Setor de Patrimônio.

**Item 2) B e C Distribuição geográfica dos imóveis da União/ Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis.**

Rip - Utilização (Spiunet)	UF	Município	Endereço	Área Do Imóvel (M <sup>2</sup> )		Propriedade (Próprio/ União/ Terceiros)	Valor	Valor Manutenção
				Área Terreno <i>Se For O Caso (Não Se Aplica A Unidade Autônoma)</i>	Área Construída			
FAZENDO ATUALIZAÇÃO JUNTA A SPU	SP	São Paulo	Av. Angélica, 626 - Higienópolis - Cep 01228-000	Não Informado	Não Informado	União	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Item 2) D. Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão.**

Não há imóveis funcionais sob responsabilidade do IPHAN.

**Item 2) E. Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis.**

Não há informação sobre despesas de manutenção.

**Item 2) F. Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitiga-los**

Não há imóveis funcionais sob responsabilidade do IPHAN.

Fonte: COREL/CGLOG/DPA

## 4.2.2 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

**Quadro 4.2.2 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas**

<b>Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão</b>	<b>RIP</b>	970122850.500-5
	<b>Endereço</b>	SCES Trecho 3, Projeto Orla, Polo 08 - Asa Sul
<b>Identificação do Cessionário</b>	<b>CNPJ</b>	26.474.0560027/0001-71
	<b>Nome ou Razão Social</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
	<b>Atividade ou Ramo de Atuação</b>	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro
<b>Caracterização da Cessão</b>	<b>Forma de Seleção do Cessionário</b>	Foi solicitado a Terracap o pedido de cessão, tendo em vista que esta autarquia não possui sede própria
	<b>Finalidade do Uso do Espaço ou Imóvel Cedido</b>	Construção da sede do IPHAN
	<b>Prazo da Cessão</b>	10 anos
	<b>Caracterização do espaço cedido</b>	Terreno medindo 170,00m <sup>2</sup> de frente e fundo e 170,00 m <sup>2</sup> pelas laterais esquerda e direita
	<b>Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido</b>	Não tem
	<b>Tratamento contábil dos benefícios recebidos</b>	Não tem
	<b>Rasteio dos gastos, quando cessão parcial</b>	Não tem
<b>Uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC</b>	Não tem	

Fonte: COREL/CGLOG/DPA



### 4.2.3 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Quadro 4.2.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DELA UJ	
		EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
<b>BRASIL</b>	<b>AC</b>		
	Rio Branco	1	1
	<b>AP</b>		
	Amapá	1	1
	<b>DF</b>		
	Distrito Federal (Superintendência)	16	16
	IPHAN SEDE	1	1
	<b>ES</b>		
	Vitória	1	1
	<b>GO</b>		
	Goiânia	1	1
	<b>RS</b>		
	Porto Alegre	1	1
	<b>SC</b>		
	Florianópolis	1	1
	<b>TO</b>		
Palmas	1	1	
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>24</b>	<b>24</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	Cidade 1		
	Cidade 2		
	Cidade “n”		
	<b>PAÍS “n”</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	Cidade 1		
	Cidade 2		
	Cidade “n”		
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>24</b>	<b>24</b>

Fonte: COREL/CGLOG/DPA

Os gastos com manutenção e conservação do Edifício onde abriga a Sede deste Instituto são arcados integralmente pelo IPHAN, tais como: limpeza e Conservação, Manutenção de Ar condicionado, Sistema Alarme Contra Incêndio, CFTV, Bombas de hidrantes, Água, Luz e demais serviços correlatos a conservação e manutenção, não sendo deduzidos do valor mensal de aluguel pago ao locador.

---

### **4.3 Gestão da tecnologia da informação**

---

**Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.**

O Comitê Gestor dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação do Iphan (COGESTI) existe desde o ano de 2010, tendo passado por reformulações em 2014 e, mais recentemente, ao final de 2017 para atender ao disposto do Decreto nº 8.638/2016.

O Regimento Interno do COGESTI foi aprovado e publicado através da Portaria Iphan nº 424, de 13 de novembro de 2017. A composição do comitê atende aos normativos sobre o tema (Decreto 8638/2016 e Portaria SETIC nº 19/2017), sendo formado pelos titulares das seguintes áreas: (i) Gabinete da Presidência; (ii) Departamento de Cooperação e Fomento; (iii) Departamento de Patrimônio Imaterial; (iv) Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização; (v) Departamento de Planejamento e Administração; (vi) Departamento de Projetos Especiais; e (vii) a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação do Departamento de Planejamento e Administração.

As finalidades do COGESTI estão descritas no artigo 1º do seu Regimento Interno e contemplam: (i) planejar, dirigir e controlar a utilização atual e futura dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação de modo a assegurar um nível aceitável de riscos, promover a eficiência na utilização de recursos, apoiar os processos organizacionais e garantir alinhamento aos objetivos e estratégias corporativas; (ii) deliberar sobre assuntos relativos à Governança Digital, na forma do Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, a prestação de serviços públicos em meio digital, a transparência e abertura de dados e o fomento às boas práticas de governança corporativa; (iii) deliberar sobre políticas, planos estratégicos, normas e demais instrumentos de planejamento dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, segurança da informação e segurança cibernética – promovendo o alinhamento entre essas e as estratégias governamentais e institucionais; (iv) deliberar sobre aspectos relacionados à política de governança e gestão de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação incluindo definição de diretrizes para planejamento, gestão de riscos, contratação de bens e serviços, conformidade e desempenho; (v) monitorar e avaliar a gestão dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, Segurança da Informação e Segurança Cibernética; (vi) deliberar sobre a proposta orçamentária para as ações de Tecnologia da Informação e Comunicação, Segurança da Informação e Segurança Cibernética; e (vii) executar as atribuições que lhe forem conferidas por leis, decretos, instruções normativas, portarias e regulamentações relacionadas – em especial aquelas emitidas pelo Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal (SISP).

Para executar suas finalidades o COGESTI dispõe das seguintes competências, definidas no artigo 2º do seu regimento interno: (i) emitir atos relativos às matérias de sua competência – dando-lhes a devida publicidade, monitorando sua aplicação e avaliando seus resultados; (ii) propor, formular, executar, monitorar periodicamente e avaliar políticas, planos, estratégias, normas e diretrizes relativos à Governança Digital, à Segurança da Informação e à Segurança Cibernética - considerando o alinhamento aos instrumentos de Planejamento Estratégico Institucional; às políticas, orientações e normas do Ministério da Cultura, do Sistema Nacional de Cultura, da Estratégia de Governança Digital do Governo Federal (EGD) e do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal (SISP) – incluindo o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do IPHAN; (iii) monitorar e avaliar a gestão dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação no IPHAN; (iv) propor, formular e executar priorização de ações, projetos em Tecnologia da Informação e Comunicação e monitorar sua execução; (v) sugerir, monitorar e propor alterações à proposta orçamentária específica para as ações de

Tecnologia da Informação e Comunicação, Segurança da Informação e Segurança Cibernética; (vi) definir e recomendar padrões e procedimentos técnicos e operacionais para uso e aplicação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, Segurança da Informação e Segurança Cibernética; (vii) estipular os critérios de aceitação de riscos nos projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação; (viii) colaborar, no que couber, com as estruturas governamentais superiores nos assuntos relativos à Governança Digital; (ix) instituir estruturas subordinadas de caráter permanente ou temporário, tais como subcomitês ou grupos de trabalho; e (x) exercer outras competências relacionadas à sua área de atuação.

A presidência do COGESTI é exercida pelo titular do Departamento de Planejamento e Administração (DPA) e durante o ano de 2018 o comitê reuniu-se uma única vez, de forma ordinária, na data de 22/04/2018 - tendo sido essa apenas a oitava reunião realizada desde sua criação em 2010. As decisões tomadas nessa reunião envolveram basicamente o exercício da competência de priorização de projetos a serem executados pela área de TI e, especificamente nesse evento, a aprovação da revisão da Política de Segurança da Informação e a instituição de Normas Complementares de SIC.

### 4.3.1 Principais sistemas de informações

**Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.**

Os principais sistemas de informação em produção na UPC são os seguintes:

**Quadro 4.3.1.1 Principais Sistemas de Informação em Produção na UPC**

Sistema	Área Gestora	Área Técnica	Criticidade <sup>1</sup>	Despesa Anual
<b>CNART</b>	CGBM/DEPAM	DIVSIS/CGTI/DPA	Média	
<b>FISCALIS</b>	CGBI/DEPAM	DIVSIS/CGTI/DPA	Alta	
<b>PORTAL</b>	ASCOM	DIVSIS/CGTI/DPA	Alta	
<b>SEI</b>	CDP/DECOF	DIVSIS/CGTI/DPA	Alta	
<b>SICG</b>	CGBI/DEPAM	DIVSIS/CGTI/DPA	Alta	
<b>SIG-IPHAN</b>	CGPLAN/DPA	DIVSIS/CGTI/DPA	Alta	
<b>SISCAU</b>	CGTI/DPA	DIVSIS/CGTI/DPA	Alta	
<b>SISGEP</b>	COGEP/DPA	DIVSIS/CGTI/DPA	Média	
<b>WPONTO</b>	COGEP/DPA	DIVSIS/CGTI/DPA	Média	

Fonte: CGTI/DPA

Para a coluna Criticidade<sup>1</sup> na tabela acima, convencionou-se a seguinte estratégia:

- a. Criticidade ALTA: Se o sistema parar interrompe completamente o negócio;
- b. Criticidade MÉDIA: Se o sistema parar interrompe de forma parcial o negócio;
- c. Criticidade BAIXA: Se o sistema parar não interrompe o negócio.

c.1: CNART - Cadastro Nacional de Negociantes de Obras de Arte

Esse sistema tem por objetivo reunir informações cadastrais de comerciantes e agentes de leilão que negociam objetos de antiguidade, obras de arte de qualquer natureza, manuscritos e livros antigos ou raros. O CNART funciona como um instrumento que auxilia o Iphan a desenvolver a política de prevenção à lavagem de dinheiro por meio de obras de arte (Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 e Portaria Iphan nº 396, de 15 e setembro de 2016), a conhecer os objetos de valor histórico e artístico que são comercializados no Brasil, e a identificar os que são passíveis de reconhecimento como Patrimônio Cultural Brasileiro (Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro 1937 e Instrução Normativa nº 01, de 11 de junho de 2007).

c.2: FISCALIS – Sistema de Fiscalização do Patrimônio Cultural Edificado.

Sistema responsável pela automação dos procedimentos de fiscalização e autorização de intervenções em bens culturais protegidos ou tutelados, possibilitando o planejamento das ações, o trabalho em campo e a geração de informações gerenciais.

### c.3: PORTAL – Portal do IPHAN na Internet

Sistema responsável pelo site do órgão na internet, sua estrutura é composta de um CMS responsável por gerir todas as configurações e conteúdo do portal.

### c.4: SEI - Sistema Eletrônico de Informações do IPHAN

Trata-se do sistema de processo administrativo eletrônico adotado pela maioria dos órgãos públicos federais aderentes ao Processo Eletrônico Nacional e é responsável pela gestão de processos e documentos eletrônicos.

### c.5: SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

O objetivo do SICG é integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material, reunindo em uma base única informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário e outras ocorrências do patrimônio cultural do Brasil.

### c.6: SIG-IPHAN – Sistema de Informações Gerenciais do IPHAN

O SIG-IPHAN gerencia o planejamento orçamentário anual e execução dos projetos, bem como monitorar seus resultados e suas metas, acompanhando a execução física e financeira dos projetos.

### c.7: SISCAU

Sistema responsável por centralizar a gestão de perfis de acesso e prover a autenticação de usuários para todos os demais sistemas do IPHAN.

### c.8: WPONTO – Sistema de Ponto Eletrônico

Sistema responsável pelo registro e gestão da jornada de trabalho dos servidores do Iphan, opera em conjunto com equipamentos de biometria.

Com respeito à avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes, há uma estratégia de tratamento e resposta a cada risco identificado, envolvendo:

- Mitigar (M): desenvolver ações visando minimizar a probabilidade da ocorrência do risco ou de seu impacto no projeto com o objetivo de tornar o risco aceitável;
- Evitar (E): mudar o plano do projeto eliminando a condição que estava expondo o projeto ao risco. É uma estratégia utilizada para riscos de alta criticidade, quando não se deseja sequer correr o risco;

- Transferir (T): repassar as consequências do risco, bem como a responsabilidade de resposta para quem está mais bem preparado para lidar com o mesmo, e;
- Aceitar (A): indicada nas situações em que a criticidade do risco é média ou baixa, ou quando não é possível ou não haja interesse em implementar uma ação específica.

Foram identificados os riscos relevantes, sua descrição, probabilidade e impacto, considerando a criticidade e respectivas ações. Para a definição das probabilidades e impactos foram utilizados os seguintes critérios:

**Quadro 4.3.1.2 Riscos**

Probabilidade	Pontos	Impacto	Pontos
Muito Alta	5	Muito Alto	5
Alta	4	Alto	4
Média	3	Médio	3
Baixa	2	Baixo	2
Muito Baixa	1	Muito Baixo	1

Fonte: CGTI/DPA

A Exposição do Risco é o resultado da multiplicação de Probabilidade x Impacto. O resultado dessa operação possui valores possíveis de 1 a 25. Dessa forma os riscos se enquadram de acordo com a matriz abaixo. Foram definidos que os riscos de exposição inferior a 4 possuem exposição Baixa, entre 5 e 12 possuem exposição Média e acima de 12 exposição Alta.

Segue abaixo a lista com os riscos identificados juntamente com a ação de resposta ao risco (plano de tratamento do risco).

**Quadro 4.3.1.3 Plano de Tratamento dos Riscos**

Risco	Descrição	Probabilidade	Impacto	Criticidade	Estratégia de Ação	Ação de resposta ao risco
<b>R1</b>	Falta de servidor efetivo para assumir papéis não passíveis de terceirização para se realizar a Gestão dos sistemas.	Muito Alta	Muito Alto	Alta	Evitar	- Identificar o perfil entre os servidores da área de negócio; - Alocar servidores da área de negócio na área de sistemas
<b>R2</b>	Falta de priorização das necessidades de Sistemas do IPHAN no Planejamento Estratégico	Alta	Alto	Alta	Evitar	Utilizar o COGESTI com fórum de priorização, considerando as macro ações definidas pelo Planejamento estratégico
<b>R3</b>	Falta de documentação dos sistemas legados	Muito Alta	Muito Alto	Alta	Evitar	- Documentar aplicações críticas que não tenham documentação

Risco	Descrição	Probabilidade	Impacto	Criticidade	Estratégia de Ação	Ação de resposta ao risco
<b>R4</b>	Falta de recursos orçamentários para sustentar os sistemas	Média	Médio	Média	Mitigar	- Treinamento contínuo para equipe interna; - Mapeamento de Processo, e Documentação de procedimentos
<b>R5</b>	Falta de conhecimento dos procedimentos nos Sistemas pelos usuários dos Sistemas	Média	Médio	Média	Mitigar	- Realizar treinamento contínuo aos usuários promovidos pelos Gestores dos Sistemas
<b>R6</b>	Baixa institucionalização dos sistemas pelas áreas do IPHAN	Média	Alto	Média	Mitigar	- Intitucionalizar os procedimentos do Sistemas como procedimentos de trabalho oficiais do IPHAN estipulados em Portaria
<b>R7</b>	Desconhecimento dos Gestores sobre o processo de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	Baixa	Alto	Média	Mitigar	- Realizar workshops para disseminação da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas
<b>R8</b>	Base de dados corrompida	Média	Médio	Média	Mitigar	- Executar procedimentos de restore e backup
<b>R9</b>	Indisponibilidade do sistema e do servidor de aplicações	Média	Médio	Média	Mitigar	- Estabelecer ambiente de alta disponibilidade
<b>R10</b>	Ataques a sistemas da informação	Média	Médio	Média	Mitigar	- Monitoramento contínuo pelos dispositivos de segurança da rede
<b>R11</b>	Descontinuidade dos contratos por parte da Contratada	Baixa	Muito Alto	Média	Mitigar	- Realizar Contratação Emergencial

Fonte: CGTI/DPA

---

### **4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de TI (PETI) e sobre o Plano Diretor de TI (PDTI)**

---

**Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.**

Acerca das atividades de planejamento de Tecnologia da Informação conta com Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação vigente (Portaria nº 44, de 26/04/2018), tendo sido elaborado em conformidade com o Manual de PDTIC do SISP e, portanto, alinhado aos objetivos e metas do Mapa Estratégico do Iphan.

O PDTIC-IPHAN 2018-2019 está disponível para acesso público através do endereço eletrônico: <http://links.iphan.gov.br/pdtic>.



## 4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

**Quadro 4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade**

Aspectos sobre a Gestão Ambiental		Avaliação	
		Sim	Não
1	A unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006?	X	
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012?	X	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012?	X	
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG10, de 12 novembro de 2012?	X	
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet.		
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sitio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.		
<b>Ações Realizadas Pelo IPHAN</b>			
1	<b>Consumo de papel A4</b>		
	- Configuração das impressoras para padrão de impressão frente e verso;		
	- Planejamento de compra de material que utilizem arvore de reflorestamento		
2	<b>Consumo de copos descartáveis</b>		
	- Aquisição de copos de vidro;		
	- Elaboração de campanha “adote um copo”;		
	- Substituição de galões por purificadores de água (em análise de custos		
3	<b>Transporte de servidores</b>		
	- Atualização/renovação da frota de veículos		
4	<b>Eficiência energética</b>		
	- Instalação de interruptores nos ambientes;		
	- Substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas econômicas;		
	- Instalação de sensor de presença nas escadas de emergência;		
	- Configuração das impressoras instaladas em modo de economia de energia;		
	- Grupo gerador (em análise de custos).		

<b>5</b>	<b>Eficiência em consumo de água</b>		
	- Vasos sanitários com duas fases;		
	- Substituição das torneiras manuais por torneiras com fechamento automático nos banheiros;		
<b>6</b>	<b>Coleta Seletiva de Resíduos</b>		
	- Adesão ao programa de Coleta Seletiva nos termos do Decreto 6.844 de 07 de maio de 2009;		
	- Instalação de coletores específicos para resíduos recicláveis;		
	- Desenvolvimento e implantação do <b>PLS</b> ;		
	- Levantamento de bens/materiais inservíveis.		
<b>7</b>	<b>Qualidade de vida no trabalho – COREL/COGEP</b>		
	- Avaliação periódica e permanente dos ambientes e condições físicas do trabalho;		
	- Realização de ações anuais de prevenção em saúde;		
	- Implantação de ações que valorizem e estimulem os servidores;		
<b>8</b>	<b>Serviços de limpeza e conservação</b>		
	- Revisão das especificações técnicas e do escopo dos contratos de terceirização de serviços de limpeza e conservação		
<b>9</b>	<b>Comunicação interna</b>		
	- Implementação do Plano de Comunicação Interna sobre:		
	- Uso consciente de papel;		
	- Uso consciente de copos descartáveis;		
	- Coleta seletiva de resíduos;		
	- Consumo consciente de água;		
	- Consumo consciente de energia elétrica		

**Fonte: COREL/CGLOG/DPA**

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, firmou o contrato nº 28/2017 com a empresa Green Ambiental e Reciclagem LTDA-ME, para gerenciamento de resíduos sólidos, urbanos não perigosos gerados nas dependências do IPHAN, abrangendo as etapas de coletas, transporte, transbordo, tratamento, destinação ou disposição final ambientalmente adequada, em atendimento aos termos da Lei Distrital nº 5.610/2016, do Decreto Distrital nº 37.568/2016 e da resolução ADASA nº 14/2016.

---

#### **4.4.1 Adoção dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras**

---

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional adota práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento sustentável no âmbito de suas contratações, considerando os critérios de economia da manutenção e operacionalização da edificação, bem como a redução de energia e água por meio de tecnologias práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como a aquisição de bens que sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

Em atenção às políticas de sustentabilidade, a empresa especializada contratada em coleta seletiva de resíduos sólidos, tem a informar que o decreto do Governo do Distrito Federal que regulava a contratação foi revogado, motivo pelo qual os serviços de coleta foram suspensos sendo que, atualmente, estão sendo prestados pelo Serviço de Limpeza Urbana do DF.

## 5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

---

---

### 5.1 Canais de Acesso do Cidadão

---

---

#### O Acesso à Informação

A LAI obriga a Administração Pública a ir além das medidas que visam dar publicidade a suas atividades cotidianas, conforme prevê o artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Mais do que isso, ela requer ainda uma real e efetiva abertura ao escrutínio da sociedade por parte de todos os órgãos públicos — seja no Legislativo, Executivo ou Judiciário —, que, por sua vez, devem promover a transparência e a acessibilidade das informações públicas por eles produzidas e custodiadas.

#### Canais de Acesso ao Cidadão no IPHAN

As ouvidorias públicas que recolhem as denúncias da população são um instrumento interessante para avaliar o desempenho dos Órgãos que obedecem a estas características. Neste caso, o incentivo à participação popular é visto também como uma maneira eficiente de fiscalizar os governantes e promover o respeito e a garantia dos direitos dos cidadãos.

Todos os que se interessam pela temática das ouvidorias conhecem a história. Ombudsman é uma palavra sueca, que designa um representante ou agente da população e pode ser traduzida como homem das reclamações ou homem das queixas.

Os ombudsmen passaram a ser vistos como úteis para lidar com o problema de uma burocracia em expansão no welfare state contemporâneo, que teve por consequência um crescimento exponencial das atividades governamentais, tanto em tamanho quanto em complexidade. O acréscimo em matéria de poder discricionário atribuído aos funcionários do governo levou a uma necessidade de proteção adicional contra os atos arbitrários da administração.

Nesse sentido, o IPHAN continua mantendo seu foco no atendimento, e tratamento de suas reclamações e denúncias, através de seus canais de interação com o cidadão.

No ano de 2018, a representante do Serviço de Informação do IPHAN e Fale- Conosco, realizou o curso de Defesa do Usuário e Simplificação, com certificação pela ENAP-Escola Nacional de Administração Pública e PROFOCO-Programa de Formação Continuada em ouvidoria, a fim de uma melhor qualificação no atendimento ao cidadão.

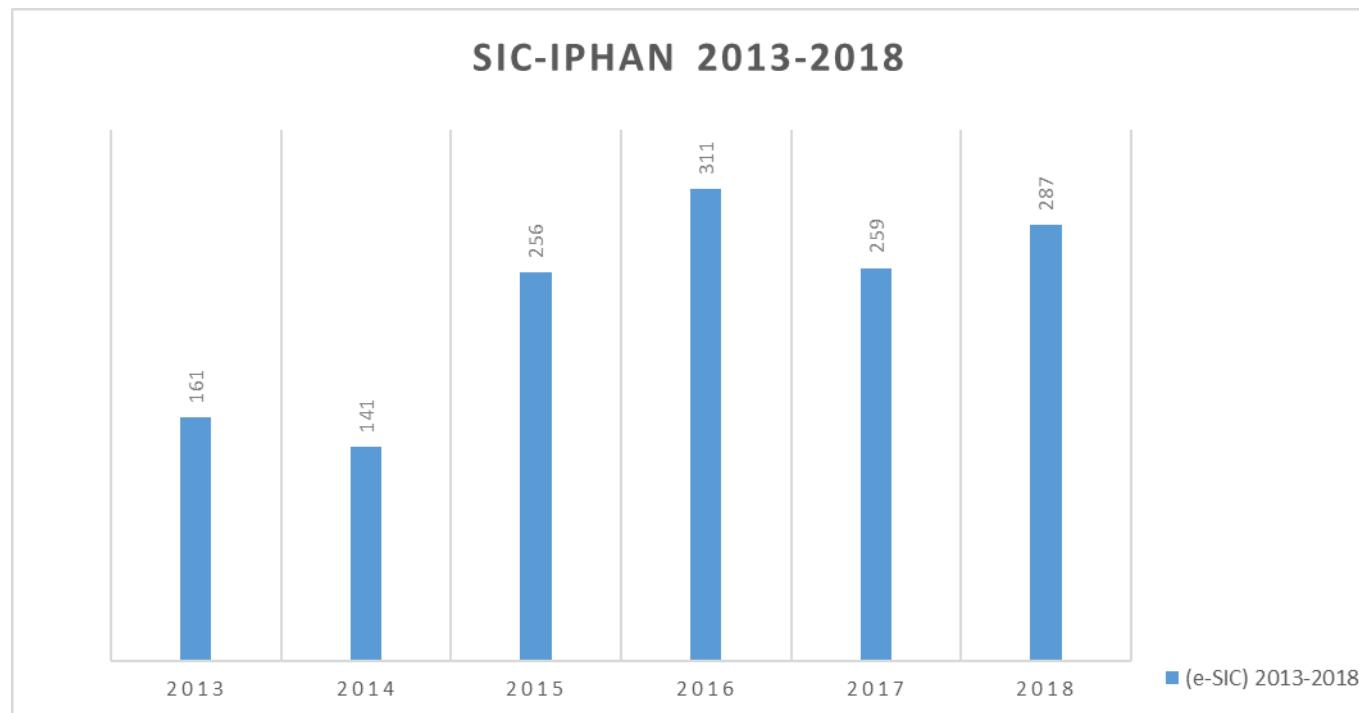
#### Serviço de Informação ao Cidadão-SIC

O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) – Permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação ao IPHAN, através do site da Controladoria Geral da União. As respostas são dadas conforme a Lei disciplina.

## Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes

No ano de 2018, foram realizados 287 (duzentos e oitenta e sete) pedidos de acesso à informação ao IPHAN, tendo um tempo médio de 14 dias para o acesso aos mesmos.

Gráfico 5.1.1 SIC-IPHAN 2013-2018



Fonte: PRESIDÊNCIA

Quadro 5.1 Características dos Pedidos de Acesso à Informação 2018

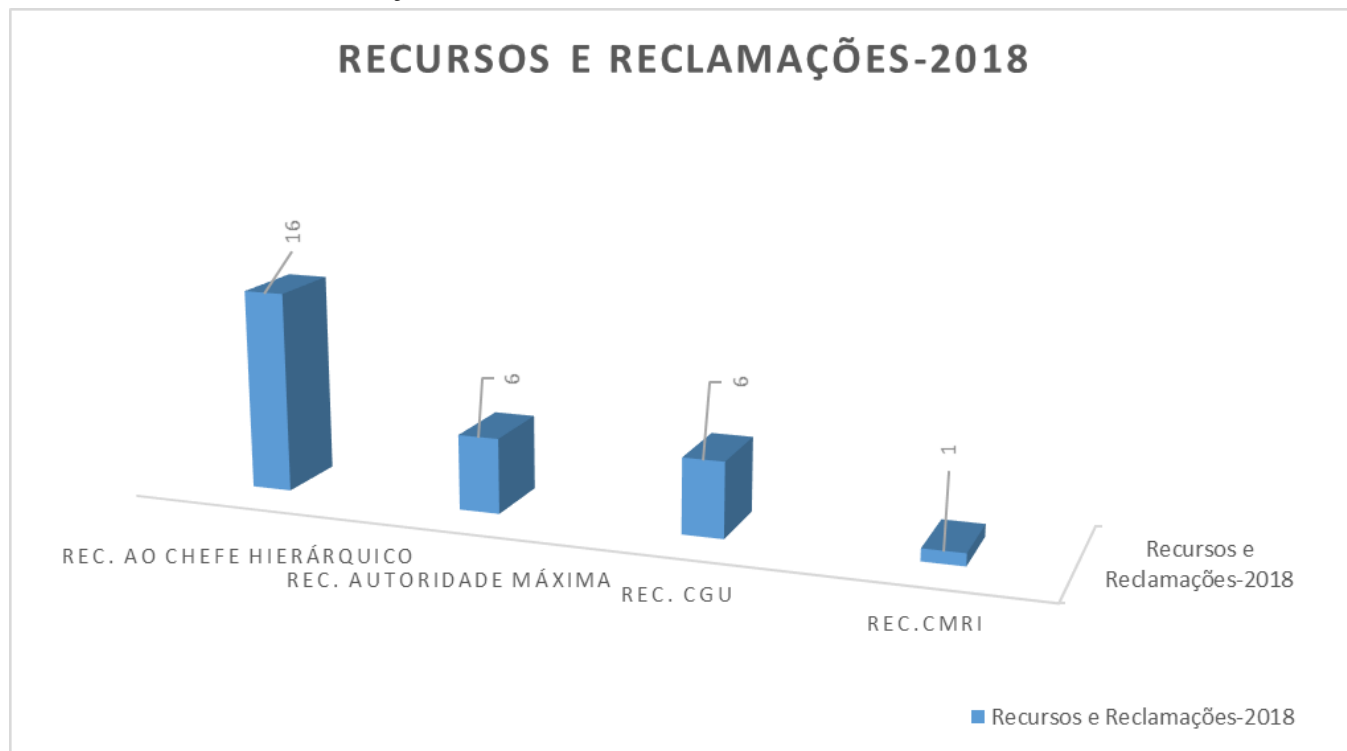
CARACTERÍSTICAS DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO-2018			
Total de perguntas:	590	Total de solicitantes:	230
Perguntas por pedido:	2,09	Maior número de pedidos	6
		Solicitantes com um único pedido:	194

Fonte: PRESIDÊNCIA (<https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>).

O concurso público do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi o que mais demandou o SIC no ano de 2018, o mesmo, foi resultado de uma forte mobilização nacional, com o objetivo de evidenciar à sociedade a importância da preservação do Patrimônio Cultural brasileiro.

No que tange ao Recursos o SIC-IPHAN obteve o seguinte desempenho:

**Gráfico 5.1.2 Recursos e Reclamações 2018**



Fonte: PRESIDÊNCIA (<https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualRecursos.aspx>).

A Lei de Acesso à Informação fixou a competência da CGU como instância recursal no âmbito dos processos administrativos de acesso à informação, sem, contudo, especificar qual autoridade seria responsável pelas decisões. Inicialmente, o próprio Ministro-Chefe da CGU decidia todos os casos concretos.

A partir da edição da Portaria CGU 1.567/2013, a competência recursal exercida pelo Ministro foi compartilhada com o Ouvidor-Geral da União, que, desde então, passou a decidir diretamente sobre a maioria dos recursos. Em determinadas situações, a decisão do Ouvidor deve ser confirmada pelo Ministro da CGU para que produza efeitos. São elas:

- a) pelo provimento parcial ou total, sendo a autoridade recorrida ministro de Estado ou de nível hierárquico equivalente;
- b) em sentido contrário a entendimento firmado pelo ministro da CGU em decisão anterior; ou
- c) sobre questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem o interesse específico do solicitante.

Como os recursos são decididos:

Ao chegarem à Ouvidoria-Geral da União (OGU) encaminhados pelo sistema e-SIC, os recursos passam por uma triagem para identificação dos casos em que é possível julgá-los somente com base nas

informações que constam no sistema. Esses recursos são julgados em até 5 (cinco) dias a contar da sua apresentação.

Caso a triagem aponte a necessidade de obtenção de informações complementares para decisão do recurso, a OGU informa esse fato ao cidadão por meio do próprio e-SIC. Concluída a etapa de obtenção de informações complementares, a Ouvidoria envia um e-mail ao solicitante informando o prazo máximo para julgamento de seu recurso.

A CGU recebe, analisa e decide recursos, se o acesso à informação tiver sido negado em quatro situações:

- ✓ Quando não se tratar de informação classificada;
- ✓ Quando a negativa de acesso à informação, total ou parcialmente classificada como sigilosa, não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;
- ✓ Quando os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos na Lei de Acesso à Informação não tiverem sido observados; e
- ✓ Quando ocorrer descumprimento dos procedimentos previstos nesta Lei, inclusive prazos para disponibilização de resposta.

A CGU não admite recursos de:

- ✓ Negativa de acesso pelos órgãos e entidades das administrações estaduais ou municipais, pelos outros Poderes (Legislativo e Judiciário) ou por entidades privadas sem fins lucrativos, ainda que recebam recursos públicos federais; e
- ✓ Reclassificação ou desclassificação de informações produzidas pelos demais órgãos e entidades da Administração Pública Federal.
- ✓ As informações produzidas ou sob guarda da Administração Pública pertencem à sociedade já que foram geradas para atender a finalidades públicas. Se a informação é um bem público, ela deve estar acessível à sociedade. Esta é a base de trabalho do SIC-IPHAN, fornecer à informação para de quem é direito.

### **Fale Conosco.**

Fale conosco (faleconosco@iphan.gov.br) – Este serviço está disponível na organização desde 2013 e recebe solicitações relacionadas a diversas atividades do IPHAN, como informações sobre registros, tombamentos, fiscalizações, denúncias, fomento, pesquisa, entre outras.

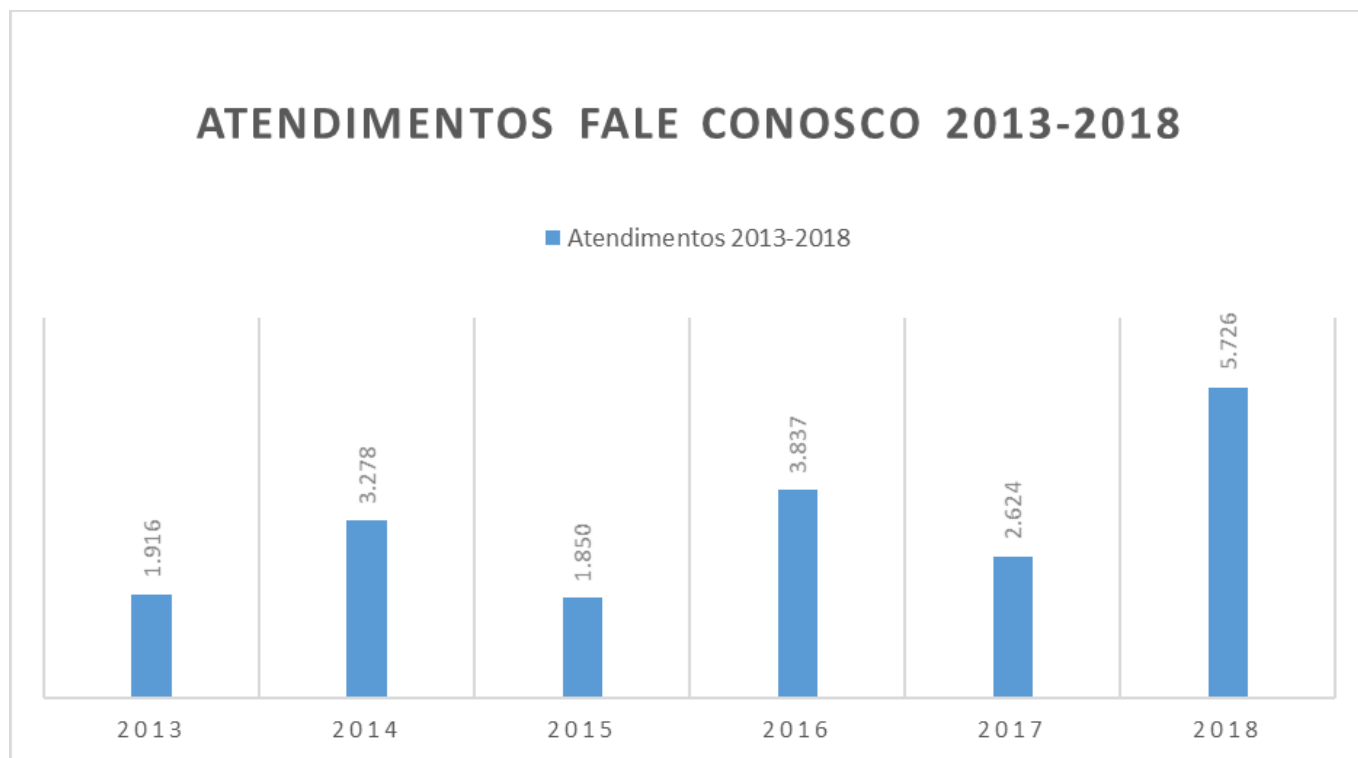
São duas as modalidades de serviços prestados pelo Fale Conosco:

- Atendimento as solicitações de informações gerais – respostas por e-mail e;
- Atendimento as demandas sobre temas técnicos específicos - encaminhadas para as Diretorias e Superintendências do IPHAN, que respondem diretamente ao solicitante.

As unidades administrativas do IPHAN em todo o território nacional também atendem as demandas do cidadão e sociedade de forma regular, por meio de documentos protocolados ou presencialmente de segunda a sexta-feira das 9h às 12h e das 14h às 18h.

No ano de 2018, o canal recebeu um total de 5.726 solicitações. No período de 2013 a 2018, o Fale Conosco do IPHAN recebeu 16.231 solicitações, as quais foram atendidas em sua totalidade, sempre que possível, vejamos:

**Gráfico 5.1.3 Atendimentos Fale Conosco 2013-2018**

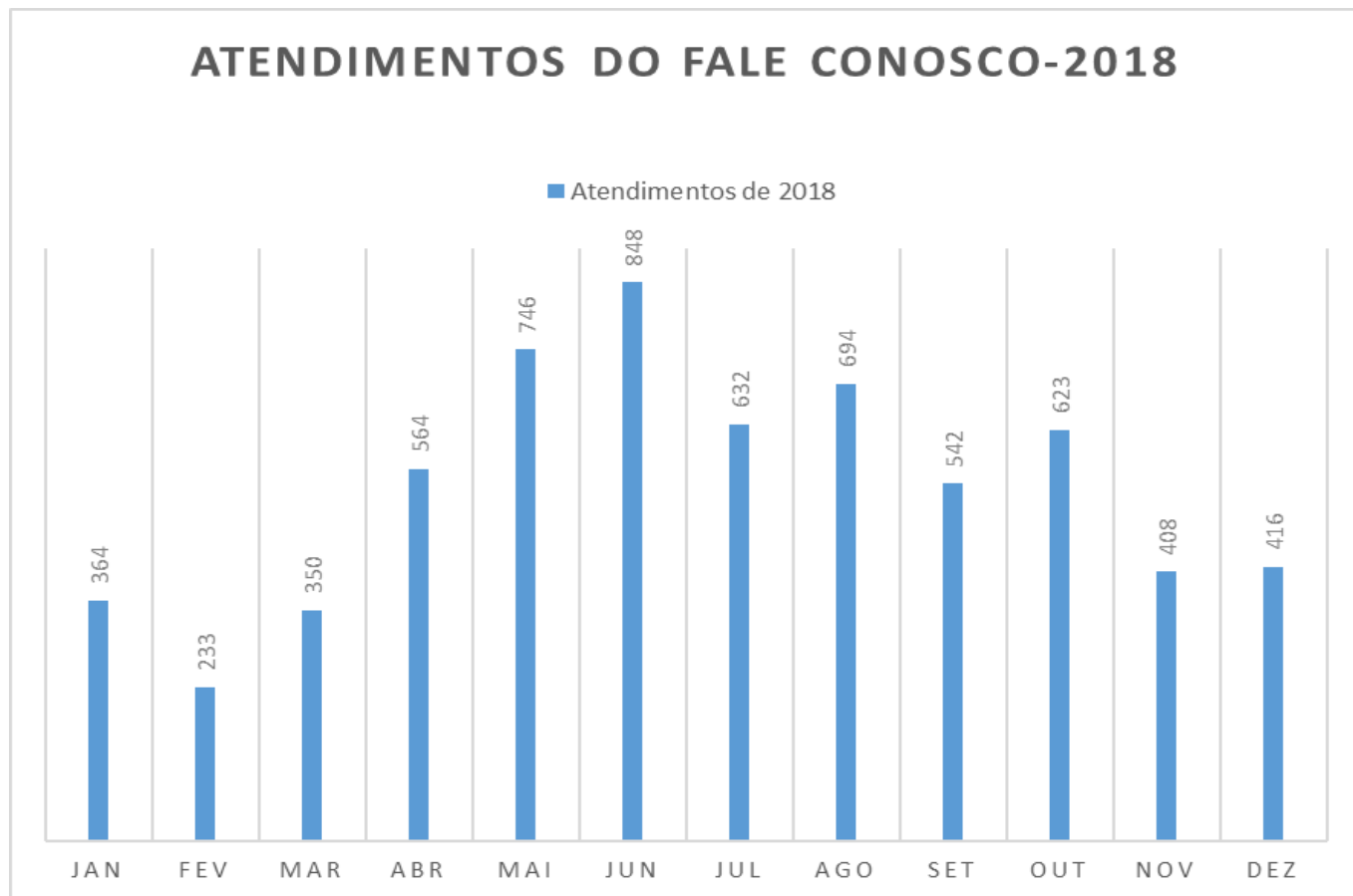


**Fonte: PRESIDÊNCIA**

Também é possível observar no gráfico a seguir que o Fale Conosco tem adotado como prática executar suas atividades com rapidez e apresenta como média um enorme atendimento de 477 mensagens por mês, de acordo com os pressupostos estabelecidos na carta de serviços ao cidadão, que prima pela agilidade de resposta na comunicação entre os órgãos públicos, o cidadão e a sociedade.



**Gráfico 5.1.4 Atendimentos Fale Conosco 2018**



**Fonte: PRESIDÊNCIA**

Sabe-se que as demandas que o IPHAN recebe, variam de acordo com as manifestações sociais e políticas do país. Os cidadãos estão procurando estar mais ativos e participativos no seu papel perante a sociedade. Como dito acima, o concurso do IPHAN foi o tema que ganhou destaque em nossos canais de atendimento.

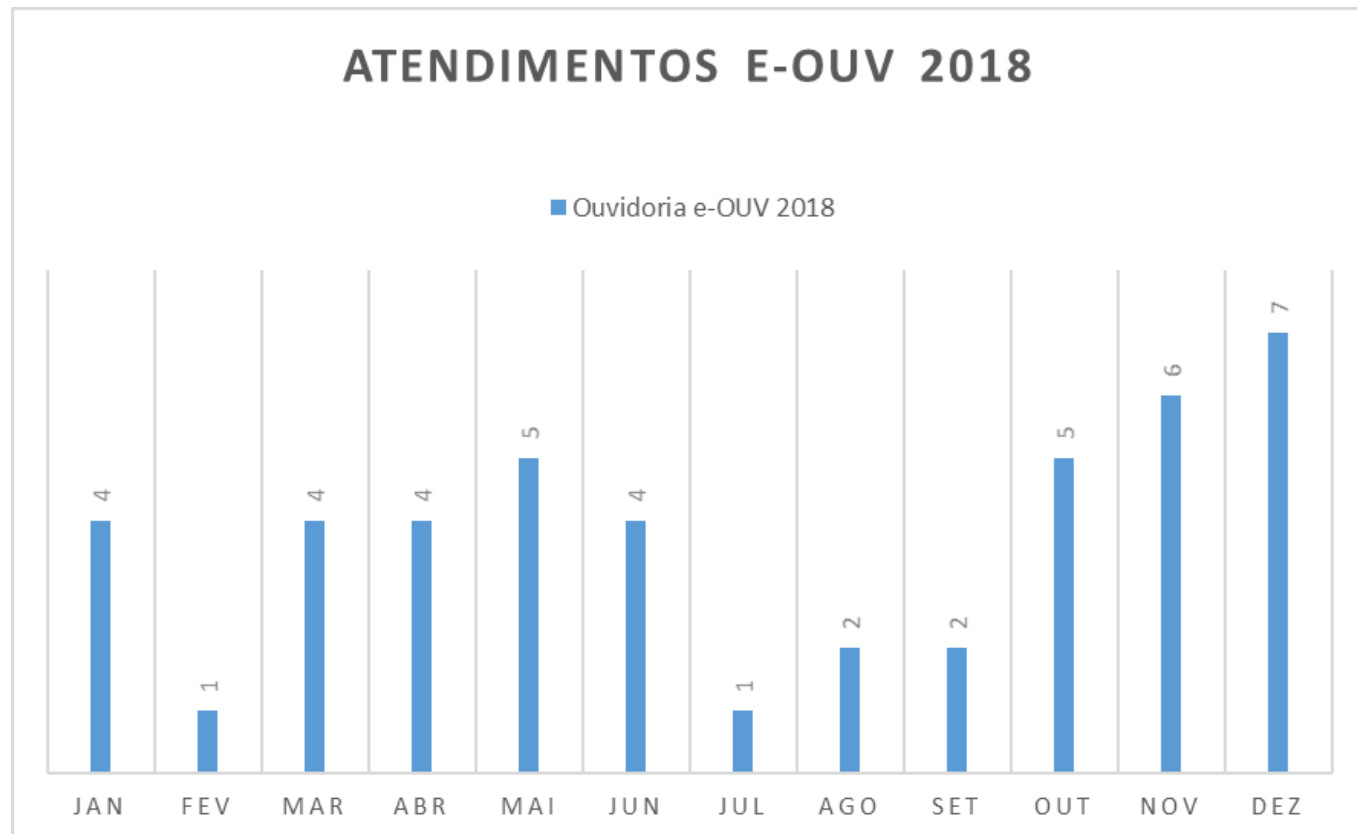
### **Ouvidoria e-OUV**

À Ouvidoria compete receber, examinar e encaminhar as reclamações, sugestões, elogios, denúncias e solicitação de informações, especialmente aquelas que demandam maior urgência. A organização e o funcionamento da unidade de ouvidoria deverão assegurar a preservação dos aspectos éticos, de privacidade e confidencialidade em todas as etapas de processamento das demandas recebidas de seus usuários.

Recentemente, foi editada a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, regulamentando o § 3º do art. 37 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998. Essa lei dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos, sendo considerada um marco no fortalecimento das ouvidorias públicas, ao prever expressamente a existência dessas unidades em toda a Administração Pública federal e por reafirmar suas competências de registro, acompanhamento do tratamento e conclusão das manifestações da sociedade perante as instituições públicas.

Como o sistema e-OUV é de fato novo em relação ao e-SIC, o processo de acesso ainda é pequeno, por isso, no ano de 2018 foram recebidas 45 manifestações, 20 foram solucionadas, 24 encerradas e apenas 1 arquivada.

**Gráfico 5.1.5 Atendimentos E-OUV 2018**



**Fonte: PRESIDÊNCIA**

Com a adesão do e-OUV, cidadãos passaram a contar com um canal central, mais transparente e acessível, com possibilidade de acompanhamento em tempo real; a ter padronização das informações requeridas para registro de manifestações; a obter respostas às suas manifestações em menor tempo; e a dispor de proteção para suas informações pessoais, quando desejado. Essas melhorias ao cidadão presumivelmente afetam a satisfação do usuário e reforçam uma imagem positiva da Administração Pública perante a sociedade.

## 5.2 Carta de Serviços ao Cidadão



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CartaCidadaoweb.pdf>

A Carta de Serviços ao Cidadão do IPHAN divulgada à sociedade em 23 de julho de 2014 está voltada para facilitar o acesso e garantir ao cidadão o direito de receber serviços em conformidade com os padrões definidos, tendo como diretrizes a transparência, a interação com a sociedade, a qualidade dos processos e o atendimento ético e resolutivo.

A efetividade dos compromissos firmados está atrelada à qualificação dos processos por meio dos quais os serviços são executados, razão pela qual o IPHAN, mesmo tendo explicitado o seu conjunto de serviços priorizou os que foram elencados no anexo I da referida Carta para serem mapeados e redesenhados.

Quanto aos dois (2) compromissos assumidos: “Adotar sistemática de monitoramento e de avaliação de seu desempenho” - ênfase nos compromissos da Carta - emitindo informes periódicos para controle dos resultados alcançados e correção de rumos, quando necessário e “Avaliar sistematicamente a satisfação dos usuários dos seus serviços e produtos”, ambos vinculados ao Macroprocesso - Gerir estratégia e resultados,

o primeiro foi parcialmente realizado, o que corresponde a 25% e o segundo, totalmente realizado, o que corresponde a 100%. O primeiro compromisso referido teve seu desempenho comprometido em função da capacidade de implementação dos processos redesenhados, afetos aos compromissos da Carta.

---

### **5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários**

---

O IPHAN optou por utilizar de forma sistemática (a cada dois anos), a aplicação de pesquisa para medir a satisfação dos usuários dos serviços contemplados nos compromissos firmados na Carta ao Cidadão, dentre outros, porém como os resultados obtidos não contemplaram de forma concisa a aferição dos dados, tendo em vista as circunstâncias de ajustes internos, em razão de alteração na alta administração do IPHAN, o período planejado para o exercício de 2018 não foi suficientemente razoável para uma apuração eficaz.

---

---

#### **5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade**

---

---

Informações referentes à gestão do IPHAN podem ser acessadas pelo seguinte endereço eletrônico:

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/900>.

## **6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

---

### **6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos**

---

No ano de 2017 foi formada a Comissão para o início do levantamento dos bens a serem inventariados. Neste ano foi implantado, com êxito, o módulo almoxarifado do SIADS. Contudo, não obtivemos êxito no procedimento licitatório para aquisição das impressoras etiquetadoras, o que ocasionou a descontinuidade dos trabalhos.

No ano de 2018 foi finalizada a aquisição da impressora etiquetadora via adesão a ata de registro de preço. Logo em seguida foi realizado um novo levantamento dos bens patrimoniais móveis. Em seguida foi iniciada a etiquetagem dos bens da Sede do IPHAN. Importante destacar que foram concluídos o inventário e a etiquetagem dos bens móveis da Sede do IPHAN.

No ano de 2019, até o mês de maio, será realizado o lançamento dos bens patrimoniais do módulo patrimonial no sistema SIADS, o que acarretará no início da depreciação dos bens patrimoniais móveis.

---

## **6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade**

---

A despeito de o IPHAN estar cômescio da necessidade de implantação de um sistema de custos, com vistas a possibilitar maior transparência do gasto público, melhorias nos acompanhamentos de indicadores de gestão e o aprimoramento do processo decisório, até o momento não foi possível a implementação de um sistema de custos próprio ou do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal – SIC, em grande parte devido à complexidade e disparidade de produtos e serviços que esta Autarquia oferta ao público.

Todavia, este Instituto envidará esforços no sentido de aderir ao SIC, inclusive consideradas as modificações que se fizerem necessárias ao modelo de planejamento e orçamento atualmente utilizado, de forma a propiciar a efetividade na apuração dos custos desta Autarquia.



---

---

### **6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas**

---

---

A Coordenação de Contabilidade da Coordenação Geral Planejamento e Orçamento é setor responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, representada pelo servidor Domingos Sávio Cordeiro de Oliveira. As demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas foram apresentadas conforme o corpo de Anexos e Apêndices.

## **7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

---

### **7.1 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário**

---

Neste item, não foram prestadas informações relativas a medidas administrativas internas, adotadas em caso de dano ao erário, por não haver conteúdo a ser declarado. Por outro lado, informa-se que foi encaminhado 1(um) processo de Tomada de Contas Especial, no exercício de 2018, para julgamento pelo Tribunal de Contas da União – TCU, conforme informações logo abaixo.

**Processo nº 01450.000865/2009-87**

**Entidade:** Associação dos Profissionais do Cinema e de Outras Tecnologias do Audiovisual do Estado de Mato Grosso.

**Objeto:** Modernização do Museu da Imagem e do Som de Cuiabá – MISC.

**Valor da TCE:** R\$ 43.214,88

Ressalta-se que o referido débito atualizado (sem a inclusão de juros) na forma estabelecida no inciso I do § 3º do art. 6º da Instrução Normativa TCU nº 71/2012, com alterações da IN TCU nº 76/2016, não alcançou o valor mínimo estabelecido de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para que o citado processo seja encaminhado ao TCU, por esta razão foi devolvido para o IPHAN em 15/03/2019.

---

## **7.2 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art.5º da Lei 8.666/1993**

---

A Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira – COEXO/CGLOG/DPA/IPHAN procede da seguinte forma o cronograma de pagamento:

1. A Nota Fiscal/Fatura é enviada para esta Coordenação devidamente atestada pelo fiscal do contrato, com a autorização do pagamento do Ordenador de despesa.
2. Procedemos a apropriação da Nota Fiscal/Fatura no sistema novo SIAFI, gerando uma NP (Nota de Pagamento).
3. Através do SIAFI é enviada mensagem para CGPLAN, solicitando recursos financeiros para efetivar o pagamento.
4. Somos comunicado através de mensagem SIAFI enviada pela CGPLAN, sobre a Descentralização do recurso financeiro solicitado, pelo comunica PF (Programação Financeira).
5. No novo SIAFI, é realizado a atualização da NP (nota de pagamento), ou seja, data de vencimento, bem como no caso de haver descontos de tributos da Nota Fiscal/Fatura serão informados os valores dos recolhimentos na aba de deduções.
6. Após os procedimentos de atualização da NP, o pagamento é finalmente finalizado, gerando uma Ordem Bancária no sistema SIAFI, bem como documentos dos recolhimentos dos tributos.
7. As telas dos pagamentos realizados, serão anexados no processo referido de pagamento, no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), juntamente com um despacho assinado por este Coordenador e encaminhado para o Coordenador Geral da CGLOG para os devidos procedimentos de devolução ao Fiscal do Contrato.

### 7.3 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Informações sobre a revisão dos contratos em razão da desoneração da folha de pagamento.

#### Quadro 7.5 Informações sobre os Contratos

Unidade Contratante						
Nome: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional						
Informações sobre os Contratos						
Nº e Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Sit.	Houve desoneração?
			Início	Fim		
02/2015	Prestação de Serviços Técnicos Continuados em TI, sem dedicação exclusiva de mão de obra.	IOS Informática Organização e Sistemas S.A, CNPJ 38.056.404/0001-70	30/01/2015	30/01/2016	Vigente Até 30/01/2020	Não houve reajuste do referido contrato, tampouco houve solicitação de desoneração por parte da empresa.

Fonte: COLIC/CGLOG/DPA

## ANEXOS E APÊNDICES


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 21/01/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.621.628,00</b>	<b>1.621.628,00</b>	<b>6.910.935,64</b>	<b>5.289.307,64</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>661.913,00</b>	<b>661.913,00</b>	<b>596.856,53</b>	<b>-65.056,47</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	661.913,00	661.913,00	596.856,53	-65.056,47
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>811.758,00</b>	<b>811.758,00</b>	<b>5.912.897,55</b>	<b>5.101.139,55</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	811.758,00	811.758,00	5.912.897,55	5.101.139,55
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>147.957,00</b>	<b>147.957,00</b>	<b>401.181,56</b>	<b>253.224,56</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	147.957,00	147.957,00	396.527,91	248.570,91
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	4.212,85	4.212,85
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	440,80	440,80
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMIÇÃO 21/01/2019	PÁGINA 2
----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>1.621.628,00</b>	<b>1.621.628,00</b>	<b>6.910.935,64</b>	<b>5.289.307,64</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>1.621.628,00</b>	<b>1.621.628,00</b>	<b>6.910.935,64</b>	<b>5.289.307,64</b>
<b>DEFICIT</b>	-	-	<b>489.848.795,16</b>	<b>489.848.795,16</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.621.628,00</b>	<b>1.621.628,00</b>	<b>496.759.730,80</b>	<b>495.138.102,80</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>311.834.457,00</b>	<b>332.066.079,00</b>	<b>333.903.673,16</b>	<b>296.662.311,25</b>	<b>279.062.533,96</b>	<b>-1.837.594,16</b>
Pessoal e Encargos Sociais	190.938.625,00	209.075.310,00	187.032.626,28	187.032.626,28	174.609.431,09	22.042.683,72
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	120.895.832,00	122.990.769,00	146.871.046,88	109.629.684,97	104.453.102,87	-23.880.277,88
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>174.200.000,00</b>	<b>161.816.167,00</b>	<b>162.856.057,64</b>	<b>95.759.104,82</b>	<b>95.401.149,96</b>	<b>-1.039.890,64</b>
Investimentos	174.200.000,00	161.816.167,00	162.856.057,64	95.759.104,82	95.401.149,96	-1.039.890,64
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>486.034.457,00</b>	<b>493.882.246,00</b>	<b>496.759.730,80</b>	<b>392.421.416,07</b>	<b>374.463.683,92</b>	<b>-2.877.484,80</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
-------------------	------------------

EMISSAO 21/01/2019	PAGINA 3
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>486.034.457,00</b>	<b>493.882.246,00</b>	<b>496.759.730,80</b>	<b>392.421.416,07</b>	<b>374.463.683,92</b>	<b>-2.877.484,80</b>
<b>TOTAL</b>	<b>486.034.457,00</b>	<b>493.882.246,00</b>	<b>496.759.730,80</b>	<b>392.421.416,07</b>	<b>374.463.683,92</b>	<b>-2.877.484,80</b>

**ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPEAS CORRENTES</b>	<b>23.151.642,38</b>	<b>26.754.334,19</b>	<b>28.829.831,65</b>	<b>28.000.142,62</b>	<b>3.520.582,59</b>	<b>18.385.251,36</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	23.151.642,38	26.754.334,19	28.829.831,65	28.000.142,62	3.520.582,59	18.385.251,36
<b>DESPEAS DE CAPITAL</b>	<b>20.933.357,77</b>	<b>50.382.909,73</b>	<b>45.309.905,26</b>	<b>44.487.434,44</b>	<b>971.877,62</b>	<b>25.856.955,44</b>
Investimentos	20.933.357,77	50.382.909,73	45.309.905,26	44.487.434,44	971.877,62	25.856.955,44
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>44.085.000,15</b>	<b>77.137.243,92</b>	<b>74.139.736,91</b>	<b>72.487.577,06</b>	<b>4.492.460,21</b>	<b>44.242.206,80</b>

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS**

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPEAS CORRENTES</b>	<b>1.200.716,65</b>	<b>2.138.399,41</b>	<b>2.115.970,80</b>	<b>106.782,15</b>	<b>1.116.363,11</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	50.098,74	50.098,74	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.200.716,65	2.088.300,67	2.065.872,06	106.782,15	1.116.363,11
<b>DESPEAS DE CAPITAL</b>	<b>278.706,46</b>	<b>1.731.432,21</b>	<b>1.763.632,34</b>	<b>-</b>	<b>246.506,33</b>
Investimentos	278.706,46	1.731.432,21	1.763.632,34	-	246.506,33
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.479.423,11</b>	<b>3.869.831,62</b>	<b>3.879.603,14</b>	<b>106.782,15</b>	<b>1.362.869,44</b>


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 21/01/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>36.846.459,74</b>	<b>22.426.166,95</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>23.256.211,85</b>	<b>21.129.789,55</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.660.924,88	5.601.867,17	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	12.970.080,50	15.182.289,73
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	15.804.734,89	16.492.324,49	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6.230.743,91	4.582.188,61
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	380.799,97	331.975,29	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	4.055.387,44	1.365.311,21
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>570.440.320,59</b>	<b>496.492.777,97</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	12.200,75	12.200,75	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	12.200,75	12.200,75	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
<b>Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>23.256.211,85</b>	<b>21.129.789,55</b>
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-		2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
<b>Imobilizado</b>	<b>568.714.804,55</b>	<b>494.702.570,01</b>	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	55.387.517,64	53.054.989,54	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	55.604.499,06	53.250.786,70	Resultados Acumulados	584.030.568,48	497.789.155,37
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-216.981,42	-195.797,16	Resultado do Exercício	78.866.929,63	128.103.937,89
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	497.789.155,37	592.193.790,24
Bens Imóveis	513.327.286,91	441.647.580,47	Ajustes de Exercícios Anteriores	7.374.483,48	-220.508.572,76
Bens Imóveis	518.138.302,42	445.346.433,30	<b>(-) Ações / Cotas em Tesouraria</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-4.811.015,51	-3.698.852,83	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>584.030.568,48</b>	<b>497.789.155,37</b>
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>1.713.315,29</b>	<b>1.778.007,21</b>			
Softwares	1.671.498,12	1.736.130,04			
Softwares	1.671.498,12	1.736.130,04			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	41.817,17	41.877,17			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	41.817,17	41.877,17			





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 21/01/2019	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	PASSIVO		
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>607.286.780,33</b>	<b>518.918.944,92</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>607.286.780,33</b>	<b>518.918.944,92</b>

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	PASSIVO		
			ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>20.660.924,88</b>	<b>5.601.867,17</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>167.945.395,98</b>	<b>127.165.448,38</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>586.625.855,45</b>	<b>513.317.077,75</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>2.239.177,55</b>	<b>15.186.585,24</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>437.102.206,80</b>	<b>376.566.911,30</b>

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2018	2017		2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>35.356.466,00</b>	<b>30.619.210,87</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>269.011.885,52</b>	<b>237.102.762,23</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	35.356.466,00	30.619.210,87	Execução dos Atos Potenciais Passivos	269.011.885,52	237.102.762,23
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	75.507,27	75.507,27	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	35.280.958,73	30.543.703,60	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	161.226.751,35	152.447.360,64
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	107.785.134,17	84.655.401,59
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>35.356.466,00</b>	<b>30.619.210,87</b>	<b>TOTAL</b>	<b>269.011.885,52</b>	<b>237.102.762,23</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-121.209.992,46</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-26.074.478,64</b>
Seguridade Social (Excoeto RGPS)	33.453,06
Recursos de Receitas Financeiras	-8.975.663,69
Operação de Crédito	-7.303.069,50
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-3.817.396,07
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-8.011.802,44
<b>TOTAL</b>	<b>-147.284.471,10</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 21/01/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>965.367.512,54</b>	<b>915.704.261,91</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>6.508.368,55</b>	<b>968.329,47</b>
Venda de Mercadorias	57.948,35	63.649,28
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	6.450.420,20	904.680,19
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>26.652,39</b>	<b>117.843,03</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	26.652,39	3.830,00
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	114.013,03
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>939.206.309,89</b>	<b>826.452.327,60</b>
Transferências Intragovernamentais	935.806.266,92	825.529.352,14
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.400.042,97	922.975,46
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>4.505.793,21</b>	<b>80.546.863,00</b>
Reavaliação de Ativos	2.390.191,77	79.456.640,36
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.568,18	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.114.033,26	1.090.222,64
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>15.120.388,50</b>	<b>7.618.898,81</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
EMISSAO 21/01/2019	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	15.120.388,50	7.618.898,81
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>886.500.582,91</b>	<b>789.600.324,02</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>123.695.034,93</b>	<b>127.985.694,98</b>
Remuneração a Pessoal	93.357.345,24	99.382.629,33
Encargos Patronais	17.511.890,25	18.722.731,91
Benefícios a Pessoal	8.692.890,09	8.807.284,31
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	4.132.909,35	1.073.049,43
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>75.554.798,02</b>	<b>71.845.148,46</b>
Aposentadorias e Reformas	63.102.087,72	60.185.652,00
Pensões	12.361.657,55	11.551.186,22
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	91.052,75	108.310,24
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>122.991.974,25</b>	<b>118.186.184,86</b>
Uso de Material de Consumo	1.647.589,04	1.385.949,01
Serviços	120.232.222,53	114.418.521,03
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.112.162,68	2.381.714,82
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>375,67</b>	<b>7.585,44</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	235,59	7.359,38
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	140,08	226,06
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>530.848.908,62</b>	<b>465.538.161,88</b>
Transferências Intragovernamentais	482.242.519,29	428.018.032,02
Transferências Intergovernamentais	37.303.502,30	34.857.148,63
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	2.663.782,51	1.000.000,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	8.639.104,43	1.662.981,23
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>31.540.612,02</b>	<b>4.175.297,31</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	29.000.000,00	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	51.054,73	-
Incorporação de Passivos	2.106.196,87	1.062.066,87
Desincorporação de Ativos	383.360,42	3.113.230,44


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSÃO 21/01/2019	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA
----------------	-------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL
-----------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
<b>Tributárias</b>	<b>156.850,36</b>	<b>151.633,51</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	47.574,62	44.185,55
Contribuições	109.275,74	107.447,96
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>1.712.029,04</b>	<b>1.710.617,58</b>
Premiações	628.640,00	499.000,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	951.926,50	1.081.800,00
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	133.462,54	129.817,58
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>78.866.929,63</b>	<b>126.103.937,89</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

EMISSÃO 21/01/2019 PAGINA 1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20411 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>6.910.935,64</b>	<b>4.846.459,92</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>496.759.730,80</b>	<b>442.239.003,76</b>
Ordinárias	-	3.607.721,53	Ordinárias	436.083.579,44	413.565.960,25
Vinculadas	6.911.122,33	1.252.929,45	Vinculadas	60.676.151,36	28.673.043,51
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	26.741.464,85	18.501.787,98
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	6.911.122,33	1.252.929,45	Recursos de Receitas Financeiras	8.033.542,35	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-188,69	-14.191,06	Operação de Crédito	15.462.774,00	3.973.783,34
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	7.210.708,03	3.969.854,06
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	3.227.862,13	2.227.858,15
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>933.700.070,05</b>	<b>824.467.285,27</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>480.136.322,42</b>	<b>426.955.965,15</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	795.649.856,60	729.634.117,56	Resultantes da Execução Orçamentária	392.601.580,16	371.713.835,81
Repasso Recebido	404.870.451,40	359.039.530,50	Repasso Concedido	1.522.200,86	1.081.947,75
Sub-repasso Recebido	390.779.405,20	370.594.587,06	Sub-repasso Concedido	390.779.405,20	370.594.587,06
Independentes da Execução Orçamentária	138.050.213,45	94.833.167,71	Repasso Devolvido	299.974,10	37.301,00
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	137.448.326,98	92.880.530,18	Independentes da Execução Orçamentária	87.534.742,26	55.242.129,34
Demais Transferências Recebidas	595.082,12	1.951.442,27	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	80.672.838,95	50.370.484,69
Movimentação de Saldos Patrimoniais	8.794,37	1.195,28	Demais Transferências Concedidas	774.094,33	1.072.923,99
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	6.087.810,98	3.798.740,66
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>130.567.339,55</b>	<b>85.078.976,80</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>79.223.234,31</b>	<b>47.089.933,57</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	17.957.732,15	2.032.442,82	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.879.603,14	1.977.600,63
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	104.338.314,73	77.137.243,92	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	72.487.577,06	39.430.660,01
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.306.377,39	5.894.809,56	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.855.773,95	5.667.707,93
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.964.915,28	14.480,50	Outros Pagamentos Extraorçamentários	280,16	13.965,00
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	515,50	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	280,16	-
Arrecadação de Outra Unidade	5.964.915,28	13.965,00	Demais Pagamentos	-	13.965,00
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>5.601.867,17</b>	<b>7.494.047,66</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>20.660.924,88</b>	<b>5.601.867,17</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.601.867,17	7.494.047,66	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.660.924,88	5.601.867,17
<b>TOTAL</b>	<b>1.076.780.212,41</b>	<b>921.886.769,65</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.076.780.212,41</b>	<b>921.886.769,65</b>